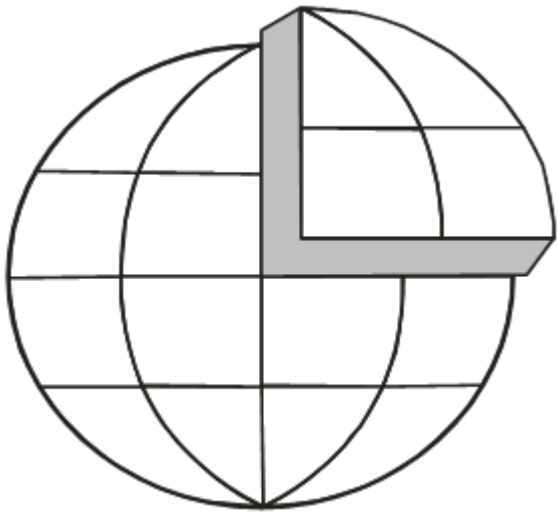
ISSN 1518-6059

GEONORDESTE

Revista de Pós-Graduação em Geografia



EDIÇÃO ESPECIAL

Ano XIX, Nº. 2

Apoio:

Banco do Nordeste — O nosso negócio é o desenvolvimento

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

CAPES

São Cristóvão – SE
Julho de 2008

As contribuições assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores

GEONORDESTE (Publicação do) Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe – Ano 1, nº. 1, 1984. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2008, nº. 2

Semestral
1984 – 2008, II – XIX

1. Geografia – Brasil – Nordeste – Periódicos. I- Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Geografia.

CDU 91 (812/813) (05)
ISSN 1518-6059

GEONORDESTE é editada pelo Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe. Avenida Marechal Rondon, S/N, Didática II, Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, CEP: 49.100-000, São Cristóvão (SE). Tel.: (79) 2105-6782. E-mail geonordeste@ufs.br ou geonordeste@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Reitor
Josué Modesto dos Passos Subrinho

Vice-Reitor
Ângelo Roberto Antoniolli

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa
Cláudio Andrade Macedo

Coordenadora do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGEO
Vera Lúcia Alves França

Editor Responsável
Celso Donizete Locatel

Conselho Editorial
Ana Cláudia da Silva Andrade
Celso Donizete Locatel
Jailton de Jesus Costa
Solimar G. M. Bonjardim
Taiana P. de A. Gonzaga

Conselho Consultor
Alexandrina Luz Conceição - UFS
Aracy Losano Fontes - UFS
Artur Whitacker – UNESP
Bárbara Cristine Netwing-Silva - UCSAL
Cláudio Antonio Gonçalves Egler – UFRJ
Doralice Sátyro Maia – UFPB
Eduardo Rodrigues Viana de Lima – UFPB
Edvaldo César Moretti – UFMS
Edvânia Torres Aguiar Gomes - UFPE
Emília de Rodat Fernandes Moreira – UFPB
Fernando Antonio Santos Souza – UFC / EMBRAPA
Francisco de Assis Mendonça – UFPR
Francisco F. de Azevedo – UERN
Horacio Capel – Universidade de Barcelona
Ideni Terezinha Antonello – UFS
João Lima Sant'Anna Neto - UNESP
Jorge Ramón Montenegro Gómez – UFPR

José Borzacchiello da Silva – UFC
Jose Bueno Conti – USP
Joseli Maria Silva – UFPR
Lindemberg Menezes de Araújo - UFAL
Manoel Fernandes Souza Neto – UFC
Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli – UEMS
Márcia da Silva – UNICENTRO – PR
Márcio Rogério Silveira – UNESP
Maria de Fátima Ferreira Rodrigues – UFPB
María Franco Garcia – UFPB
Maria Geralda Almeida – UFG
Mario Diniz de Araujo Neto – UNB
Messias Modesto dos Passos – UEM
Renato Leone Miranda Leda – UESB
Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol - UNESP
Solange Terezinha de Lima Guimarães - UNESP
Sueli Furlan – USP
Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva – UFBA
Vera Lúcia Salazar Pessoa – UFU

Capa
Celso Donizete Locatel

Diagramação e Editoração
Solimar G. M. Bonjardim

Tiragem
500 exemplares

Solicita-se permuta – Se solicita intercambio – We ask for exchange

APRESENTAÇÃO

A Revista GEONORDESTE é um periódico que começou a ser publicado em 1984, pelo Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe, um ano após sua fundação. A Revista foi criada com o intuito de tornar pública a produção intelectual do corpo docente e discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (na atualidade com cursos nos níveis de Mestrado e Doutorado).

Hoje a revista encontra-se reestruturada, com publicação semestral regular, e aberta a todos os interessados em publicar os resultados de suas pesquisas, na forma de artigos, assim como, textos de entrevistas, traduções de documentos e textos clássicos, resenhas e relatórios de trabalho de campo, de caráter inédito, cujas matérias tratem das teorias, objeto e metodologia da Geografia.

Na tentativa de reafirmar o compromisso com os colaboradores e leitores, no sentido de elevar a qualidade desse veículo de divulgação da produção científica da Geografia, além de comemorarmos os 25 anos de fundação do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia é que temos a satisfação de apresentar este Número Especial Comemorativo.

Inicialmente tínhamos como meta lançar apenas um número, referente ao ano de 2008, com trabalhos de convidados. No entanto, devido ao grande número de contribuições recebidas de pesquisadores de inserção nacional, de docentes e de pesquisadores formados pelo NPGEO, decidimos lançar dois números, do Ano XIX da Revista, com as contribuições recebidas. Esse grande volume de trabalho recebido reflete a credibilidade que o periódico vem conquistando nos últimos anos, após a somatória de esforços para elevar a qualidade e a periodicidade dessa publicação.

Para essa edição especial, tendo em vista a comemoração dos 25 anos de criação do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, lançamos um Edital, cujo objetivo era reunir artigos de pesquisadores de inserção nacional, enfocando quatro eixos, sendo três deles ligados as linhas de pesquisa do Programa, que são: "Dinâmica Ambiental; Análise Regional; Produção e Organização do Espaço Agrário". Definiu-se como quarto eixo as "Transformações na Geografia Brasileira nos últimos 25 anos", dando abertura para a apresentação

de trabalho com temas e abordagens que ganharam projeção na Geografia no ultimo quarto de século.

Este número contém três artigos vinculados à abordagem da Geografia Cultural, quatro à Geografia Agrária e três à Análise Ambiental. Ainda, vale destacar que dos dez artigos, seis são de pesquisadores de outras instituições como UFBA, UFRN, UFPB, UERN, UNESP e UFG.

Diante da qualidade dos artigos aqui apresentados, acreditamos que os mesmos venham contribuir para o fortalecimento da Geografia, estimulando as reflexões sobre diversos temas desta área do saber.

Comissão Editorial

SUMÁRIO

Apresentação 07

A cidade de Estância sob o olhar no tempo-espaço da fábrica..... 11
The city of Estância beneath the glance of time-space of the factory
CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz

A cidade sempre teve dono: paradigmas para uso e ocupação territoriais..... 29
The city always had owner: paradigms for territorial use and occupation
NOGUEIRA, Adriana Dantas

Rural e urbano: da dicotomia teórica às práticas espaciais..... 51
Rural y urbano: de la dicotomía teórica a las prácticas espaciales
CAMPOS, Antonio Carlos; SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus

Arranjos produtivos locais do turismo solidário redirecionam o desenvolvimento da região nordeste?..... 71
Local productive arrangements of the solidary tourism redirect the development of the northeast region?
CORIOLANO, Luzia Neide M. T.; ALMEIDA, Humberto Marinho de

O espaço litorâneo de Sergipe (Brasil): Uma revisão dos estudos geográficos..... 95
The coastal zone of Sergipe (Brazil): A review of geographic studies
VILAR , José Wellington Carvalho

Algumas reflexões sobre cultura, território e mundo-vivido na abordagem da geografia cultural..... 125
Some reflections on culture, territory and life-world experienced in the approach of cultural geography
ROCHA, Lurdes Bertol; ALMEIDA, Maria Geralda

Geografia e a questão da ética em pesquisa envolvendo seres humanos..... 143
Geography and the question of ethics in scientific research involving human beings
FONSECA, Vania; MATOS, Eduardo Lima de

Normas para Publicação..... 159

A CIDADE DE ESTÂNCIA SOB O OLHAR NO TEMPO-ESPAÇO DA FÁBRICA

Alexandrina Luz Conceição[1]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo fazer a leitura espacial geográfica da cidade de Estância/SE, diante da crise estrutural do capital, a partir da memória dos seus moradores, os que vivem do trabalho: dos empregados e desempregados das instalações industriais da cidade, procurando identificar as suas ações, reações e tensões, tendo a palavra fábrica como signo ideológico nucleador dos questionamentos. A análise das representações da cotidianidade foi mediada na abordagem lefebvriana que permite compreender o vivido e o percebido enquanto concepção, prático sensível. A leitura desenvolvida permitiu verificar que a palavra fábrica passa por todas as relações do cotidiano, dos sujeitos questionados; a cidade não é percebida, na velocidade dos tempos da modernização tecnológica, do ritmo acelerado da informatização, ou da robótica, mas no tempo da duração lenta. O tempo e história da cidade de Estância são geograficizados no congelamento do ontem, como forma talvez de naturalizar a miséria e gravar pela memória um ontem que eterniza melhores tempos que lhe permite dar sentido ao cotidiano de suas vidas. No desejo, a subjetividade é a corrente do seu aprisionamento, uma vez que o trabalho alienado é seu meio e fim.

Palavras chave: trabalho, capital, fábrica, tempo da memória, cotidiano

THE CITY OF ESTÂNCIA BENEATH THE GLANCE OF TIME-SPACE OF THE FACTORY

ABSTRACT

This article has as objective to do the space geographical reading of the city of Estância/SE, in face of the structural capital crisis, from the memory of its inhabitants, the ones who live of the work: of the employees and unemployed of the industrial facilities of the city,

[1] Professora do NPGEO/UFS.

trying to identify their actions, reactions and tensions, having the word factory as ideological centralizing sign to the questionings. The analysis of the representations of the every day was mediated in the "lefebvriana" approach that allows to understand what was lived and noticed whereas conception, practical sensitive. The developed reading allowed to verify that the word factory goes by all the relations of the day by day, of the questioned subjects; the city is not noticed, in the speed of the technological modernization time, of the accelerated rhythm of the informatization, or of the robotics, but in the time of the slow duration. Both time and history of Estância are materialized in the freezing of the yesterday, as form perhaps to naturalize the poverty and to record in the memory a yesterday that eternalizes better times that allows to give sense to the daily routine of people's lives. In desire, the subjectivity is the current of its imprisonment, once the alienated work is its half and end.
Key words: work, capital, factory, time of the memory, daily

1. INTRODUÇÃO

Marilena Chauí no prefácio para o livro "Memória e Sociedade" de Ecléa Bosi, afirma que "o tempo da memória é social, não só porque é o calendário do trabalho e da festa, do evento político e do fato insólito, mas também porque repercute no modo de lembrar" (CHAUÍ, 1995, p. 31).

Lembrar como condição de trazer presente o tempo da memória permite fazer a leitura espacial geográfica da cidade de Estância, através do resgate da história do trabalho na indústria. Nesse sentido, a palavra fábrica se constitui o signo ideológico nucleador das entrevistas que foram aplicadas. As palavras como afirma Bakhtin "são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios" (*ibid*. p. 41).

Adentrar no cotidiano dos moradores da cidade de Estância, dos que vivem do trabalho: dos empregados e desempregados das instalações industriais da cidade, procurando identificar as suas ações e reações, assim como suas tensões diante do signo da fábrica, como articulador de significados na reprodução individual e social de suas

vidas, permitiu refletir a realidade urbana a partir das representações da classe subordinada ao trabalho.

É necessário observar que a leitura do espaço urbano de Estância nos tempos e espaços da fábrica sob o olhar dos que vivem do trabalho, não se limita a interpretação meramente fenomenológica do seu cotidiano, na dimensão da subjetividade, cujo limite tem sido corriqueiramente utilizado como empírico narrativo. Não se trata de analisar a leitura das representações simbólicas como expressões de identidade que se traduz no valor estabelecido pelo sensorial, que dá o significado das relações de "espaço e lugar", dotado de valor subjetivo, pela relação entre o indivíduo humano com o meio vivido.

Refiro-me sobremodo ao grande número de escritos publicados na geografia, que sustentam sua análise na perspectiva da experiência sob a abordagem de Yi-Fu-Tuan. A principal questão é a não distinção no que pese a questão teórica metodológica, onde se observa uma sobreposição de abordagem do conceito de vivido e percebido lefebvriano. Na abordagem de Henri Lefebvre o vivido e o percebido devem ser compreendidos na concepção prático sensível – práxis revolucionária (espaço como realidade objetiva da produção social histórica), distinta na sua essência da forma apresentada por Tuan (sensorial-contemplativa, na qual o espaço é uma categoria abstrata, e experenciado emotivamente).

Como afirmava Karl Marx nas Teses sobre Feuerbach, a concepção idealista compreende a realidade "sob a forma do objeto (*Objekt)* ou da contemplação (*Anschauung*), mas não na condição de atividade humana sensível, não subjetivamente", mas na práxis (MARX; ENGELS, 2007, p. 611). É na práxis que o ser humano tem de provar a verdade, a realidade. O pensar abstrato limita-se à contemplação sensível, ao aparente que pressupõe o indivíduo humano abstrato, isolado, submetido às leis da natureza, na condição de ser moral.

A análise das representações da cotidianidade foi mediada na leitura de Karl Marx, enquanto método científico de análise, referenciado nos seus escritos para a Contribuição à crítica da Economia Política. O estudo da economia política deve ter como pressuposto o real e o concreto, portanto a população, não como abstração, mas o estudo das relações entre os homens no processo de produção social: o que e como produzem, a sua posição na divisão

social do trabalho, apreendida nas relações capital e trabalho, enquanto unidade dialética contraditória.

Os homens são os produtores de suas representações, mas apenas os homens ativos de seu processo de vida real, condicionados pelo desenvolvimento das forças de produção e circulação. Deve-se, portanto, partir dos "homens ativos e de seu processo de vida real para daí chegar ao desenvolvimento dos reflexos ideológicos e aos ecos desse processo de vida" (MARX, 2007, p. 49).

Nesta dimensão, este artigo analisa o processo de reprodução social da rotação total do capital; o que significa produção, distribuição, circulação e consumo na lógica do modelo de desenvolvimento que implica na sua expansão geográfica, garantida pela dominação estrutural sobre o trabalho e contraditoriamente na sua dependência insuperável do trabalho vivo, para a busca do aumento do circuito do consumo, nas escalas mundial, nacional e local.

O que se procura analisar, a partir das representações da cotidianidade (processo de vida real), é a leitura espacial geográfica da cidade de Estância, através do resgate da história do trabalho na indústria, refletindo sobre o processo da alienação, da corporificação do poder ideológico que se inscreve como condição humana naturalizada, para garantir o discurso da incontrolabidade do capital.

A palavra fábrica passa por todas as relações entre os sujeitos questionados, na cidade de Estância, como base ideológica, nas suas relações da vida cotidiana, no domínio do econômico, no cultural e no caráter político. Em todos os tempos e usos do lugar, a cidade de Estância se espacializa na materialização da sua memória do tempo vivido ou narrado pelos pais.

Presente e passado é um fio tênue para a classe que vive do trabalho na cidade de Estância. O hoje se modela no ontem, não como articulações distintas, mas a evocação do passado torna-se necessária como mediadora do tempo presente, para o significado do vivido no hoje. O passado emerge através de representações prático-sensíveis identificadas no presente pela ausência. Assim, a perda do emprego, e a crescente impossibilidade da inserção no mundo do trabalho, se projetam na imagem da fábrica como signo dialético contraditório. A palavra fábrica se revela nas falas dos habitantes como re/veladora de sua história social, o que se permite afirmar com Bakhtin que: "A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais

íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais" (BAKHTIN, 1995, p. 41).

2. O MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA: UM ESPAÇO PRODUZIDO

O município de Estância está situado no sudeste do Estado de Sergipe, a 56 km em linha reta e 70 km por Rodovia Federal da capital do estado, ocupando uma extensão territorial de 649.6 km2 de, ou seja, 2.94% da área do estado. Faz parte da micro-região do litoral Sul sergipano e compreende a zona fisiográfica do litoral, limita-se ao Norte e Nordeste com o município de Itaporanga d'Ajuda; ao Leste e Sudeste com o Oceano Atlântico; ao Sul com o Estado da Bahia, ao Sudeste com os municípios de Indiaroba e Santa Luzia do Itanhi; ao Oeste com o município de Arauá e ao Nordeste com o município de Salgado.

A cidade de Estância foi inicialmente uma fazenda de criação de gado toponímia da qual recebe o nome de origem. Constituindo-se ponto de encontro na rota do gado, uma via de acesso para a circulação de mercadorias (devido principalmente a sua localização, cortada pelo rio Piauí e seu principal afluente, o Rio Piauitinga[2]), tornou-se rapidamente um centro polarizador da economia da região centro-sul de Sergipe Del Rey. Em virtude da sua importância como porto de escoamento de produtos agrícolas e da pecuária, Estância torna-se em 1621 - Fundação da Povoação de Estância, ficando por mais de um século subordinada à Vila de Santa Luzia do Real (atualmente Santa Luzia do Itanhy), e tendo sua separação judicial somente em 1757.

O crescimento econômico de Estância foi possibilitado devido a sua posição no comércio exterior, constituindo-se porto de intercâmbio entre a Europa (na exportação de cana-de-açúcar, algodão e gado) e cidades brasileiras. Paralelamente, a decadência da Vila de Santa Luzia levou a Fundação da Povoação de Estância a

[2] O livro de BEZERRA (1952) constitui leitura detalhada do processo de formação territorial de Sergipe, destacando o seu crescimento econômico e povoamento via as rotas de gado, sob o comando dos foreiros latifundiários da Casa da Torre, os Garcia d´Avila e seus sucessores. O processo de formação territorial de Sergipe pode ser identificado segundo esse autor na toponímia de suas cidades. Originadas de fazendas, dos pousos das feiras nas quais se dá a ocupação do leste e nordeste sergipense, destacando a cidade de Estância.

tornar-se a sede da Vila de Santa Luzia, passando a denominar-se Vila Constitucional de Estância.

Elevada à categoria de cidade em 1848 o município de Estância, com a economia voltada para a criação do gado e a cana de açúcar, a partir da última década do século XIX tem sua paisagem remodelada na nova divisão social e territorial do trabalho na escala nacional. Em 1891, com a fundação da Fábrica de Tecidos Santa Cruz, uma "outra" cidade é produzida sob o signo da fábrica, passando a se inscrever na indústria têxtil, principalmente a partir de 1912, com a fundação da Fábrica Senhor do Bonfim.

A fundação da Fábrica de Charutos Walquíria em 1916 abre ainda mais as relações comerciais de Estância com outros países, em virtude da grande aceitação dos charutos Walquíria no comércio externo. Em 1929 é implantada a Fábrica de Óleos Vegetais "Luso Brasileira". Aos poucos a vida dos moradores estancianos é demarcada no tempo da lógica do capital, permanecendo porém, o ritmo lento da cotidianidade da/na "vila operária".

O processo de expansão industrial têxtil no município ocorreu a partir de 1930, com a fundação da Fábrica de Tecidos Piauitinga. A concentração de três fábricas têxtis em Estância significou um aumento da força de trabalho operária e consequentemente, a sua organização.

As alterações nas relações de trabalho, a partir da emergência das três fábricas, levou à primeira Greve operária em Estância, no ano de 1934. Esta ocorreu na Fábrica Senhor do Bomfim, e já em 1937 foi criado o Sindicato dos trabalhadores das fábricas têxteis.

Pode-se afirmar, que a década de setenta no século passado, marcou o período de intensificação da industrialização e a conseqüente urbanização da cidade de Estância, com a implantação em 1974 do Distrito Industrial nesse município. Nos dias atuais, a indústria ainda se apresenta como a principal atividade econômica contribuindo com o maior volume de impostos, vindo em seguida o setor comercial e de serviços. O município tem o maior centro comercial da mesorregião em que está localizado, constituindo-se também, o de maior intensidade urbana.

De acordo com o IBGE, em 1970, o município de Estância possuía 28.045 habitantes, sendo que no ano 2000 houve um elevado crescimento populacional, atingindo 58.836 habitantes; a quarta posição no estado em número de habitantes. Com uma população

urbana de 50.750, e uma população rural de 8.086 habitantes. Perfazendo uma alta densidade demográfica de 90.57%, e uma alta taxa de urbanização, 86%[3].

Embora apresente um baixo percentual de ocupação das terras rurais a atividade agrícola contribui de forma direta para o crescimento do PIB no município, uma vez que grande parte do cultivo agrícola (laranja e maracujá) é direcionada para o beneficiamento e consolidação industrial. Nas áreas limites com os municípios de Boquim e Salgado estendem-se campos de cultivos de laranja. O avanço da citricultura nos anos de 1970 e 1980 foi o responsável pelo aumento de fábricas de sucos, esta situação obedeceu à dinâmica do projeto nacional de desenvolvimento sob a sintonia da nova divisão internacional do trabalho.

A fábrica, portanto, tem grande significado e significante na história dos sujeitos residentes do município. O peso histórico de sua presença teve e tem fortes influências na produção das relações sociais e nos modos de vida do urbano. Vidas submetidas às tensões diante das alterações da estrutura produtiva que se territorializa em contextos diferenciados sob diferentes formas que assume a divisão social do trabalho.

2.1 A CONSOLIDAÇÃO DO URBANO

Nos anos de 1970 o Estado brasileiro promove mudanças para atender as exigências do novo modelo de desenvolvimento implementando políticas e programas direcionados para o desenvolvimento regional. O I Plano Nacional de Desenvolvimento/PND (1972-1974), o II PND (1975-1979), assim como o III PND (1980-1985) fizeram parte da política de integração nacional com o objetivo de consolidar o desenvolvimento industrial e agrícola implantando pólos de desenvolvimento. Atendendo ao Plano Nacional de Desenvolvimento foram criados centros e distritos industriais, neste viés foram implantados o Distrito Industrial de Estância (DIE) onde foram instaladas fábricas de tecidos, indústrias alimentícias e outras de menor porte.

[3] Referências da densidade demográfica e da taxa de urbanização foram obtidas no livro de FRANÇA; GRAÇA, (2000).

Até meados da década de oitenta, a política de investimentos industriais alterou sensivelmente a economia do município, fato favorecido face aos investimentos das empresas estatais e dos investimentos privados. As principais instalações no Distrito Industrial de Estância foram: a Fábrica da Brahma, construída em 1998, nas margens da BR-101 a 18 km no limite da fronteira dos municípios de Estância e Itaporanga d´Ajuda e as Fábricas de Beneficiamento de Produtos Agrícolas Amido Glucose.[4]

O padrão de acumulação capitalista no Brasil estruturou-se ao longo das décadas de 1950 a 1970, através do processo de superexploração da força de trabalho, via articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e da intensidade do ritmo de trabalho (ANTUNES, 2004). Enquadrada na lógica do fordismo periférico, a acumulação intensiva garante o aumento da taxa de mais valia, favorecida sobremodo por um exército de reserva. Nos países periféricos as altas taxas de exploração, alicerçadas na presença de um exército de reserva, levam os salários a baixos patamares e, conseqüentemente, um baixo custo para o mercado externo,

A partir da década de oitenta desencadeia-se uma profunda mudança na estrutura produtiva capitalista em todas as escalas mundiais. As alterações tecnológicas, com a automação, a robótica e a microeletrônica provocaram profundas repercussões nas relações de produção e de trabalho, na medida em que a produção fordista, sob o signo da produção em série e de massa perde espaço para a especialização flexível, e conseqüentemente altera a lógica da acumulação do capital. A produção em massa sem a priorização do trabalho qualificado, mas do quantitativo típico da grande indústria fordista mecanizada até então dominante, é substituída em ritmos diferenciados nas regiões geográficas. O novo modelo produtivo passa a exigir uma produção desconcentrada e tecnologicamente mais qualificada.

[4] Há três anos (2002) o Grupo Maratá (de Lagarto), assumiu a unidade da Frutene, em Estância. Segundo informações dos seus próprios proprietários, a Frutene produzia em novembro de 2005 o total de 28 mil toneladas de suco de laranja por ano. Sendo que metade da matéria-prima é sergipana e o restante proveniente da Bahia. A produção é voltada principalmente para o mercado europeu. Informações obtidas no site: <http://www.Jornaldamidia.com.br>2005/11/17).

Desde os primeiros anos da década de 1990, embora o estado de Sergipe não estivesse inscrito significativamente no processo da reestruturação produtiva do capital, já se pode observar na cidade de Estância a presença dos novos padrões de acumulação, via novas formas de organização da produção e do trabalho. A entrada da automação industrial tecnológica permite formas de subcontratação e da terceirização da força de trabalho. A ampliação significativa e relativa da terceirização, da contratação de trabalhadores por tarefas em tempo parcial, propicia o rebaixamento dos salários e da superexploração do trabalho, tendo como agravante o desemprego que acompanha o ritmo da economia brasileira.

A situação da classe operária se agrava com o processo da descentralização produtiva via a relocalização industrial, sobremodo de empresas tradicionais como a têxtil. O novo sistema societal provoca a competitividade inter empresas, com o objetivo de altos lucros, face sobremodo a desconcentração funcional da lógica do mercado, ou seja, a concentração intensiva, a falência de pequenas, médias ou mesmo grandes empresas e, conseqüentemente, o desemprego.

Sob a dinâmica do movimento escalar mundial o município de Estância, em escala local, passa a sofrer internamente as conseqüências desse modelo. Nesse sentido, a estrutura da divisão social do trabalho sob a hegemonia da indústria, principal atividade nas décadas de 1970 e 1980, entra em crise.

EMPRESAS FECHADAS NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA[5]:
Indústria de Aproveitamento do Coco
Fábrica de Óleo de Coco - (extinta - José Pinheiro Pinto Alvéolos)
Indústria de Vidros
Fábrica Santa Cruz
Fábrica Senhor do Bonfim (Grupo Constâncio Vieira)
Cotonifício Piauitinga
Fábrica de Produtos Alimentícios Estanciano -(João Valentim) Biscoitos
Indústria Gráfica: João Nascimento - Papelaria Modelo
Indústria de Destilação Álcool e seus derivados:
Alambique da ladeira do Bonfim
Alambique do Sr. Alizi Cardoso Costa
(Trapiches) [6] (sem funcionamento)

[5] Fonte:<**http://www.estanciasergipe.org/estecom1.html >**, 2008.

Ao contrário da verticalização fordista, o complexo produtivista toyotista funciona sob uma estrutura horizontalizada com a subcontratação de firmas terceirizadas. Esta estrutura permite a intensificação do trabalho precarizado via a terceirização fora das empresas e com a contratação de trabalhadores temporários, enquanto a empresa exige uma redução no seu quadro de empregados, privilegiando os que possuem qualificação. Seleciona para o seu quadro de funcionários trabalhadores qualificados e multifuncionais em números reduzidos, o que implica em desemprego muitas vezes em massa.

O fechamento das empresas agrava o desemprego, que é acompanhado por um processo crescente de terceirização.

As mudanças no processo da reestruturação produtiva na cidade de Estância fazem parte do padrão de acumulação capitalista, da nova ordem da divisão social e territorial do trabalho. Como afirma Antunes,

> Paralelamente à retração do emprego industrial, entre as décadas de 1970 e 1990, os serviços aumentaram em média 50% sua participação relativa na estrutura ocupacional, sendo em boa medida direcionadas para o setor informal, que incorporou parcelas expressivas de trabalhadores, sobretudo no comércio, comunicações e transportes (ANTUNES, 2004, p. 24).

Desde os últimos anos da década de oitenta, segundo dados da CEPLAN/2005, está ocorrendo um decréscimo nas taxas de crescimento da economia sergipana. Com a perda da dinamicidade da economia sergipana houve uma queda no PIB e o desaceleramento do setor industrial, mas por outro lado, houve um aquecimento no setor comercial e de serviços.

Entre 1995 e 2000 a queda do setor agropecuário com a crise da produção citrícola atingiu diretamente a economia estanciana provocando o fechamento de algumas beneficiadoras. Entretanto, é preciso observar que a situação local faz parte do movimento mais abrangente da crise mundial sob o signo do modelo neoliberal. A

---

[6]Segundo informações de Francisco de Assis O da Cruz **<http://www.estanciasergipe.org/estecom1.html>** haviam três atracadouros, pelo Rio Piauí: Campe (como hoje é conhecido), Capivara e Porto do Mato.

cidade de Estância está submetida à dinâmica das redes mundiais, no duplo movimento, o da circulação de mercadorias e o da reprodução do capital. No que Antunes deixa explícito, "Na década de 1990, os serviços passaram a absorver mais postos de trabalho, sem compensar, entretanto, a destruição dos empregos, verificada tanto no campo quanto na indústria" (2004, p.24). O aumento do desemprego reflete a incapacidade da economia brasileira de gerar novos postos de trabalho.

A nova lógica societal do capital, sujeita a constantes crises cíclicas cada vez mais curtas, representada pela desregulamentação, flexibilização e a terceirização como alternativa de correção dos seus efeitos, projeta-se, à sombra do seu caráter destrutivo, mesmo que isto signifique a manipulação absoluta do ser humano. Para garantir a sua reprodução sociometabólica, o capital coloca "a sobrevivência do ser humano como relativo prontamente manipulável" (MÉSZÁROS, 2002, p.179).

3. O ESPAÇO-TEMPO DA FÁBRICA

Na análise dos dados obtidos em pesquisa de campo, a partir dos questionários aplicados, contatou-se que para a maior parte dos entrevistados (91,0%), o município de Estância tem apresentado uma perda no nível do seu crescimento econômico devido ao fechamento de um grande número de fábricas. Para a maioria dos entrevistados, apesar do crescimento da cidade, do aumento do número de residências, da população, e da elevada taxa de urbanização, que no ano de 2000 não se pode dizer, que houve desenvolvimento no município de Estância. Há, entretanto, consciência de que houve um aumento dos investimentos na educação, mas para 70% dos entrevistados este crescimento não tem apresentado uma melhoria das condições de vida local.

De acordo com a pesquisa, a maioria dos trabalhadores atualmente contratados nas indústrias locais, não faz parte da comunidade. São imigrantes de outras cidades, seja da capital/Aracaju ou de outros estados. Justificam esta situação confirmando o discurso neoliberal da necessidade da qualificação como condição de emprego, para os entrevistados o estudo é necessário, como forma de melhoria individual, "principalmente para adquirir emprego como funcionário público".

Os entrevistados reconhecem também que o comércio cresceu, mas a maioria acha que o comércio não dá segurança e não é para todos, apenas para 10% das pessoas entrevistadas o comércio nos dias de hoje é a garantia do desenvolvimento econômico.

Os resultados da pesquisa de campo demonstram que, antes, na cidade estanciana, havia lazer, tranqüilidade e liberdade, enquanto hoje, há menos lazer e a violência aumentou. Conforme os depoimentos, esta situação é proveniente do fechamento das fábricas, pois, com o desemprego diminuiu a oportunidade de trabalho, "não há mais oportunidade de emprego, não há mais garantia de vida, não há desenvolvimento". – a concepção de desenvolvimento que se faz é ideológica.

Para 95% dos entrevistados, a fábrica representa:

- a sobrevivência das famílias estancianas (Romualdo).
- a renda segura, aposentadoria segura (Maria de Lourdes).
- o fator principal para o desenvolvimento da cidade (Antonio).

Observou-se nas respostas, forte entonação da importância da sindicalização. Todos os trabalhadores entrevistados, com apenas uma exceção[7], vêem o sindicato como a certeza do fortalecimento da categoria. O sindicato é visto como a segurança do trabalhador para a defesa dos seus direitos trabalhistas[8], como instituição de reivindicação salarial.

Identifica-se uma forte ligação dos entrevistados com a fábrica. São pessoas que, ou trabalham atualmente na fábrica, ou foram trabalhadores, sendo que todos são filhos de trabalhadores das fábricas. Enquanto produtores sociais, no tempo da memória coletiva, a fábrica representa para eles, o signo que se constitui o vínculo de afinidade. Não se questiona a condição de vida, mas a possibilidade que essa representou e ou representa como garantia mínima de sobrevivência no lugar. O emprego na fábrica é a sinalização da lembrança vinculada a um cotidiano coletivo da não violência na cidade de Estância.

---

[7] Apenas um dos entrevistados afirmou que é sindicalizado não por vontade própria, mas porque já vem descontado no seu contra cheque.

[8] É importante observar que todos os entrevistados têm carteira assinada, trabalham oito horas diárias e tem emprego permanente. Apenas um fez curso de especialização (técnico médio).

Há uma forte nostalgia com a perda do sentido do espaço do habitar, a fábrica é a única sinalização das relações do espaço-tempo – é ela que mede a unidade e a diferença, é ela que determina a produção e a apropriação do sujeito urbano.

Embora tenham surgido novos elementos para o lazer, o espaço urbano continua a ser reproduzido por meio da fábrica. Para a maioria, os modos e tempos de apropriação dos usos dos espaços públicos da vida cotidiana dos anos de 1960 e de 1970 é que permanecem como referência de qualidade de vida. O seu sentido enquanto sujeito urbano ficou marcado pelo tempo relógio da fábrica que reorienta usos e funções do lugar da cidade/Estância. A fábrica torna-se o signo da ausência-presença, o resíduo, que assume o significado do u-tópico, do qual "o passado e o possível, o melhor e o pior se misturam" (LEFEBVRE, 2002, p. 27).

O estranhamento provocado pelas mudanças diante do fechamento das fábricas e de um novo urbano com o crescente aumento das funções comerciais e de serviços[9] aparece como exterior às suas vontades e se materializa pela violência crescente. A fábrica se apresenta na dualidade do real e do sonho. Não se argumenta o passado, este aparece como condição positiva para a materialização do presente que se apresenta sem perspectivas possíveis na sua imediata trajetória de vida. O presente e o passado coexistem na animalidade onírica do desejo como explicativa dos fragmentos que restaram do objeto de sua condição de existência individual e social – o trabalho. Ausência e presença não se excluem, mas uma é mediada pela outra, a presença da fábrica está inteira na sua ausência. A imagem da fábrica sobrepõe-se sem limites, porque necessária.

O tempo do trabalho induz ao isolamento e ao metamorfoseamento ideológico do vivido e do concebido que se limitam no tempo da vida cotidiana. Esta, reduzida ao local se produz no contexto da vizinhança e do tempo histórico do individual no local. Não há nenhuma visualização fora da escala local, ou seja, a cidade de Estância. Ilhados nas certezas dos desejos imediatos do trabalho são mergulhados no domínio do fetiche do mercado.

[9] Segundo FRANÇA e GRAÇA (2000), ao lado da atividade industrial, responsável pela geração de grande volume de impostos, estão às funções comerciais e de serviços. Nos últimos anos tem se verificado uma tendência a melhoria do comércio e os serviços também vêm sendo ampliados e se especializando.

A fábrica é a memória coletiva, - objeto de representação de 90% dos entrevistados, ela não surge nas suas memórias apenas como imagem/forma, mas, sobretudo como conteúdo, significado do tempo trabalho. Ela vem associada à condição de garantia de trabalho. A sua forma representativa ocupa a condição de valoração dos sujeitos que habitam a cidade, embora materializada nas ruas e em prédios que se apresentam como resíduos no tempo presente. O tempo que flui é o tempo do trabalho.

Assim o ontem do lugar da cidade (Estância) aparece em quase todas as falas como um tempo:

- melhor, porque tinha mais indústrias, como a Fábrica Piauitinga que fechou, consequentemente surgiu o desemprego, com isso a população sofre (Marli).
- melhor porque tinha emprego (Robson).
- melhor, tinha mais opção de lazer, era menos violenta, tinha mais emprego (Maria do Carmo).
- melhor tinha mais oportunidade de emprego (Luisa).

A rua, com as suas funções simbólicas e lúdicas desaparecem diante da imposição do urbano. Na economia de consumo a rua converte-se em rede para o consumo. Como afirma H. Lefebvre,

> O mundo da mercadoria desenvolve-se na rua. A mercadoria que não pôde confinar-se nos lugares especializados, [...] invadiu a cidade inteira [...]. A mercadoria, tornada espetáculo (provocante, atraente), transforma as pessoas em espetáculo umas para as outras. Nela, mais que noutros lugares, a troca e o valor de troca prevalecem sobre o uso, até reduzi-lo a um resíduo (LEFEBVRE, 2002, p. 30-31).

O espaço e a política do espaço são cada vez mais organizados sob o controle do Estado mediado pelo capital privado. O antigo cotidiano da vizinhança, dos laços de parentesco, das intercomunicações voltadas para o conversar diurno na beirada das calçadas, ou da troca de utensílios e condimentos entre muradas baixas das casas ajardinadas típicas do subúrbio desaparece diante da cotidianidade submetida ao tempo do capital. Há um novo tempo cíclico onde prevalece o sistema financeiro e comercial.

Compreendendo o lugar na referência poética baudelariana, fundamentada na análise marxiana, que permite ler o processo de

crescimento urbano, da produção e reprodução do espaço (urbano) inscrito no processo da reprodução do capital, e de vida humana em todas as suas dimensões, o lugar segundo Carlos (2004, p. 55) assume a dimensão "onde individual e coletivo se mesclam num jogo de impressões e significados múltiplos reveladores da vida na cidade, enquanto conteúdo para a vida". A rua aparece como lugar da experiência, da rotina, dos conflitos, das dissonâncias.

Sustentada na análise lefebvriana na qual o lugar manifesta-se como produto da existência social no curso da história, o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional, entre o efêmero e o que persiste, a cidade para Carlos,

> Se reproduz na contradição entre a eliminação substancial das formas que criam o desaparecimento dos referenciais da vida, produzindo o estranhamento. Este se revela no plano da relação do indivíduo com os lugares e no cotidiano que está hoje invadido, pelos signos de uma nova ordem que cria um novo modelo de vida (CARLOS, 2004, p. 56-57).

Porém, contraditoriamente, embora a cidade de Estância esteja inscrita na escala mundializada há perda do acompanhamento do ciclo da produção. Nesta, persiste para os sem trabalho o seu uso no tempo da duração lenta. O fechamento das fábricas, a sua redução, a eliminação de várias funções do trabalho, conforme sistema de acumulação flexível não é percebido pelos sem trabalho na velocidade dos tempos da modernização tecnológica, do ritmo acelerado da informatização ou da robótica, mas só o peso da intensa ideologização da sociedade moderna capitalista, que apresenta o trabalho assalariado, como signo de riqueza, bonança, seguridade, condição *sine qua non* para o processo da valoração.

O valor trabalho se sobrepõe como condição intrínseca de permanência de vida. A sua ausência metamorfoseia todas as formas de opressão, de exploração das horas de trabalho. Diante da crise estrutural do capital naturaliza-se a super exploração da jornada do trabalho, como afirmam os entrevistados nas suas falas:

-Apesar de pagar baixos salários, hoje trabalhar é privilégio de poucos, diante de grande número de desempregados e dos poucos números de fábricas que funcionam. (Lucileide).

- A fábrica é boa porque oferece emprego, mesmo ganhando pouco é uma renda segura, é uma garantia de aposentadoria (Maria do Carmo).

O trabalho enquanto atividade produtiva é mediador da sua consciência alienada, como ser sujeitado à continuidade da reprodução do capital. Não há consciência de classe.

O objeto do trabalho é a objetivação da vida "O trabalho alienado, porém faz do ser genérico do homem, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser estranho a ele um meio da sua existência individual" (MÉSZÁROS, 2006, p.20). No devir do capitalismo a relação que estabelece com o ato da sua produção, no interior do processo de trabalho, é a do trabalhador como uma atividade alheia que não lhe oferece satisfação em si e por si, mas pelo ato de obtê-la de outra pessoa. Como um consumidor de mercadorias, estranha sua condição de produtor, dimensão que vê no outro, "defronta-se com ele o **outro** homem", "O que é produto da relação do homem com o seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem (Karl Marx, *apud* MÉSZÁROS, 2006, p.21).

Sem realização de consumo de mercadorias, ele é colocado no círculo vicioso da reivificação, da objetivação alienadora, que não permite a superação prática da alienação. As suas falas são expressões de manifestações exteriorizadas por se verem como sujeitos produtos circunstanciais do aparente, daí porque a nostalgia faz voltar ao passado na saudade da sua posição na ordem capitalista da divisão do trabalho (na escala local, nacional e mundial).

Como ser exteriorizado (alienado), o trabalho precarizado assume uma condição concreta, porém dual e contraditória. Se de um lado este é símbolo do seu aprisionamento no ciclo produtivo, sua escravização, sua anulação, ao mesmo tempo, enquanto desejo é a possibilidade relativa de "autonomia" como comprador de mercadorias exigência mínima para sua subsistência na sociedade capitalista. Ou seja, o não trabalho é a desrealização do sujeito e a plena realização de níveis crescentes da exploração do sobretrabalho. No encontro do fluxo das falas dos entrevistados identifica-se a melancolia do ausente no presente da vida cotidiana. O antigo vivido se espacializa no hoje associado ao lugar de conflitos, de fragmentação de confrontação.

Na cidade de Estância cresce o comércio, o consumo, a concentração de riquezas, a pobreza, mas para a classe que vive do

trabalho e os sem trabalho direto, o tempo e história da cidade de Estância é geograficizado no congelamento do ontem, como forma talvez de naturalizar a miséria e gravar pela memória um ontem que eterniza melhores tempos que lhe permite dar sentido ao cotidiano de suas vidas.

No desejo, a subjetividade é a corrente do seu aprisionamento, uma vez que o trabalho alienado é seu meio e fim. Entretanto, a sua libertação só será possível pelo corte desta unidade. Enquanto seres abstratos permanecerão acorrentados no mundo do aparente, da idealidade, como necessidade da sua própria negatividade. Só como Ser social histórico será capaz de transcender a auto-alienação do trabalho pela intervenção consciente de classe na construção de uma sociedade objetivada na realização real dos que trabalham.

4. BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA

ANTUNES, Ricardo. Anotações sobre o Capitalismo Recente e a Reestruturação Produtiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes (orgs.). **O Avesso do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004, pp. 13-27.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochínov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BEZERRA, Felte. **Investigações Histórico-Geográficas de Sergipe**. Rio de Janeiro: Edição da Organização Simões, 1952.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CHAUI, Marilena. In: BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CRUZ, Francisco de Assis O. Projeto Resgate da História de Estância Jardim de Sergipe Del Rei. Disponível em: < http://www.estanciasergipe.org/estecom1.html > Acesso em: 22 mar. 2008.

FRANÇA, Vera Lúcia A.; GRAÇA, Rogério Freire. **Vamos Conhecer Estância**. Estância: Prefeitura Municipal, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx. T**radução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Para Além do capital**: Rumo a uma teoria da transição. Ttradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

RELATÓRIO DA CEPLAN: Sergipe: Desempenho, Perspectivas Econômicas e evolução dos indicadores sociais 1970-2004, CEPLAN. Recife. nov. 2005. Disponível em: <http://www.visiteobrasil.com.br/historiasdascidades/se-estancia.php> Acesso em: 22 mar. 2008.

A CIDADE SEMPRE TEVE DONO: PARADIGMAS PARA USO E OCUPAÇÃO TERRITORIAIS

Adriana Dantas Nogueira [10]

RESUMO

Este artigo pretende enfocar o tipo de uso e ocupação territorial, considerando a formação das cidades e de como o homem criou e continua criando sua própria territorialização ao longo de sua história. Os exemplos citados englobam desde a Antiguidade, com as cidades mesopotâmicas e egípcias, romanas e gregas, passando pelo período da Idade Média, Renascimento e Barroco. Desde o início, as cidades vão formando seus paradigmas, com definições precisas de localização para certas funções essenciais para sua sobrevivência, seja no aspecto econômico, social, de poder, ou ambiental. O texto permeia cidades do mundo de maneira geral, envolvendo exemplos que respondem aos paradigmas citados. A Revolução Industrial criou novas necessidades e novas relações sociais, a partir daí surgiram novos paradigmas, denominados de higienista e do embelezamento, assim como vieram o modernista, o conservacionista e o pós-modernista, todos são identificados a partir da descrição de condições e situações urbanas referentes ao uso e ocupação territorial, fornecendo exemplos, inclusive, de cidades brasileiras. Sem nenhuma intenção de incorrer em anacronismo temporal, o que se busca é o olhar voltado à formação urbana envolvendo características bem específicas de como o homem lidou com suas deficiências e invenções.

Palavras chave: territorialidade, cidades, paradigmas urbanos.

THE CITY ALWAYS HAD OWNER: PARADIGMS FOR TERRITORIAL USE AND OCCUPATION

ABSTRACT

This paper approaches a kind of territorial use and occupation, regarding to origin of cities around the world and it looks for to know how man created and how he is still creating his own territoriality along his history. Examples involve since Antiquity period, as

[10] Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal de Sergipe

Egyptian, Roman and Greek cities, through Media Age, Renascence and Barroc periods. Since the beginning, cities are growing and creating their paradigms, with precise definitions of localization about economic, social, powerful and environment conditions and necessities. This text is about cities in general, dealing with them which can represent some kind of paradigms. Industrial Revolution has originated new paradigms, because it involved new necessities and new social relationships. After that, it can be found modernism paradigm, conservationist and post-modernist paradigms, all of them described by some urban conditions which are demonstrated by some cities, including Brazilian ones. It is not intention to commit a temporal anachronism, what can be found is a look for urban conditions with specific characters to show how man dealt with his difficulties and inventions.
Key-words: territoriality, cities, urban paradigms.

1. A CIDADE SEMPRE TEVE DONO

Desde a antiguidade, quando o homem percebeu que morar em conjunto lhe trazia mais vantagens do que viver isoladamente, espaços definidos como cidades têm servido a esse propósito de forma a acomodar as atividades próprias a cada época e civilização, como por exemplo: moradia, segurança, comércio, religiosidade, poder; às vezes todas inseridas num só ambiente formando uma complexa estrutura de relacionamentos; contudo, mesmo sendo uma estrutura caracterizada por uma grande variabilidade e complexidade, os espaços que acomodam tais questões são definidos de acordo com suas funções e de acordo com quem as executa, gerando o que ficou definido como "propriedade" e "proprietário" (dono) da terra.

Desta forma as cidades Mesopotâmicas, as Egípcias, as Gregas, as Romanas, as da Idade Média, do Renascimento e Barroco, todas tinham sua estrutura, ou melhor, sua territorialidade marcada por funções comuns a cada uma dessas civilizações. A Revolução Industrial, com as grandes mudanças inseridas pelas novas condições de trabalho e relacionamento humano provocaram transformações radicais nessa territorialidade, mas uma coisa não mudou deste a Antiguidade: a definição dos espaços urbanos pelo poder destinado ao tipo de morador ou membro dessa sociedade, portanto, se na

Mesopotâmia o rei-caçador era a figura de maior importância, ele deveria ocupar o centro da cidade, uma vez que esse centro significava o poder e a superioridade sobre os demais locais urbanos. Nas demais civilizações, essa atitude de uso e ocupação do território, marcada pela definição do poder, costumava instituir o direito ao "melhor" pedaço do solo.

Hoje, essa definição parece ter atingido um alto grau de complexidade, pois o melhor local pode ser criado materialmente ou virtualmente, uma vez que apareceram novos "atores" que geram processos de alteração nessa estrutura anteriormente definida por antigos paradigmas. Nesse contexto, encontram-se os excluídos que procuram definir novos locais na atual conjuntura dentro da expressão favela versus cidade, a mulher que procura assumir seu papel como personagem igualitária sexualmente, a violência que redefine novos locais de moradia, estar e convívio acarretando os condomínios fechados e novas centralidades decorrentes dos shoppings centers. Pode-se citar ainda: a decadência de bairros centrais ou antigos da cidade, a discussão de sua verdadeira importância para uma requalificação; o marketing urbano como produção de identidade do local; novos atratores urbanos como centros comerciais e administrativos, centros culturais e de entretenimento; o não espaço ou espaço virtual versus o espaço real. Todos a serviço de uma variada, fragmentária e rizomática situação de luta para fabricar seu próprio espaço ou, ao menos, encontrar uma resposta à questão: a quem pertence o espaço urbano? Não se quer incorrer no equívoco anacrônico de comparar uma cidade antiga a uma cidade atual, mas o que se procura é perceber como o território de cada uma foi sendo formado, tirando proveito desse entendimento histórico para conhecer e apreender como os espaços urbanos foram e são transformados, destruídos, reconstruídos, numa constante e significativa materialização das ações humanas em conjuntos edificados portadores das vontades e necessidades humanas. Assim, a seguir, adentra-se em um universo histórico para destacar o ponto-chave da formação da territorialidade em diversas condições e situações, a começar pelas cidades antigas.

As cidades Mesopotâmicas não eram muito grandes e nem possuidoras de uma grande densidade populacional, segundo Leonardo Benévolo (1999, p.31-50). Algumas chegavam, no máximo, a 30 mil habitantes, fato explicado pela atividade humana ser

predominantemente rural e assim permanecer até a Revolução Industrial. As principais cidades conhecidas eram Eridu, Ur, Nínive, Lagash e Babilônia, desta última não se têm nenhuma documentação, entretanto, através dos baixos relevos assírios, os Kudurrus (placas de barro secas ao sol), pode-se ter uma noção de como ocorria o uso e a ocupação do solo urbano.

Numa placa de kudurru (Figura 1), pode-se observar a divisão ou zoneamento da cidade em quadro atividades: serviços, produção de alimentos, comércio, administração; também é possível sugerir que a localização de cada uma dessas atividades seguisse um grau de hierarquia, ou seja, a administração e o comércio no lado leste da cidade e as atividades consideradas mais populares ou simples à oeste. As principais vias e portões eram determinados pelos pontos cardeais. Observa-se a proximidade do rio com a cidade, a cidade murada, e extra-muros, a característica divisão da terra em posses "propriedades" sugerindo a divisão em espaço urbano e espaço rural, as procissões de oferendas ao novo rei-sacerdote. Outro kudurru encontrado mostra a determinação do espaço da cidade tendo o rei ao centro, bem como seu castelo, às vezes o zigurat, e as casas dos membros da corte nas proximidades ou ao redor do castelo do rei.

As cidades egípcias são muito difíceis de serem compreendidas, uma vez que pouco material chegou até os dias atuais, o que se pode supor através de estudos dos egiptólogos é que a sociedade egípcia se fundava numa hierarquia rural familiar e num rei-deus; as cidades eram habitadas por pessoas relacionadas a atividades voltadas para atender esse rei-deus, "o Faraó", ou seja, as cidades mais "recentes", como Menfis, por volta de 2500 a.C., mostram que todas as atividades ali desenvolvidas giravam em torno da proposta de construir as máquinas da ressurreição, ou seja, "as pirâmides". O rio Nilo e suas vazões desempenham papel fundamental na escolha dos locais para esses monumentos e para as cidades que iriam servir a eles. Podem-se definir alguns tipos de cidades: as cidades templos (serviam às pirâmides: construção, manutenção, peregrinação); as cidades comerciais e as cidades portuárias (com o tempo algumas funções foram se misturando como é o caso de Alexandria no período final do Egito Antigo). Uma característica diferente da determinação dos espaços de cidades no Egito é a cidade operária, na qual se verifica uma tipologia determinadora de uma sociedade que será chamada "Corvéia" pelos historiadores do século XX. Tel-el Amarna (Figura 2)

foi uma cidade que existiu por volta de 1370-1350 a.C., havia uma ponte de ligação entre o palácio e a casa do rei, sobre a estrada real, implantação típica de uma cidade administrativa-religiosa (BENEVOLO, 1999, p.51).

As cidades na Grécia antiga produziram conceitos que até os dias atuais se verifica na disposição dos espaços urbanos, como a *paleópole* (cidade velha), a *neápole* (cidade nova), a *acrópole* (cidade alta), a *ágora* (cidade baixa). O grande exemplo grego é Atenas, a cidade monumento, a Acrópole abriga os templos e a Ágora os edifícios públicos (ginásios, casa de banhos, administração e entretenimento como os teatros, a "Prefeitura" e templos de divindades de menor porte) e ao redor desta as habitações mais simples.

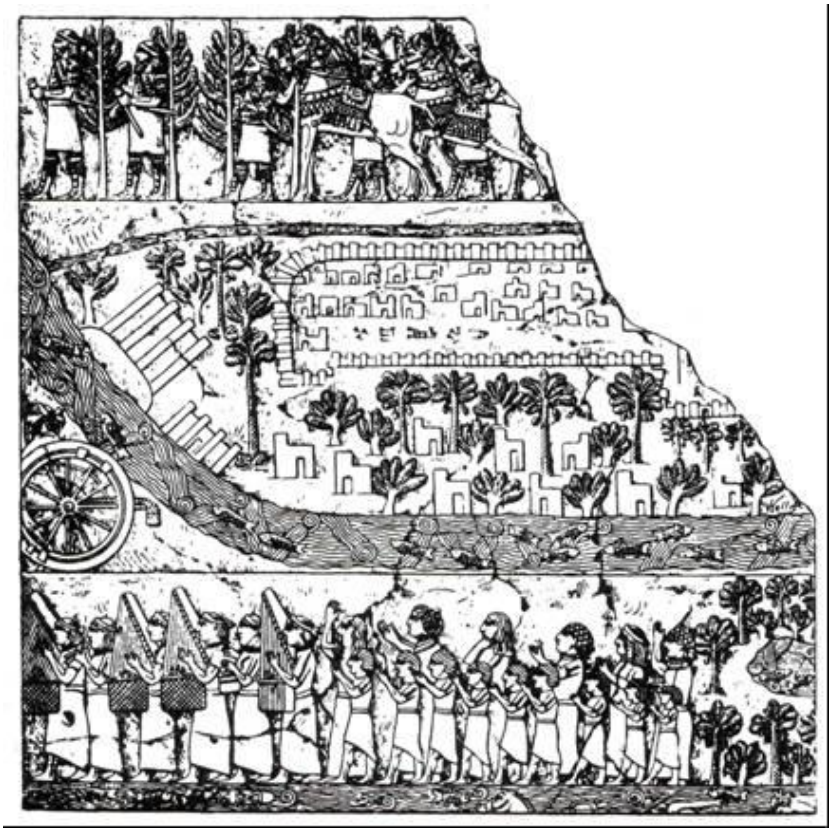


Figura 1– Imagem de cidade mesopotâmica em baixo-relevo assírio.
Fonte: BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade.* 3ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 31.

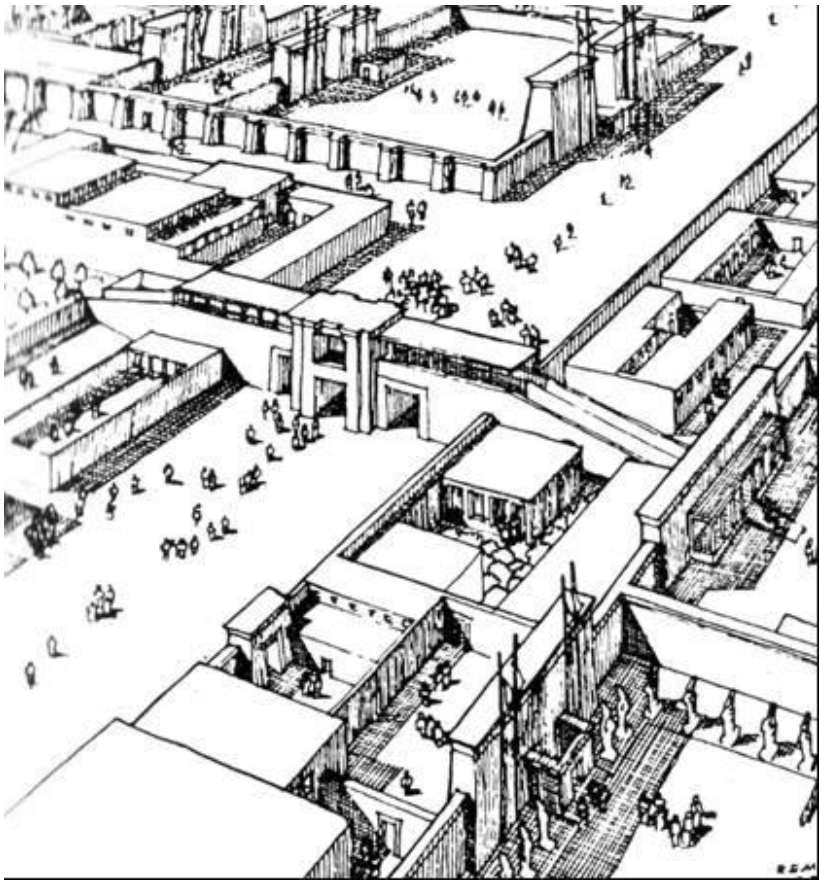


Figura 2 – Tel-el Amarna (1370-1350 a.C.) vista figurativa da ponte de ligação entre o palácio e a casa do rei, sobre a estrada real, implantação típica de uma cidade administrativa-religiosa.
Fonte: BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. p.51.

Na civilização romana, pode-se verificar a existência de uma vida mais pública do que privada, uma vez que as pessoas permanecem mais tempo nos espaços de convivência do que dentro de suas casas. Locais como os anfiteatros e as termas (Coliseu, Circus Máximus, Caracalla) são exemplos marcantes de uma sociedade cuja territorialidade aparentemente é heterogênea. Mas, na realidade, é em Roma que ocorre a determinação dos espaços urbanos, definindo o que é dos ricos e o que é da "plebe", apesar desta cidade ser politicamente dotada de uma auto-afirmação de que era feita para e pelo povo. Desta forma, eram bem definidos os espaços das

residências do pobre e do rico: as Insulas e as Domus, respectivamente, bem como os espaços próprios a cada um e a cada atividade. As Insulas eram ocupadas por toda a variedade de atividades, comércios, habitações, serviços, estábulos, etc. e caracterizavam a maior parte do uso e ocupação do território urbano. As Domus possuíam entre outras questões banheiros, esgotamento sanitário e abastecimento de água. Já os mercados eram construções em forma de arcaz, normalmente com térreo e pavimento superior e pátio central, as barracas se amontoavam por todos os locais, o térreo acomodava comércio e o superior escritórios (scriptorias), era o local de todos.

O traçado ortogonal da cidade romana básica (Figura 3) é definido por um controle militar acentuado, a setorização predomina, a administração ao centro, juntamente com o mercado, o lazer nas extremidades e as insulas permeando por todos os locais, os comerciantes mais abastados tinham casas melhores, que não podiam ser consideradas Domus, pois as verdadeiras propriedades dos mais abastados ficavam no campo ou em cidades especificas como Herculano e Pompéia. Em Roma, pela dimensão adquirida da cidade (1.250.000 mil habitantes por volta de 150 d.C.) encontrávamos casas caracterizadas como Domus (MACAULAY, 1989, p. 14). Os quarteirões característicos de uma cidade romana eram formados por casas particulares, oficinas, lojas e uma variedade de atividades denotadoras de uma vida mais pública do que privada.

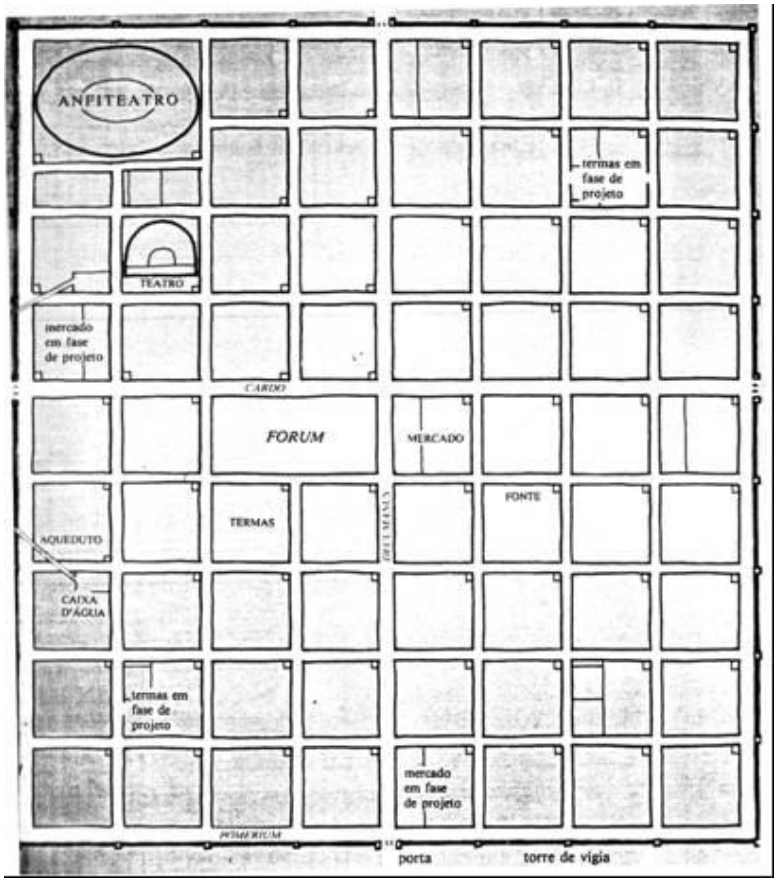


Figura 3 – Planta básica de uma cidade romana.
Fonte: MACAULAY, David. *Construção de uma Cidade Romana.* São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 12.

Com a "Queda" do Império Romano Ocidental, as cidades sofreram uma grande transformação nos seus espaços físicos, a longa duração do medievo introduz duas tipologias bem definidas de cidades: a) Cidades da Alta Idade Média: com características defensivas, pequenas densidades demográficas, o senhor feudal e a igreja como centralizadores do uso e ocupação do território, atividades rurais e urbanas se confundem, falta de comunicação entre as cidades; traduzindo a ocupação e uso das "melhores" terras ao senhor feudal em uma sociedade basicamente rural; b) Cidades da Baixa Idade Média: reconstituição de seus espaços com a recuperação de atividades comerciais, tendo as corporações de ofício um novo

papel de disputa da região central da cidade com a Igreja e com o Estado (monarquia) provocando o retorno gradual de uma maior complexidade de atividades urbanas.

Segundo Leonardo Benévolo (1999, p.255), era comum as cidades medievais serem implantadas aproveitando as antigas edificações romanas, como fortificações, castelos e basílicas, assim como também aproveitavam as cumeadas de elevações para serem implantadas, garantindo locais de defensivos favoráveis. Uma das características da cidade medieval era a ocupação de sua área central pela representação do poder da Igreja, de qualquer local podia-se avistar a torre de uma Igreja, aos cidadãos era a representação simbólica da segurança divina, bem como aos que se aventuravam nas viagens pelos campos do medievo, avistar a torre de uma Igreja significava um prato de sopa quente e um catre para repousar a noite. As cidades novas fundadas na França são chamadas de Bastides, na Espanha são as Poblaciones, mas nenhuma cidade, fosse nova ou antiga, durante a Idade Média, atingiu densidades demográficas superiores a 300 mil habitantes. As cidades de maior importância no Medievo foram: Milão, Paris, Veneza, Florença, Gand, Bruges, Siena, Palermo e Córdova. As mais importantes da Baixa Idade Média foram: Florença, Bolonha, Veneza, Nuremberg e Bruges.

No final da Idade Média, cada cidade é dividida em bairros, que têm sua fisionomia individual, seus símbolos e muitas vezes também sua organização política. Florença é um excelente exemplo de como a cidade vai sendo ocupada em círculos a partir da Igreja central, sendo ela considerada como o principal poder. As corporações de ofício iriam se localizar em locais específicos das áreas urbanas, ou seja, nos locais que ofereciam os melhores recursos, como por exemplo, próximo aos rios, cais e grandes populações, normalmente localizadas na área central das cidades. Os mercados e as praças continuaram sendo os locais em que todos se encontravam, padres, bispos, comerciantes, reis, soldados e prostitutas.

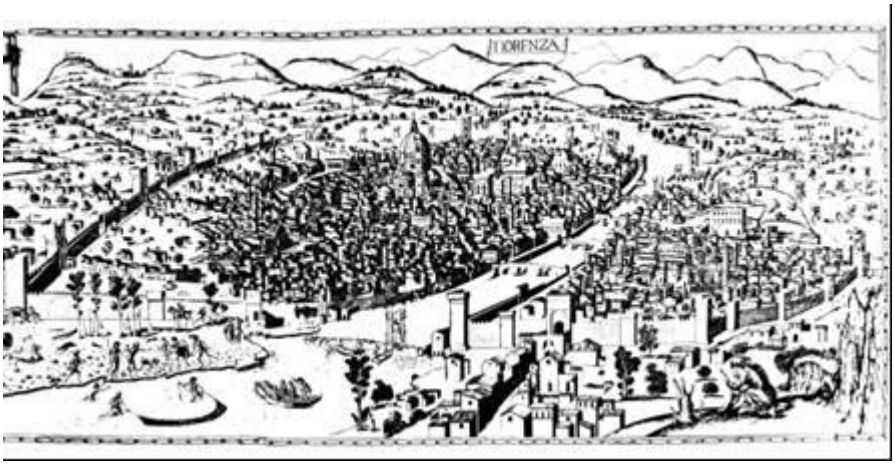


Figura 4 - Vista de Florença e a catedral – com a abóbada de Brunelleschi – que ocupa o centro da figura.
Fonte: BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade.* 3ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 268.

Apesar de o período do Renascimento ter sido um marco para a Arquitetura e para várias outras atividades humanas, a questão urbana não atingiu condições de mudanças na cidade como um todo, uma vez que os arquitetos intervieram no território da cidade medieval já formada, ou seja, na maioria dos casos, os projetos mostravam-se desproporcionais e irrealizáveis. As cidades do Renascimento continuam tendo uma disputa da área central entre a Igreja, o Estado (agora na figura da burguesia) e as corporações de ofício, enquanto que as casas dos pobres cada vez mais ficavam localizadas nos extremos da cidade, mas tudo numa grande heterogeneidade de co-existência, a praça e o mercado continuam sendo os espaços de maior possibilidade de encontros entre as categorias sociais. Na prática, ocorre a necessidade de acrescentar novos bairros à cidade medieval, planificados conforme as regras da nova Arquitetura, como no caso da cidade de Ferrara, a qual o tecido emaranhado da cidade começa a ser cortado retilineamente e de forma regular.

Entre as diferenças de ocupação e uso do território entre a cidade medieval e a renascentista está a cidade extra-muros, ou seja, o rompimento gradual da contenção da área física da cidade imposta pela defesa das muralhas; evidentemente essa condição deve-se entre outras ao crescimento populacional ocorrido a partir da introdução das corporações de ofício no meio urbano e do incremento das

atividades comerciais em decorrência da abertura do mediterrâneo e rotas com o oriente e, as grandes navegações com a "descoberta" de novos continentes, todos esses aspectos inseridos no aprimoramento de técnicas e de novos conhecimentos científicos.

Entre as questões que norteiam o uso e ocupação do território no período Barroco estão: a ampliação da antiga cidade medieval através de planos reguladores, a reorganização de ruas e instalações, como aquedutos e esgotamento, abertura de praças e construção ou reformas tornando as casas mais regulares; um dos mais graves problemas é a elevação da densidade populacional, como no caso de Paris, que passa a ter no século XVII aproximadamente 400 mil habitantes. Outras mudanças estão condicionadas a inserção de alguns monumentos arquitetônicos, como a reforma do Louvre em Paris, a formação de novas periferias que se misturam e são descontinuas com relação ao campo e a cidade, formando o que podemos considerar como os primeiros vazios urbanos. Até 1609, aproximadamente, a cidade de Paris ainda estava fechada por muros medievais, mas no final do século XVII, a cidade já havia se expandido para além muros, numa acelerada periferização

A cidade de Londres, a partir do século XVII, cresce como uma cidade aberta, e ao redor da *city* forma-se uma coroa de subúrbios, que seguem o traçado das ruas do campo, uma periferia gigantesca e desconcertante, Daniel Defoe, em 1726, considera-a uma "cidade monstruosa" (BENEVOLO, 1999, p.547). Londres é a primeira grande cidade na qual a forma urbana não depende mais das grandes intervenções do governo, as ruas estreitas e irregulares já se apresentam congestionadas por um tráfego enorme de pedestres e de carros (charretes), a cidade será acometida por uma explosão de problemas a partir da Revolução Industrial. Toda a zona central, grande parte da *city* e metade da periferia ocidental foi destruída no incêndio de 1666; foi a ocasião para reconstruir a capital, mas as autoridades inglesas não tiveram meios para esta empreitada. O crescimento de Londres, naquela época, não foi dirigido por nenhum plano. (Figura 5).

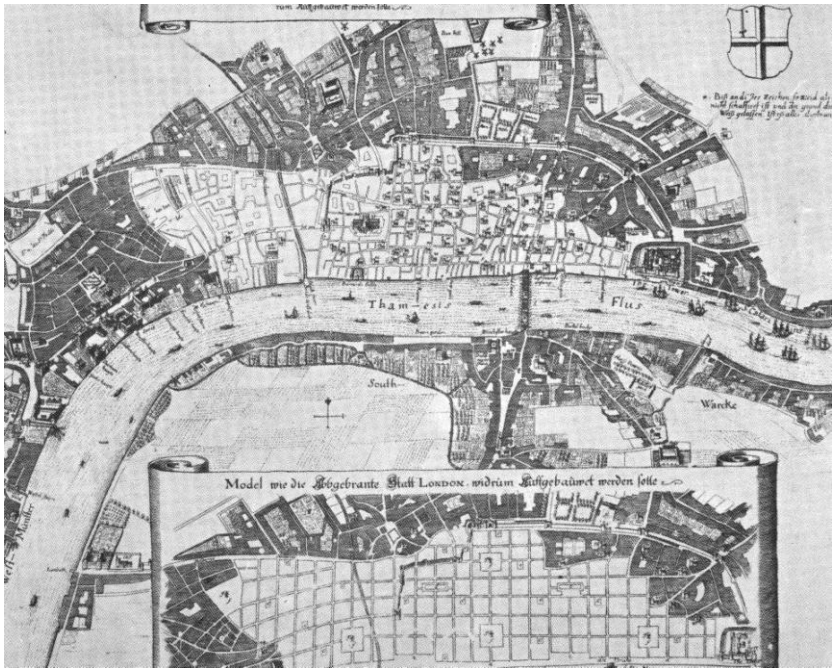


Figura 5 – Planta de Londres com a indicação da área destruída pelo incêndio de 1666 e o plano de reconstrução proposto por Robert Hooke. BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 543.

2. O USO E OCUPAÇÃO TERRITORIAIS A PARTIR DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: OS PARADIGMAS HIGIENISTA E DO EMBELEZAMENTO; MODERNISTA; CONSERVACIONISTA E "PÓS-MODERNISTA".

O uso e a ocupação territoriais são alterados profundamente com a Revolução Industrial: pelo o aumento populacional, devido à diminuição da mortalidade; aumento de bens e serviços produzidos pela agricultura, indústria e setor terciário; redistribuição dos habitantes no território, concentração de atividades ao redor da cidade e dentro da cidade pelo fluxo migratório; estes são alguns dos ingredientes de transformação do espaço urbano. Por exemplo, Manchester, que em 1760 tinha 12 mil habitantes, alcança 400 mil; Londres de um milhão vai para a casa de dois milhões de habitantes e se torna, naquela época, a cidade mais populosa. Esses aspectos iniciam os chamados paradigmas de transformação urbana,

determinados pelo higienismo e embelezamento, modernismo, conservacionismo e desenvolvimentismo.

Também o desenvolvimento dos meios de comunicação, a rapidez das transformações impostas pelas novas possibilidades tecnológicas, a desvalorização de formas tradicionais de pensar o ambiente construído, somados aos aspectos descritos anteriormente, provocaram efeitos muito prejudiciais ao espaço urbano, numa paradoxal existência de benefícios ideais versus malefícios reais. A partir destas questões inúmeros mecanismos de intervenções são realizados no espaço territorial urbano e rural. O elemento do meio-físico de domínio da paisagem é o rio, na cidade anterior a Revolução Industrial exercia o papel de provedor de água para a população, transporte e escoamento das águas servidas, com a Revolução Industrial, além da intensificação dessas tarefas, passaram a ser esgoto a céu aberto, conforme as descrições de Dickens e Victor Hugo em seus romances. Também a paisagem urbana sofreu alterações, uma vez que o domínio do espaço de forma artificial começa a sobrepujar a dificuldade imposta pelo meio natural (substituição da torre das igrejas pelas chaminés das fábricas) e o grande adensamento populacional é um dos principais condicionantes de alteração do uso e utilização das cidades, trazendo junto de si, problemas habitacionais, sanitários, econômicos, sociais e políticos.

As estradas de ferro trouxeram desenvolvimento e ligaram as cidades de forma a proporcionar idas e vindas, a população migrou aceleradamente para as cidades, tornando-as insuportáveis, uma vez que, entre outras questões o meio-físico passou a ser mero coadjuvante na implantação dos projetos urbanos. As cidades começaram a apresentar planos de saneamento de seu espaço, talvez o mais famoso tenha sido o de Haussmann em Paris, observar como a cidade é cortada de um lado ao outro através de um eixo retilíneo, nunca mais a paisagem urbana seria a mesma, eram os ares do progresso. O Paradigma higienista e do embelezamento tem no Plano de Haussmann o maior exemplo de alteração do uso e ocupação do espaço urbano, mas além dessa conhecida intervenção, as condições subumanas das cidades ensejam a necessidade de ações que se objetivam na construção de casas operárias e respectivamente nas aldeias operárias, no metro, e nas pequenas vilas destinadas as classes abastadas, além de alterações na estrutura viária com a abertura de

inúmeras avenidas destinadas ao controle e organização da população (BENEVOLO, 1999, p.595).

A partir dos anos de 1920 e no pós-guerra, um novo paradigma incorpora conceitos e objetivos racional/funcionalista às ações governamentais. O positivismo dominava a noção de desenvolvimento e as novas técnicas e o progresso industrial deveriam viabilizar e melhorar as condições de moradia. Os Congressos de Arquitetura Moderna (Carta de Atenas de 1933), o modelo de casa como máquina de morar se uniu a cidade ideal e suas cinco funções, destacam-se como teorias que influenciaram o uso e ocupação territoriais as operações cirúrgicas de renovação dos antigos espaços urbanos e idéias como a *Ville Radieuse* e a *Cite Contemporaine.* A Classe Média buscava os subúrbios, ocorria a demolição de áreas deterioradas da cidade e era dada uma exacerbada importância para a engenharia viária e o transporte individual, as soluções técnico-científicas se colocavam como soluções físicas dentro de uma ideologia tecnocrática. Outro aspecto a ser citado é a expulsão dos antigos moradores dos locais considerados degradados, ou seja, os quarteirões históricos da cidade.

No Brasil, o paradigma modernista introduziu vários conceitos de uso e ocupação territoriais, entre os quais ações de intervenções nas principais cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo (Figura 6), Salvador, Recife e, conceitos de zoneamento de funções nas cidades planejadas como Goiânia, Brasília e Palmas. A periferização nas cidades brasileiras foi um dos fenômenos mais intensos desse paradigma.

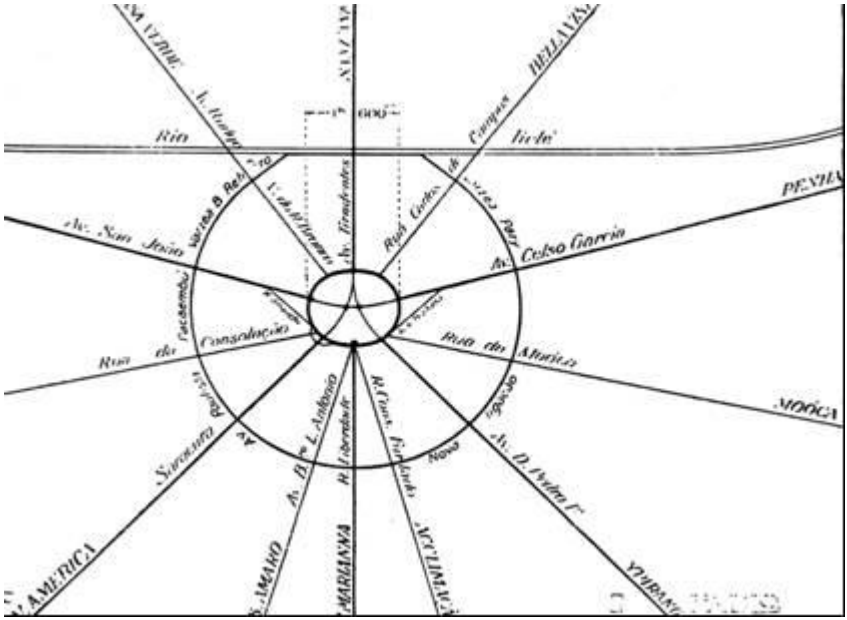


Figura 6 – Esquema teórico de São Paulo. MAIA, Francisco Prestes. *Estudo de um plano de avenidas.* São Paulo: Melhoramentos, 1930. in *Urbanismo no Brasil.* [coord] Maria Cristina da Silva Leme. São Paulo: Nobel, 1999. p. 393.

Um dos resultados imposto pelo modernismo foi a era do conservacionismo nos países do primeiro mundo, quando tudo era motivo de preservação e a ação política, muitas vezes radical, garantia os tombamentos, áreas históricas, relatórios de impacto ambiental, controle da poluição. Ocorreu uma crescente busca de identidade e o fortalecimento de bases culturais e da indústria do turismo, sacralizando lugares e edificações. Todos os paises europeus viveram intensamente este paradigma; no Brasil, esse conservacionismo começava a atuar nas cidades a partir da década de 1970, mas só intensificou-se nos anos 80 e 90. Com relação ao uso e ocupação territoriais, o paradigma conservacionista imprimia uma volta aos antigos locais centrais ou áreas históricas da cidade, o que se denominou de "reterritorialização", em propostas como bairros residenciais, uma vez que esta era a função da maioria destes locais urbanos, antes do paradigma modernista.

Os centros históricos sempre foram apontados como os locais urbanos de maior crise nas cidades Italianas. A ocorrência de uma grande especulação imobiliária no pós-guerra impôs um plano de

intervenção político-administrativo propondo a revitalização do tecido urbano de Bologna que ficou conhecido com o conceito de *"risanamento"* e influenciou as intervenções preservacionistas por todo o mundo. O conceito de *risanamento* procura encontrar caminhos para lidar com o Centro Histórico com o retorno de funções próprias ou originais do local, como habitação, comércio, encontros, aliados há utilizações modernas. O Plano de Bologna foi aprovado em 1969 e iniciado em 1971; parte de um inventário das edificações, os pontos de simbolismo histórico da cidade foram utilizados.

No Brasil o paradigma conservacionista está atrelado à proposta de requalificações urbanas, na qual as antigas edificações são restauradas para a finalidade de novas habitações, centros comerciais, entretenimento, e outras atividades que venham a alavancar o local, de modo a provocar a identidade e memória das populações e sua participação na tomadas das decisões, bem como motivar atividades turísticas e comerciais. Os exemplos mais significativos são: o Pelourinho em Salvador, o Porto de Belém, o bairro de Santo Antonio em Recife, o Corredor Cultural no Rio de Janeiro e áreas históricas no Centro de São Paulo.

Em 1991, o Centro Histórico de Salvador, era composto por ruas totalmente degradadas e quase abandonadas. A existência de uma grande quantidade de ruínas, lixo, condições subumanas impediam a preservação do patrimônio histórico. Objetivos: Dotar o Centro Histórico, através da ativação do ciclo econômico; promover a recuperação e restauração física da área; criar condições de desenvolvimento do potencial produtivo e da organização social da área (*Centro Histórico de Salvador: Programa de Recuperação.* Salvador: IPAC, 1995). A obra da Estação das Docas na cidade de Belém, de acordo com seus autores, "abre uma janela" para as águas da baía do Guajará. O lema do projeto era "antes adaptar do que intervir", o local tornou-se uma espécie de parque temático com três galpões: Bulevar das Artes; Bulevar da Gastronomia; Bulevar da Cultura.

O novo contexto, a partir de 1980 fez com que as administrações municipais passassem a reconhecer que os antigos locais deveriam ser recuperados, mas também, fez aquecer práticas gerais presentes nos paradigmas anteriores voltados para o planejamento urbano e paisagístico, desta forma, ocorre à intensificação de políticas na qual os atratores (antigos bairros, etnografias, imaterialidade, turismo, globalização, marketing urbano,

sustentabilidade) tornam-se os enfoques principais do uso e ocupação territoriais, com atuações mais pontuais do que sobre todo o contexto urbano.

A cidade de Dallas ilustra o problema identificado por Jane Jacobs em seu livro *Vida e Morte das Grandes cidades americanas* (POWELL, 2000, p.28), como um bairro de negócios hiper desenvolvido, recheado de *vivendas* para os pobres formando uma barreira entre a cidade e o subúrbio. A zona central da cidade, ou Distrito Histórico, com edificações como um mercado central, se encontra separada do resto da cidade por estrada de ferro e autopistas, contudo, o projeto pretende dar mais unidade a cidade, prevendo oficinas, residências, comércios, hotel e locais de entretenimento, sendo influenciado pelo paradigma pós-moderno na tipologia das edificações e sua hierarquização e pela apaixonada convicção de que a rua tradicional é a base da vida da cidade e uma forma de reduzir a fragmentação da cidade.

Como as demais cidades americanas, Seattle sofre com a decadência urbana deste os anos 50. Grande parte da recuperação de Seattle se deve a colaboração entre a administração pública e a iniciativa privada. O Prefeito Paul Schell (eleito em 1997) defende o renascimento do centro da cidade e a limitação do crescimento suburbano. A forma da guitarra desconstruída de Gehry, patrocinada por Paul Allen (aliado da Microsoft) é a ancora do projeto (indústria cultural). A estação de *King Street* de 1906, com sua monumental torre, se converte em parte de um sistema de transporte público importante como elemento de campanha de requalificação do centro de Seattle. A cidade nunca teve, como outras cidades americanas, importantes monumentos, assim construiu-se o Museu de Arte, projeto do famoso arquiteto Robert Venturi, a corte de Justiça, e a Biblioteca Central ambos do renomado arquiteto Rem Koolhas. O projeto de Seattle busca, de forma geral, reunir um pouco de cada um dos paradigmas anteriores, ou seja, busca o embelezamento da cidade, novas questões de inovação através de novas construções e tecnologias, conservação de locais e edificações de importância na história da cidade, construção de identidade e simbologias com a implantação de edificações que possam se tornar marcos únicos na arquitetura mundial e adquirir junto à população local o status de pertencimento. Todas as ações e edificações convidam a população a participar de

seus espaços, ou seja, são espaços de convivência. (POWELL, 2000, p. 30-37).

A Lisboa Moderna tem suas origens no terremoto de 1755, o Bairro do Chiado, considerado a alma do povo português, foi palco de um projeto de recuperação (1988-2000) idealizado pelo arquiteto Álvaro Siza. O Bairro do Chiado é o antigo coração da cidade de Lisboa, até 1988 estava em franca decadência, diminuição da população residente, e declive comercial, convertendo o local em estado de miséria. Nesta mesma época o local foi acometido de um grande incêndio, que apesar de catastrófico, possibilitou a abertura do caminho para uma operação urbanística radical. A estabilização das fachadas históricas foi derivada de intenso estudo e busca de manutenção das suas características, além do compromisso da urbanização com o uso misto do solo urbano (POWELL, 2000, p. 80-87).

3. DA GLOBALIZAÇÃO À SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES: DA OCUPAÇÃO REAL À OCUPAÇÃO VIRTUAL – "O BOM E O MAU".

A tentativa de construir um único mundo sempre conduziu a conflitos, uma vez que uma coisa é um sistema de relações em benefício do maior número de pessoas, outra coisa é um sistema de relações hierárquicas, construído para perpetuar a dominação de uns sobre os outros, no qual a maior dimensão é o mercado. O uso e a ocupação territoriais enfrentam esse paradigma, o global produz locais de falsidades e de enganos através de um marketing urbano "mal" empregado ou empregado de forma antiética, ao mesmo tempo em que define a busca de uma homogeneidade, fragmentando e excluindo camadas sociais não convidadas a esta globalização (SANTOS, SOUZA, SILVEIRA, 1994).

Um dos maiores exemplos dessa configuração territorial atual são as favelas, os condomínios fechados, os shoppings centers, os catalizadores e atratores urbanos da cidade espetáculo (GARCIA, 1997). Esses espaços, propriedades de poucos, e sedutoramente a esperança de muitos, acendem os conflitos de relacionamento que então norteiam os atuais usos e ocupações dos espaços, formando por sua vez maquinas de guerra (DELEUZE, GUATTARI, 1996) que ao se defender contra-atacam as sociedades aparentemente organizadas e supridas por esses paradigmas. Não existe mais apenas os ricos e

pobres, existem espaços de batalhas, como as avenidas que cruzam as favelas da cidade do Rio de Janeiro, as proximidades dos campos de futebol, e as balas perdidas vindas do alto dos morros que ziguezagueam até atingir um alvo no condomínio luxuoso na encosta deste mesmo morro (Figura 7). A idéia central das intervenções consiste em ligar o tecido urbano às favelas (de acordo com o projeto de urbanização apresentado pelo Arquiteto Jorge Mário Jaúregui), para isso são criados pólos de atração dentro das áreas transformadas, segundo o autor a intenção é "*introduzir uma semente de urbanidade no coração da comunidade, capaz de contaminar positivamente o tecido urbano e social*". Os pólos são creches, postos de saúde, centros culturais, profissionalizantes, núcleos de apoio a atividades esportivas e de lazer. Também inclui a execução dos serviços básicos como água, esgoto, vias de circulação e serviços públicos.



Figura 7 – Vista aérea da favela do Vidigal. Rio de Janeiro, Brasil.
Fonte: *Revista Projeto Design.* São Paulo: ARCO, Janeiro, 2000, p.43. número 239.

Junto a essa globalização associou-se a noção de sustentabilidade e a idéia de cidade-sustentável, paradigma "bom e mau", uma vez que se assenta sobre a discussão para tanto da racionalidade ecoenergética, do equilíbrio metabólico (representações técnico-materiais da cidade); do modelo de pureza, do modelo de cidadania e do modelo do patrimônio (a cidade como espaço da

qualidade de vida); do modelo da eficiência e do modelo da equidade (reconstituição da legitimidade das políticas urbanas) (ACSELRAD, 1999).

O paradigma das *Global Cities* representa a apropriação de alguns ideais oriundos do debate da geografia econômica concernentes ao novo papel das cidades no quadro de re-estruturalização produtiva e da globalização. A expressão *Global Cities* foi cunhada por Saskia Sassen (COMPANS, 1999), para designar os pontos nodais dos fluxos financeiros e sítios de produção dispersos, materializado pelas cidades de New York, Londres e Tóquio. Dificilmente as cidades dos países do terceiro mundo terão alguma chance de se tornarem parte desse paradigma. Pode-se considerar que esses paradigmas mais atuais somados aos anteriores materializam o uso e a ocupação territoriais na maioria das cidades do mundo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retratar a trajetória da história da civilização, buscou-se material para reflexão de como o espaço urbano foi sendo moldado considerando a materialização das relações humanas baseada em adaptações, reconstruções, reorganizações e reutilizações, e mais especificamente no que se denominou de "apoderar-se" do espaço. Aparentemente, a história urbana nos passa que as cidades da Antiguidade tinham esse "apoderar" claramente definido por uma complexidade menor de relacionamentos, entretanto, acredita-se que muito da fragmentariedade e rizomatissidade existentes nas relações dos espaços atuais podiam ser encontrados naqueles exemplos mais distantes, respeitando é claro a densidade demográfica e obviamente todas as questões anacrônicas que se apresentem nas áreas de estudos correlatos.

O que essa reflexão permite considerar é que esse fenômeno de apropriação dos espaços possui, em cada momento, um fator específico, embora isso seja pontuado sempre por uma espécie de batalha por se tornar dono de algo chamado território. Essa disputa pelos espaços das cidades, que no passado parecia ter regras claras, acaba tomando novos rumos a partir da industrialização, sendo pulverizada em minúsculas relações que se materializam no que os urbanistas denominam hoje de intervenções pontuais urbanas. Contudo, a maior reflexão vai ao encontro da pergunta: *será que foi*

perdido o fio da meada sobre o entendimento dos espaços urbanos e seus relacionamentos quando se trata da formação e/ou adaptação de uma cidade a novos usos? Buscando contribuir com a busca de respostas, esse artigo, recordando a história urbana, acaba propondo o reconhecimento de que *a cidade sempre teve dono* e esse fato, mesmo assinalado por diversas áreas do conhecimento como exaustivamente estudado, tem passado por muitas vezes despercebido.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ACSELRAD, Henry. *Discursos da Sustentabilidade Urbana.* **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Campinas: ANPUR/UNICAMP, maio de 1999. Número 1. p. 87.

BENEVOLO, Leonardo. ***História da Cidade***. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR: ***Programa de Recuperação***. Salvador: IPAC, 1995.

COMPANS, Rose. *O paradigma das Global Cities nas Estratégias de desenvolvimento local.* **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Campinas: ANPUR/UNICAMP, maio de 1999. Número 1. p. 91.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. ***O que é a Filosofia***. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

GARCIA, F. Ester Sánchez. ***Curitiba- Cidade Espetáculo*: política, planejamento e citymarketing**. Curitiba: Palavra, 1997.

MACAULAY, David. ***Construção de uma Cidade Romana***. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

POWELL, Kenneth. ***La transformación de la ciudad***. Barcelona: BLUME, 2000.

Revista Projeto Design. São Paulo: ARCO, Janeiro, 2000, número 239.

SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, SILVEIRA, Maria Laura (org.). ***Território: globalização e fragmentação***. São Paulo: Hucitec, 1994.

URBANISMO no Brasil. [coord.] Maria Cristina da Silva Leme. São Paulo: Nobel, 1999.

RURAL E URBANO: DA DICOTOMIA TEÓRICA ÀS PRÁTICAS ESPACIAIS

Antonio Carlos Campos[11]
Cristiane Alcântara de Jesus Santos[12]

RESUMO
A discussão que trazemos gira em torno das mudanças verificadas na relação cidade-campo das últimas décadas, que nos coloca diante da necessidade de repensar formas de apreensão de conceitos baseados em realidades cada vez mais distantes da dicotomia teórica. Inicialmente são apresentados e discutidos, criticamente, tanto as abordagens clássicas como as reflexões sobre a relação rural-urbana elaboradas pela sociologia e pela geografia contemporânea. Em seguida, são analisadas as práticas impressas no território como metodologia explicativa da interação espacial, em que os espaços rurais e urbanos são pensados como segmentos de uma totalidade dialética, cuja unidade se forma na diversidade.

Palavras - chave: Relação cidade-campo, ruralidade, práticas espaciais, território

RURAL Y URBANO: DE LA DICOTOMÍA TEÓRICA A LAS PRÁCTICAS ESPACIALES

RESUMEN
La discusión que ponemos en marcha gira alrededor de los cambios evidenciados en la relación ciudad-campo de las ultimas décadas, que nos pone delante de la necesidad de repensar formas de aprehensión de conceptos basados en realidades cada vez más alejadas de la dicotomía teórica. Inicialmente son presentados y discutidos,

[11] Professor do DGE/ UFS, Mestre em Geografia/UFS. E-mail: antonio68@ufs.br

[12] Professora da Faculdade de Sergipe (FaSe), Mestre em Geografia/ UFS. E-mail: cristie09@uol.com.br.

Os autores são Doutorandos em Geografia Humana pela Universitat de Barcelona

críticamente, tanto los abordajes clásicos como los reflejos acerca de la misma relación elaborada por la sociología y geografía contemporánea. Adelante son analizadas las prácticas impresas en el territorio como metodología explicativa de la interacción espacial, en que los espacios rurales y urbanos son pensados como segmentos de una totalidad dialéctica, cuya unidad se forma en la diversidad.

Palabras Clave: relación ciudad-campo, ruralidad, prácticas espaciales, territorio.

1 - INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os espaços rurais e urbanos têm sido palco de grandes transformações sociais, econômicas e culturais fazendo com que essas categorias de análise incorporassem novos elementos que exigem transformações em suas concepções. A própria estagnação teórica e as novas necessidades metodológicas das ciências sociais, incluindo a geografia, descartam possibilidades de reflexões baseadas em categorias tradicionais que não condizem com o atual momento histórico.

Embora as relações rural/urbano e campo/cidade se fizessem presentes há tempos, as discussões ganharam maior ênfase nas últimas três décadas, tornando-se um tema em constante evidência e com mudanças incessantes. A partir desse momento reaparecem novas dificuldades na apreensão de suas concepções, fazendo com que sejam confundidas, a exemplo da compreensão da cidade e do urbano; e principalmente, do rural, do agrícola, do agrário e do campo que são muitas vezes utilizados como sinônimos.

A abordagem do presente estudo visa contribuir para a ampliação das discussões teóricas e metodológicas que envolvem as definições do que seja urbano e rural, considerando diversos aspectos que apontam a emergência do paradigma socioespacial na compreensão da dialética da realidade contrapondo-se a conceitos pré-concebidos. Nessa perspectiva, partimos de um dialogo literário que versa sobre as convergências da diferenciação e da interação espacial. Deve-se destacar que esse tipo de reflexão assume grande risco no campo das idéias e no contexto de uma práxis atomizada por conceitos operacionais, visto que planejadores, gestores e geógrafos

em geral trabalham a todo o momento com variáveis ligadas a atualização das definições de rural e urbano em todo o mundo.

2 - DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL RURAL - URBANA: DA DICOTOMIA AO CONTINUUM

As definições do rural e do urbano remontam a uma série de fatores de ordem espaciais, que dizem respeito a representação da realidade natural e/ou artificializada e, além dos elementos temporais, carregados de influencia político –ideológica de cunho operacional, que visam estabelecer conceitos a partir de características diferenciadoras.

De certa maneira, as definições elaboradas sobre o rural e o urbano podem ser relacionadas a duas grandes abordagens: a *dicotômica* e a de *continuum*. Na primeira, o rural é apresentado como meio social distinto que se opõe à cidade, ou seja, a ênfase recai sobre as diferenças que se estabelecem entre estes dois espaços. Na segunda, defende-se que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana.

Sorokin, Zimmermann e Galpin (1929) foram os primeiros a introduzir a perspectiva do *continuum* rural e urbano. Essa idéia também está relacionada a uma concepção dual, uma vez que consideram o rural e o urbano como pólos extremos em uma escala de gradação.

Os autores defenderam que a construção de uma definição sociológica desses universos requer uma combinação de vários traços, ou seja, deve ser uma definição composta, reconhecendo a dificuldade de se proceder a uma classificação do mundo rural e do mundo urbano a partir de uma única característica.

Estas idéias foram elaboradas sob as pressões dos fortes impactos das mudanças provocadas pela expansão capitalista, que enfatizavam as diferenças entre estes meios decorrentes da maior complexidade do mundo urbano e da maior mobilidade social e espacial de sua população, cujo ritmo de vida é cada vez mais marcado por deslocamentos[13].

[13] Sobre essa temática veja mais em MARTINS, José de Souza. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

Historicamente, tanto na geografia como na sociologia tem predominado a adoção do enfoque dicotômico. Este enfoque tem como uma de suas principais fontes de inspiração as idéias do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies sobre comunidade e sociedade, que se expressa pelo contraste conceitual entre o comunitário e o não-comunitário através dos termos *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* em fins do século XIX, num contexto social marcado pela reação ao avanço das idéias e valores do racionalismo individualista. Dessa forma, a antítese comunidade/sociedade se liga à antítese tradicional/moderno que tem sido transferida freqüentemente para a oposição campo/cidade.

Ao estudar os universos rurais e urbanos, Sorokin, Zimmermann e Galpin constataram oito diferenciações básicas que não partiram de uma única característica, uma vez que para essa análise é requerida uma combinação das particularidades de cada lugar. A primeira delas foi nomeada pelos autores como ocupacional, em que a sociedade rural exerce funções agrícolas distinguindo-se da sociedade urbana que se envolve em atividades ocupacionais diversificadas. A segunda é a ambiental, relacionada ao ambiente de trabalho das duas sociedades. Os autores ressaltam que a comunidade rural tem uma relação mais direta com a natureza, pois trabalha ao ar livre, diferentemente dos trabalhadores das ocupações urbanas que, a cada dia, se vê entre os muros das cidades e de suas imensas estruturas de pedras. A terceira diz respeito ao tamanho das comunidades, em que as aglomerações rurais são menores do que as urbanas, assim como na quarta diferenciação densidade populacional, que nas comunidades rurais são menores do que as urbanas. A quinta analisa a homogeneidade[14] e heterogeneidade das populações, em que as comunidades rurais tendem a ser mais homogêneas, uma vez que nas comunidades urbanas há uma heterogeneidade cultural, religiosa, de condutas e costumes.

Neste sentido, a intensa divisão social do trabalho gera uma estratificação social atrelada a contrastes nos padrões de vida. Estas duas últimas características fundamentam a sexta diferença que consiste na estratificação e complexidade social, uma vez que na cidade encontra-se um corpo social e uma estrutura muito mais

[14]O entendimento de homogeneidade para os autores está relacionado a similaridade de características psicossociais adquiridas, como comportamento, linguagem, opiniões, tradições, crenças, etc.

diferenciada e estratificada do que a do aglomerado rural**.** A sétima diz respeito acerca da mobilidade social que segundo os autores compreende a mobilidade territorial, a ocupacional, a econômica e a vertical. Ou seja, o acentuado deslocamento das populações urbanas faz com que estas sejam mais dinâmicas do que a rural. Fato que ao observar os estudos sobre a direção da migração estas tem mostrado que há um predomínio das correntes de população que saem do campo em direção as cidades em relação às correntes migratórias das comunidades urbanas em direção às rurais.

Por fim, o sistema de integração social, que atrelado a mobilidade e a dinâmica, mostra que a cidade apresenta um processo de integração muito mais complexo e intenso do que o campo. Pelo fato da integração/interação do urbanita com o lugar ser maior e mais diversificado, as relações urbanas tem um caráter impessoal e efêmero, deixando-se de lado a personalidade e a individualidade humana. A cidade por ser um centro aglutinador que produz um espaço fragmentado e hierarquizado adquire um aspecto funcional no momento em que tudo se resume a morar e usufruir dos seus serviços básicos. Desta forma, torna-se um lugar de estranhamento e aprisionamento do homem, uma vez que o citadino não habita a cidade em sua totalidade e sim lugares específicos. Não acontecendo o mesmo com as formas de interação rural, que são menos diversificadas e ao mesmo tempo mais generalizadas e dialeticamente mais profundas em relação à pessoa, trazendo toda uma carga emocional e tornando as relações mais próximas da alma e da personalidade, contrária ao que acontece no urbano.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a emergência de uma nova ordem econômica, o acelerado processo de urbanização passou a ser produto da industrialização. Assim, as cidades evoluíram com duas características marcantes: a fragmentação e a heterogeneidade, fazendo com que as diferenças entre os universos sociais rurais e urbanos se acentuassem. Tais diferenças aumentaram tanto qualitativa como quantitativamente com a expansão do tecido urbano nas chamadas franjas das cidades, fato que passou a um desafiar estudiosos, planejadores e gestores a respeito da apreensão da natureza da relação campo-cidade.

De acordo com a chamada Escola de Sociologia Urbana de Chicago, Robert Redfield retoma a idéia do espaço *continuum* com o intuito de evidenciar uma maior relação entre os espaços opositores.

Influenciado por Robert Park, Ernest Burgess e Louis Wirth, Redfield (1947) tenta diluir as diferenças verificadas pelos clássicos nas primeiras décadas do século XX se debruçando sobre a intensificação das relações entre os dois espaços como forma de explicar que a sociedade urbana irradiaria as mudanças que modificariam a vida e as crenças do rural.

De acordo com esses autores, a base para o entendimento tanto da dicotomia como do continuum está nas particularidades das economias e, principalmente, na naturalização das relações socioespaciais rurais em contraposição a artificialização das relações e práticas urbanas.

Na literatura clássica, as relações do mundo social rural são distintas do universo não-rural ou urbano. Porém, sua análise não permite perceber que o próprio meio rural é caracterizado por uma imensa diversidade capaz de gerar relações espaciais que constroem e reconstroem cotidianamente novos territórios no campo.

3 - O Rural e o Urbano na Perspectiva da Geografia Contemporânea

Em meio à complexidade da temática, a ciência geográfica, assim como outras ciências, tem utilizado e desenvolvido essas categorias em seus estudos, sobretudo a partir da necessidade de explicar os processos gerais que acompanham a globalização/ fragmentação espacial. A escolha de um critério particular de diferenciação desses espaços não deve ser casual ou arbitrário, uma vez que o que se procura é observar as práticas espaciais que se mostram significativas sem deixar de lado a tentativa de se reconhecer as similitudes e diferenciações entre os modos de vida de cada lugar.

A partir da década de 1980, paralelo ao crescimento expressivo das populações urbanas, junto com as mudanças significativas do meio rural, Milton Santos já nos alertava sobre o uso de categorias tradicionais nas análises espaciais. De acordo com Santos (1988, p. 54):

> Durante alguns séculos, campo e cidade interagiam mutuamente, mas com o processo que se inicia com as grandes navegações e consolida-se com a revolução industrial, não é mais possível ficarmos imunes às mudanças e continuarmos com os mesmos conceitos e classificações hierárquicas.

O ritmo das transformações sociais no campo e na cidade dificulta a delimitação de fronteiras claras entre as cidades e as pequenas povoações, a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em bases funcionalistas que levam em consideração o tamanho e/ ou densidade desses espaços. A cidade e o campo, vistos enquanto espaços econômicos que se ajustam ao crescimento do urbano e aos avanços técnicos fazem com que as suas organizações espaciais sejam analisadas a partir da dinâmica que se dá fora de seus limites, moldadas pelo acelerado processo de globalização e urbanização da sociedade.

Assim, segundo Migione e Pugliese (1987, p. 86) "as fronteiras entre o rural e o urbano sempre foram mal definidas e que, por isso, a representação clássica baseada na dicotomia contribuiu, de fato, para ocultar fenômenos sociológicos relevantes".

Esse processo tem provocado a retomada de discussões tradicionais, normalmente dualistas, que opunham o rural ao urbano, fazendo com que o rural seja sempre associado ao lugar da produção agrícola, que é entendido na maioria dos casos como lugar do atraso, precário e carente de serviços; ao passo que o urbano é visto como sinônimo de moderno, lugar da produção industrial e do acesso a infra-estrutura. Dessa forma, permanece uma visão estereotipada de que o rural está sendo destruído pela expansão do urbano, sem levar em consideração que o rural não se associa, como tradicionalmente, somente à atividade agrícola e que a persistência do modo de vida do campo está em processo.

Vários estudos já comprovaram que algumas atividades e ações tipicamente urbanas, atualmente estão se desenvolvendo com êxito no espaço rural. Um fator que enfatiza esse processo é a modernização que se tornou tão eficiente em algumas localidades rurais quanto na cidade. De fato, o domínio do conhecimento técnico, científico e informacional promove novos padrões de organização produtiva e novas relações sociais que não são mais fatores associados somente ao urbano, mas a sociedade como um todo.

Partindo desse pressuposto, a discussão do rural transcende a esfera agrícola, vez que está fundamentada em relações globais, não estritamente ligadas à agricultura, mas a processos produtivos que, muitas vezes, são similares aos processos urbanos de reprodução

social, de divisão territorial do trabalho e de formação socioespacial. O rural é o geral, social, político, econômico e cultural. É o processo de relação social no campo que se configura como modo de vida, ou seja, sistema de valores e tradições típicos desses lugares específicos.

Assim, o rural consiste numa categoria espacial que para o seu entendimento independe da exclusividade ou predominância de atividade agrícola, embora esta ainda seja responsável por uma parte da ocupação da população. A agricultura que caracteriza fisicamente o espaço consiste simplesmente em parte do mundo rural, não devendo ser apresentada como característica definidora por seu caráter produtivista, já que com mais freqüência se evidenciam as múltiplas atividades engendradas na conformação socioespacial do espaço rural.

Por outro lado, o urbano não se reduz apenas a cidade, extrapola os seus limites, pois segundo Santos (1994, p. 69), discutindo as idéias de produção do espaço formuladas por Henri Lefebvre, afirma que "o urbano é freqüentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno. Não há que confundir"[15].

Essa relação torna-se extremamente complexa, pois não se pode dissociar a cidade do urbano: a cidade é a matriz do urbano e o urbano universaliza a cidade.

A noção de cidade se desenvolve de acordo com cada momento histórico assumindo dimensões e conteúdos diferentes e contraditórios. Utilizando-se de uma metáfora dialética, a cidade ao mesmo tempo em que se caracteriza como lócus da produção do urbano, possui como elemento fundante a própria reprodução do capital e da sociedade fragmentada que extrapola seus limites físicos, ampliando relações sociais e espaciais a partir da reprodução de suas partes dentro de um contexto totalizante.

As idéias de aglomeração e concentração constantemente vinculadas à cidade fazem com que a mesma seja analisada por alguns estudiosos de forma simplificada, considerando-se apenas a concentração de população, a infra-estrutura básica, as atividades de serviços prestados a população e a reserva de mão-de-obra. Porém, a cidade também não é apenas o quadro físico ou o seu entendimento econômico. A cidade não deve mais ser analisada como uma unidade

[15] Milton Santos ao delinear o espaço urbano como abstrato refere-se ao pensamento de Henri Lefebvre. La Production de L'espace. Paris: Antrophos, 1986.

espacial que apresenta morfologia integrada, uma vez que tem incorporado espaços descontínuos, caracterizando novas morfologias marcadas pela descentralização territorial. Assim, qualquer análise fundada num materialismo histórico-geográfico deve partir do seu entendimento histórico-espacial, chegando à compreensão da cidade enquanto construção e apropriação humana, isto significa pensar a cidade dentro de uma totalidade, como aponta Carlos (1992, p. 90), "a cidade é uma realização humana, produto, condição e meio", por isso guarda as várias dimensões do movimento da vida humana.

A redefinição do espaço urbano possibilita análises mais complexas do processo de urbanização, visto que o urbano não contempla somente aglomerações contínuas, dotadas de infra-estrutura básica e equipamentos sociais, mas sim, estruturas polinucleadas, descontínuas e articuladas por várias relações; não necessariamente campo-cidade ou vice-versa, relações mais amplas, em diferentes escalas e com novas configurações. Conforme aponta França (1999, p. 28), quando explica que "hoje o espaço urbano é formado por várias partes com características diferentes, mas que se articulam entre si, pois estão em constante interação".

Assim fica claro que o espaço urbano apresenta duas características básicas: a fragmentação e a articulação. A fragmentação é fruto dos diversos agentes modeladores que produzem e conseqüentemente consomem o espaço urbano. Entretanto é através da articulação que estes espaços ganham unidade.

Por outro lado, o rural perde progressivamente seu caráter de categoria analítica homogênea que poderia ser contraposta ou vista apenas como um complemento do urbano. Isso não resulta numa homogeneização metodológica que reduziria a distinção entre o rural e o urbano a um *continuum* dominado pela cena urbana antagônica, como fora estudada no tocante à realidade européia por MENDRAS (1958) e LEFÉBVRE (1972); norte-americana por R. E. PAHL (1966) e brasileira por SILVA (1996) e IANNI (1996), entre outros. Os estudos da lógica da dicotomia e do continuum rural-urbano mostram que existem diferenças fundamentais na organização social, cultural e nos modos de vida determinados por sua vinculação espacial.

O que está implícito na literatura não se trata da eliminação do rural e sua transformação em urbano, mas de um processo em que um "novo rural" e um "novo urbano" surgem a partir de um

reordenamento de ambos. Esses espaços assumem novos papéis, em que se acentuam a articulação e dependência entre ambos, pondo-se em dúvida a distinção entre um e outro. De acordo com Galvão (1995, p. 105), "quanto mais intensas e variadas as relações campo-cidade, mais diversificados os espaços por elas construídos".

Entretanto, o campo não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão, uma vez que se expressa de forma diferente em universos sociais, culturais e econômicos heterogêneos. Isso ocorre em função da presença de outras atividades paralelas e integradas às agrícolas. Além disso, algumas funções urbanas foram incorporadas e adaptadas ao ambiente rural, tendenciando a um novo critério de diferenciação espacial ou alguma ulterior qualificação do rural que permita captar a diversidade crescente. Em virtude desse aspecto, concordamos que "o rural não pode ser definido por oposição e sim na sua relação com as cidades" (FAO/SDA, 1998).

A necessidade de uma nova análise dos processos de urbanização e desruralização exigem a redefinição dessas categorias, uma vez que a partir do momento em que o fenômeno se renova, incorpora outros elementos, atingindo um alto grau de complexidade fazendo com que as relações se tornem mais amplas e de alcance longínquo ganhando um novo impulso, revelado por suas próprias contradições.

4 - A CONFLUÊNCIA RURAL - URBANA A PARTIR DA INTERAÇÃO

Nas últimas décadas temos observado uma revalorização de determinadas áreas rurais e a sua conseqüente dinâmica de ocupação e uso potencial. Muito embora, este dinamismo esteja relacionado à presença crescente de atividades não-agrícolas, isso tem levado muitos estudiosos a conceberem novas formas de apreender esta realidade, a partir da delimitação de espaços formados pela unidade cidade-campo, através da análise de sua dinâmica territorial.

A tese que defendemos neste trabalho é a de que o modo de vida dos habitantes caracterizado pela noção de pertencimento e identidade que se mantém à luz das práticas espaciais e sociais coletivas e/ou individualizadas devem ser aplicadas em qualquer escala de análise para o estabelecimento concreto do objeto de estudo ou planejamento oficial; o que de certa forma não conduz a

delimitações físicas operacionais, mas implica em reorganizar as várias idéias contraditórias e muitas vezes correlatas das redes de relações locais – globais.

O mundo urbano – rural não se apresenta de forma dicotômica, mas como uma estrutura-conteúdo que interage a todo instante a mundialidade no local e, ao mesmo tempo, o local fragmentado e articulado se apresenta no contexto do geral. Assim, as interações espaciais e os conteúdos ganham mais importância no palco do jogo do que o cenário natural ou artificializado.

Assim, a discussão atual que aponta a urbanização como um processo em permanente mutação e que fomenta novas dinâmicas a partir do desenvolvimento do sistema político-econômico reflete a produção do espaço com características peculiares, com aspectos e significados diferentes. O mesmo processo acontece no campo, já que embora existam traços comuns da *ruralidade*, com a inserção mais veemente do capital e sua integração à economia global, emerge uma nova reorganização espacial produtora de identidades e práticas socioespaciais com características próprias vinculadas ao território através da materialização/ construção da memória e de sua própria história.

O entendimento de urbanização presente nesse trabalho ultrapassa a dimensão física do processo, como por exemplo, expansão da área construída ou delimitação do perímetro urbano. Constitui-se, sobretudo, pelos fluxos que articulam lugares e a sociedade, compreendendo não apenas as dinâmicas de concentração dos homens e das riquezas, mas o seu conteúdo social e cultural.

Neste sentido, o processo de urbanização, enquanto (re) organização do espaço ou mesmo a crescente necessidade de ruralização da natureza faz com que as diferenciações estudadas por Sorokin, Zimmermann e Galpin tendam a desaparecer, não necessariamente gerando o fim da distinção campo - cidade, mas fazendo com que a cidade e o campo se tornem realidades confluentes.

Dessa forma, os geógrafos, planejadores, demógrafos, gestores e pesquisadores em geral devem avançar em formulações que rompam com a dicotomia rural – urbano, ressaltando o entendimento de cada universo em sua particularidade, mas também, em que consiste de geral e específico na intensidade das práticas engendradas no território. Segundo Alentejano (2000, p. 105), "o urbano

representa relações mais globais, mais deslocadas do território, enquanto o rural reflete maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa".

Ao discorrer sobre as implicações de se fazer análises acerca dessa relação dentro de uma lógica global Milton Santos já nos alertava que "*não podemos mais referir-nos às clássicas noções de relação cidade - campo, uma vez que as mesmas não se processam de forma linear e unilateral*" (SANTOS, 1988, p. 49). Com o advento do *Glocal* (global no local e vice-versa)[16], a conseqüente transformação no processo de trabalho e a modernização das sociedades urbanas e rurais enfatizam a integração dos dois espaços através de trocas cada vez mais intensas.

A divisão territorial do trabalho entre cidade e campo não mais é válida sequer para o período pré-industrial, quando a população era predominantemente camponesa, mas desenvolvia também todas as atividades de manufatura e serviços necessários para a sua reprodução localmente e extra local. O mesmo se dá em situações em que a modernização é latente, pois o aumento de produtividade reduz os postos de trabalho agrícolas e, a fim de evitar o esvaziamento das zonas rurais os governos diversificam as atividades econômicas procurando integrar populações, trabalho e espaços. Portanto, novas territorialidades emergem como fatores da articulação e fragmentação espacial em curso.

A emergência de novas atividades agrícolas gera inúmeros fluxos de todos os tipos e direções, o que remete a uma re-leitura da divisão social e territorial do trabalho, tendenciando a uma nova estruturação do campo. A inserção de atividades não-agrícolas no meio rural remodela a relação campo-cidade tradicional e insere novos pressupostos de análise numa esfera de inter-relações que transcende o entendimento linear de rural e urbano, apontando para explicitações interdisciplinares.

5 - O NOVO RURAL E O URBANO NO BRASIL DE HOJE

[16] Expressão utilizada por Jordi BORJA y Manuel CASTELLS na explicação das relações atuais do mundo no livro intitulado Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: Taurus, 1997. O Glocal é um conceito usado na antropologia cultural para denominar a mistura de culturas globais modernas e locais tradicionais.

A reestruturação espacial do rural também decorre da necessidade de sobrevivência do homem em seu meio de vida, uma vez que as mazelas do modelo de desenvolvimento adotado pelas políticas governamentais estão ainda presentes na estrutura da família camponesa forçando sua desterritorialização. Além disso, suas redefinições têm provocado o empobrecimento da população em nome do desenvolvimento rural, ou seja, a agricultura se moderniza, mas, em muitos casos, a pobreza rural persiste.

No Brasil, segundo estudos de Kageyama e Rehder (1993), "a melhor condição de vida da população rural não está diretamente associada a maiores índices de modernização agrícola [...]. A variável mais importante detectada foi o 'grau de urbanização do interior', que busca captar a distribuição da rede urbana no interior dos Estados".

A ocupação estritamente agrícola não está sendo capaz de atender a demanda de trabalho por parte da população que vive no meio rural. Então, emerge uma série de novas atividades, antes tipicamente urbanas, que agora estão presentes também na paisagem rural.

Com o crescimento das atividades não–agrícolas surgem as famílias pluriativas, que passam a combinar as atividades agrícolas com as não-agrícolas, tanto internas como externamente às propriedades, se configurando num fator reestruturante da dinâmica da 'urbanização' do campo.

Baseado nos dados de empregabilidade dos PNADS (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), Silva (1997) afirma que com a pluriatividade aparecem três mudanças fundamentais no campo brasileiro:

a) As unidades familiares se individualizam no que diz respeito à gestão produtiva atrelada a modernização gerando a liberação dos membros das famílias para buscarem fora das unidades de produção outras atividades;

b) Os membros das famílias reduzem sua jornada de trabalho nas unidades de produção e buscam outras atividades, rurais ou urbanas, que lhes garantam um rendimento maior; e,

c) Crescem as atividades rurais não-agrícolas.

A pluriatividade surge a fim de incentivar a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas como forma de se garantir níveis de renda compatíveis, bem como a ocupação de força de trabalho

familiar, e de certa maneira como forma de resistência do campesinato.

Assim, o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola. A redução de trabalhadores ocupados na agricultura é significativa e se associa ao aumento do número de pessoas residentes no campo com atividades não-agrícolas atreladas a outra parcela de agricultores que buscam combinar a agricultura com outras fontes de rendimentos.

Essas constatações nortearam vários estudiosos, que fundamentados na reprodução capitalista, definiram a cidade e o campo como espaços articulados, uma vez que eles se completam, concorrem entre si, absorvendo a discussão da totalidade. Portanto, o modo de produção capitalista não deve ser identificado somente com a cidade, pois ele só é capaz de se reproduzir a partir do aumento da articulação entre o campo e a cidade, como aponta Sposito (1998, p.64) quando diz que "os espaços não são apenas urbanos; existe a cidade e o campo. O modo de produção não produz cidade de um lado e campo do outro, mas ao contrário, esta produção compreende uma totalidade, com uma articulação intensa entre estes dois espaços".

Não se pode fazer uma análise entre o campo e a cidade partindo-se do princípio que há uma luta desleal, ou seja, que um enriquece em detrimento do outro, de forma que quase sempre o urbano acaba se impondo ao rural. Segundo Abramovay (2000, p. 27), "o meio rural só pode ser compreendido em suas relações com as cidades, com as regiões metropolitanas e também com os pequenos centros em torno dos quais se organiza a vida local".

Os dois extremos do *continuum* urbano - rural que eram concebidos como algo pré - estabelecido, em que quase por definição, um só - o urbano - crescia, enquanto o outro - o rural – conseqüentemente esvaziar-se dá lugar as novas expressões em que cidade e campo interagem no controle das decisões tanto de produzir, como na regulação do consumo, principalmente quando se diz respeito as novas reconfigurações que tentam equilibrar o manejo do ambiente, garantido a permanência das gerações futuras.

É a própria reprodução capitalista que passa a ser o fio condutor da reestruturação espacial, visto que mercado estabelece o que deve ser modificado e onde os investimentos devem ser concentrados. Tais investimentos se dão tanto no campo como na

cidade, porém os detentores dos meios de produção decidem onde é melhor investir. Assim, a modernização do campo torna-se uma exigência da estrutura econômica e social totalizante.

Essa idéia é reforçada por Santos (1989, p. 149) quando afirma que "acusar a cidade de esvaziar o campo e de se enriquecer em seu detrimento equivale a superestimar sua importância e não chega ao âmago da análise. Na realidade, as cidades são intermediárias bem modestas. Os verdadeiros atores são as estruturas sociais e econômicas".

As transformações sociais e econômicas são responsáveis pelo desenvolvimento do par rural/ urbano, uma vez que a modernização se dá tanto na cidade como no campo, a partir da difusão de tecnologias e do reordenamento das relações de trabalho e produção. Além disso, os meios de comunicação vêm integrando a área rural com a mesma dinâmica informacional das cidades, como afirma Santos (1988, p. 43), "a urbanização ganha, assim, novo impulso e o espaço do homem, tanto nas cidades como no campo, vai tornando-se cada vez mais instrumentalizado, culturizado, tecnificado e cada vez mais trabalhado segundo os ditames da ciência".

A discussão de fundo que está posta parte da identificação das novas relações cidade - campo que tem apontado no sentido da urbanização do campo e descentralização das funções das cidades, ou seja, análises funcionalistas que perdem fôlego, vez que o rural pode ser compreendido como um espaço integrado ao processo de urbanização da sociedade. Esse espaço se articula com o urbano guardando as especificidades de identidade territorial, mesmo absorvendo algumas lógicas difundidas pela cidade.

No processo de urbanização, a formação do tecido urbano e a centralidade da cidade remetem ao espaço rural um caráter de envolvimento formado por fragmentos de espaços construídos para a circulação das mercadorias e das pessoas.

De acordo com essa perspectiva, o espaço urbano se constitui, conforme salienta Lefebvre (1979) como o território onde se desdobra a modernidade e a cotidianidade no mundo moderno. Sendo que no Brasil de hoje, o processo de alienação urbana é dado pela convergência do tempo da mercadoria e do capital financeiro que nega a herança comunitária que a cidade possui como lugar de encontro e de lutas, tornando-se centro privilegiado do consumo em detrimento de seu significado como lugar da política.

Essas transformações ocorrem num momento em que a alienação rural – urbana se manifesta com o aparecimento de questões sociais no campo que são gestadas nas cidades, como a luta do movimento dos trabalhadores "rurais" sem terra (MST) entre outros, que alijados da cidadania urbana, voltam a ocupar o campo como forma de reivindicação de posses que sequer lhes conferem práticas, identidades e trajetórias de vida.

Apesar de inúmeras formulações de delimitações físicas, ordenadas a partir de legislação oficial ou mesmo as várias tentativas de apresentar 'novos métodos e conceituações' que no fundo complementam as idéias da dicotomia[17]. O foco da análise deve ser transposto para a territorialização de práticas sociais e espaciais, uma vez que estas são flexíveis, fluidas e temporais, merecendo re-leituras freqüentes para a compreensão e adoção de novos estudos e planejamentos mais eficazes. O território em si não conduz a uma idéia de homogeneização utilitária, mas de contradições e relações impressas por práticas marcantes.

Numa tentativa de solucionar os obstáculos impostos pela própria dinâmica do entendimento do par rural/ urbano, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), têm utilizado nos últimos levantamentos censitários, novas variáveis e tipos de classificação de áreas que recortam o espaço de forma a dar maior mobilidade para os estudiosos interessados em temáticas específicas. Resolvendo parte do problema, mas ao mesmo tempo, obrigando pesquisadores a trabalharem de acordo com perspectivas e recortes de acordo com uma ordem próxima da realidade, contrária a generalizações.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das inegáveis transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e espaciais resultante do desenvolvimento do espaço urbano que ao mesmo tempo em que se fragmenta também incorpora novas áreas, o rural não deixará de existir. O importante é assimilar o novo sentido do par rural-urbano. Isso significa repensar o

[17] Na obra de José Eli da Veiga publicada em 2002. Ele tenta combinar critérios estruturais como a localização, o número de habitantes, de eleitores, de moradias, e, sobretudo, a densidade demográfica para estabelecer delimitações funcionais do urbano e do rural.

rural e o urbano como espaços de vida e de trabalho. Significa também, repensar a relação com o conjunto das dinâmicas do território local.

Esse é o grande desafio teórico-metodológico que se apresenta, uma vez que a separação rural – urbana repleta de conceitos que se interpenetram torna-se, a cada dia, desnecessária e complexa.

A interação dos espaços com seus diferentes níveis de aproximação/ distanciamento do mundial nos direciona a rupturas epistemológicas com conceitos pré-estabelecidos visando a construção de uma nova ordem prática carregada de cientificismo que seja capaz de responder as questões que superem as insuficiências teóricas e empíricas do que seja rural e urbano.

O rural não pode ser concebido apenas como complementar ao urbano, como paisagem a ser consumida. Ele já se configura como *o locus* de novas experiências que contribuem para a superação de problemas estruturais de nossa sociedade. Neste sentido, um recorte espacial em apenas duas categorias não responde de forma adequada os objetivos propostos, sendo necessária a criação de mais categorias para a realização de uma melhor captação das singularidades socioespaciais.

Nesse caminho metodológico, as histórias e geografias locais imprimem práticas espaciais no território, registradas no seio do vivido, naquilo que lhe dá substância, na cultura social. Retomando as obras de Henri Lefebvre, salientamos que as interações socioespaciais acontecem no espaço do cotidiano enquanto lugar da cotidianidade. E este se funda como categoria central para compreender o par produção/ consumo de espaços e no pensar os argumentos para contrapor a ideologia homogeneizante da sociedade moderna.

Nesse sentido, torna-se evidente a necessidade de investimentos teóricos que, mais adiante, possam fornecer maior consistência, inclusive, às pesquisas que assumem uma dimensão fundamentalmente empírica. Haja vista que em um mundo cada vez mais dominado pelo desenvolvimento técnico, científico e informacional atrelado a territorialidades urbanas e rurais impregnadas de identidades e cotidianos específicos, o par rural/ urbano está em constante confluência e interação através do processo de reprodução das relações sociais e espaciais.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo. Rio de Janeiro: **IPEA**, Texto para discussão nº. 702, 2000.

ALENTEJANO, P. R. O que há de novo no rural brasileiro? São Paulo: **Terra Livre**, nº. 15, pp. 87-112, 2000.

BORJA, Jordi. y CASTELLS, Manuel. **Local y global: La Gestión de las Ciudades en la Era de la Información**. Madrid: Taurus, 1997.

FAO/DAS. **Program Rural Indications**. 1998. mimeo.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

FRANÇA, Vera L. A. Aracaju. **Estado e metropolização**. Aracaju: Editora UFS, 1999.

GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. As múltiplas facetas do espaço agrário contemporâneo no Brasil. In: **Anais** do 1º Encontro de ensino de Geografia de 1º e 2º grus frente às transformações globais, rio de Janeiro: UFRJ, 1995, pp. 105 -125.

IANNI, Otávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

KAGEYAMA, Ângela A.; REHDER, Paulo. O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília: v. 31, n.1, jan/mar. 1993.

LEFÉBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, série Temas, 1991.

LEFÉBVRE, H. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, J. de S. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural.** São Paulo: Hucitec, 1986. pp. 163-177.

LEFÉBVRE, H. **O marxismo**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

_____. **De lo rural a lo urbano**. 4ª Edición. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

_____. **La Production de l'Espace.** Paris: Antrophos, 1974.

_____. **La survie du capitalisme**. Paris: Éditions Anthropos, 1973.

_____. **O pensamento Marxista e a Cidade**. Povoa de Varzim: Editora Ulisseia, 1972.

_____. **O direito à cidade.** Tradução T.C. Netto. São Paulo: Ed. Documentos, 1969.

MENDRAS, H. Sociologie du milieu rural. In: GURVITCH, J. (dir.) **Traité de sociologie.** Paris: PUF, 1958.

MIGIONE, Enzo e PUGLIESE, Enrico. A difícil delimitação do urbano e do rural: alguns exemplos e implicações teóricas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, nº 22, pp. 83-99, abril, 1987.

PAHL, R. E. The rural - urban continuum. In: **Sociologia Ruralis**. vol VI nº. 3-4, 1966.

REDFIELD, Robert. **The Folk Society**. In: American Journal of Sociology nº 41, 1947, pp. 293-308.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. In: SHIKI, Shigeo; Silva, José Graziano; ORTEGA, Antônio César (Orgs). **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Uberlândia: UFU/Fapemig, 1997, pp.75-100.

_____. **Gestão das Políticas na Agricultura Brasileira Moderna.** Belo Horizonte: Ed. Unicamp, 1996.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C.C. e GALPIN, C. J. Diferenças Fundamentais entre o mundo rural e urbano. In: MARTINS, J. S. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

TONNIES, F. **Comunidad y asociación**. Barcelona: Península, 1887.

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO TURISMO SOLIDÁRIO REDIRECIONAM O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE?

Luzia Neide M. T. Coriolano[18]
Humberto Marinho de Almeida[19]

RESUMO

O comportamento empreendedor se desenvolve e se populariza em atitudes que ensinam a convivência com risco, a aprender com ele, a pensar, ter auto-estima, coragem, confiança e capacidade para gerir a própria vida, vendo, na mudança, oportunidades, e não ameaças. Passa, necessariamente, pela valorização, capacitação para o associativismo, cooperação, colaborando para a realização pessoal e profissional, do indivíduo sem desconsiderar o coletivo. Mas como ser empreendedor num País como o Brasil? E, em especial, no Nordeste? Qual o significado dos Arranjos Produtivos Locais? Como pequenas economias se inserem e conquistam espaços na economia globalizada? Que motivações, além das de cunho mercadológicos, são inerentes a empreendimentos solidários? Por que estas formas de organizações produtivas remetem às comunidades e ao desenvolvimento local? Como arranjos produtivos locais se relacionam com o turismo? E como podem os arranjos ser solidários? Apresenta-se reflexões sobre estes questionamentos, conclui-se que comunidades em luta pelo desenvolvimento solidário, não desconhecem a presença do Estado e a mundialização do capital, pois vivem os conflitos da inserção nessas realidades, questionando políticas neoliberais, sobretudo a estatal, para voltá-las aos interesses das economias populares, com resultados mais socializados e Arranjos Produtivos Locais têm sido um dos caminhos, por ampliar focos de interesses.

Palavras chave: Arranjos Produtivos Locais, Desenvolvimento local, Turismo, solidariedade, Comunidades.

---

[18] Professora de Geografia e Turismo do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora do CNPq.

[19] MS. em Geografia Humana FFLCH/USP. Professor Assistente do Depto. de Geografia FAFIDAM/UECE.

LOCAL PRODUCTIVE ARRANGEMENTS OF THE SOLIDARY TOURISM REDIRECT THE DEVELOPMENT OF THE NORTHEAST REGION?

ABSTRACT
The enterpriser behavior is developed and become popular by attitudes that teach the coexistence with the risk, to learn with it, to think beyond, to have self-esteem, courage, confidence and capacity to manage the own-life, seeing, in changes, the opportunity, not the threat. Passes, necessarily, through the valorization and qualification for the associativism, cooperation and collaborating for the personal and professional fulfillment of the individual but considering the collective. However, how to be an entrepreneur in such a country like Brazil, especially in Northeast? What the means of the local productive arranges? How do little economies insert themselves and conquer space in the globalized economy? What motivations, besides the market ones, are inherent to soldary enterprises? Why do these forms of productive organizations take to local communities and local development? How is local productive arranges related to tourism? And how can arranges be solidary? The text presents reflections about these questions, and concludes the communities in fight for the solidary development; know no presence of the State and the globalization of the capital, because they live the conflicts of the insertion into these realities, questioning the neoliberal policies, especially the state, to take them to the popular economies, with results more socialized and Local productive Arranges have been one of the paths, for extends the focus of interests.
Keywords: Local Productive Arranges, Local Development, Tourism, Solidarity, Communities.

As dimensões econômica e socioespacial do turismo são abordagens que instigam diversos questionamentos: pequenas economias se inserem e conquistam espaços na economia globalizada? Que motivações, além das de cunho mercadológicos, são inerentes a empreendimentos solidários? Por que as formas de organizações produtivas remetem às comunidades e ao desenvolvimento local? Como arranjos produtivos locais se

relacionam com o turismo? E como podem Os arranjos ser solidários?

Pode-se verificar que a ocorrência de processos de desenvolvimento local em diversas regiões do mundo, desde o final da década de 70, vem despertando crescente atenção de governos, entidades e pesquisadores que pensam um modelo de desenvolvimento capaz de responder aos desafios desencadeados pelas mudanças radicais, nos modos de produzir, organizar e gerir empresas e os espaços de atuação. A intensificação do comércio mundial, com conseqüente internacionalização da produção e maior interdependência entre produção de bens e serviços propiciados pelo avanço das tecnologias de transporte, comunicação e informação, conjuntamente com a crescente abertura das economias nacionais, trouxe desafios às diversas regiões do planeta, sobretudo às, como o Nordeste brasileiro, com pouca possibilidade de adequar rapidamente a estrutura econômica aos novos parâmetros de competitividade, agora muito mais amplos e mutáveis.

Sob o novo padrão *pós-fordista*, são os lugares mais flexíveis, fluídos, mais capazes de receber, entender e empreender mudanças, que saltam à frente. Por vezes, os mais aptos ao desafio nem sempre são atores sociais vinculados a firmas prodigiosas ou economias consolidadas e suas mirabolantes técnicas mercadológicas. São, pequenas e médias empresas ou empreendedores locais que, intimados a responder a contento o despotismo do mercado, se debatem em arena ampliada buscando estratégias localizadas de resistência e sobrevivência.

Nesse sentido, o local tem se reafirmado e ganhado papel ativo, na organização de estratégias de sobrevivência, ao capitalismo contemporâneo. Mesmo para as grandes corporações, a produtividade e competitividade passaram também a ser atributo de lugares, não mais diretamente vinculado e definido pela própria estrutura organizacional corporativa (SANTOS, 1999). O processo de especialização da produção acaba por fragmentá-la, deslocando a fabricação de certos itens para onde ela é mais vantajosa. Aumenta-se assim a necessidade do intercâmbio e a circulação assume importância crucial e amplia as possibilidades da produção. Logo, mais e mais lugares são seletivamente incorporados às novas correntes mundiais. Contudo o que de fato se apresenta como novo?

No período de maior afirmação (1945-1975), o capitalismo perpetua idéias e valores que sustentaram paradigma desenvolvimentista fortemente atrelado à centralidade da economia e a redução de tudo à simples produção de bens e progresso técnico (PIB, Índices da bolsa, controle cambial, renda per capita etc.), desvalorizando qualquer laço mais individualizante de humanidade. A ressignificação do conceito, porém, perpassa agora outras esferas que não a puramente econômica. Diz Sachs (2006) que situações que tiveram lugar no século XX não servirão de modelo para o novo milênio e isso nos obrigará a sair do reducionismo econômico, incorporando também o social, o cultural e o ambiental que não podem ser mais ignorados.

Foi justamente a necessidade de pensar formas de inserção produtiva, em lugares com grandes diferenças sociais, num mundo globalizado, economicamente excludente e socialmente perverso, que retomamos a escala regional e local. A reedificação do regional e do local trouxe consigo a percepção de que qualquer intervenção que almeje melhora qualitativa no modo de vida das pessoas deve partir do modelo endógeno de desenvolvimento, capaz de promover mudança estrutural e buscar eficiência na produção, uso racional dos recursos naturais e maior igualdade na distribuição de emprego e renda. Entretanto, se o desenvolvimento regional e local se apresenta como fato novo, sendo, uma nova escala de intervenção, é preciso pensar nas idéias e principalmente nas palavras que o definem. Assim sendo, a explicitação clara e coerente dos termos e conceitos é necessária, sem a qual chega ao vazio, à ambigüidade, ou, o que é pior, à perda de significação do termo. E saber dar nome às coisas é, acima de tudo, prática emancipadora.

De certo, crescimento econômico, capacidade de exportação e progresso técnico não podem traduzir, a contento, toda a significância do conceito de desenvolvimento. Quanto a isso, o sociólogo Francisco de Oliveira (2001) ajuda no esforço de reflexão. Na tarefa de pensar o significado do desenvolvimento, o pensador da realidade brasileira questiona até que ponto o discurso do desenvolvimento endógeno, de base local, ou qualquer outro termo nesse sentido se mostram abstração, mera adaptação ao contexto econômico-mundial atual, ou não, revelando-se realidade palpável que se contrapõe como paradigma alternativo à ordem econômica vigente e aos desígnios globaritários. É esse modelo a contrapartida aos desequilíbrios e

distorções estruturais do capitalismo, expressão local de resistência ou apenas mais um arremedo miraculoso de escamoteação dos conflitos sociais arraigados nos diversos agentes que compõem o espaço e seus infindáveis interesses subjacentes, adaptando e igualando a todos no mesmo plano? Diante da provocação, pode-se então pensar como o Desenvolvimento Regional e Local se apresentam e em que se contrapõem ao movimento perverso da economia globalizada?

Na lógica de Oliveira, chega-se ao desenvolvimento que tem por obrigação dar conta da complexidade dos atores hegemônicos e hegemonizados na peleja diária, permitindo práticas sociais e espaciais capazes de reaver a dimensão humana, superar problemas e alargar possibilidades de intervenção e escolha dos indivíduos e da coletividade. Poderia assim o desenvolvimento regional e local criar *locus* interativos de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum, colocando o governo ao alcance dos cidadãos. Todavia, para que esse desenvolvimento ocorra, pelo menos três dimensões devem ser consideradas:

- a capacidade efetiva de participação da cidadania, o que se pode chamar "governo local" que aparece como resgate em meio à crise da democracia representativa que separa governantes e governados. A promoção do desenvolvimento necessita do efetivo envolvimento do setor público, precisa ser vontade política dos governos locais que, apesar das limitações, exercem papéis fundamentais no processo. Há pouca aproximação entre o cidadão e prepostos, separação vantajosa para a classe política e os grandes grupos econômicos que formam uma verdadeira oligarquia, mas inteiramente nociva e incapacitante para o cidadão comum submetendo-o à situação de permanente inferiorização;
- a possibilidade de o desenvolvimento local atuar corrigindo a tendência de concentração inerente ao processo capitalista no nível macro. Todavia o avanço tecnológico afasta tal possibilidade, submetendo de fato, cada vez mais, o local à lógica global, elegendo pontos, no território de interesse, exigindo, para que funcionem ainda melhor, equipamento local e regional adequado e aperfeiçoamento de suas ligações por meios materiais e informacionais modernos que tendem a reconcentração (Santos, 1999). Nesse sentido é que se torna estranho ao morador, pois submetido a outro, modifica-se o uso já não mais local.

- o desenvolvimento regional e local instala nova lógica que possa recuperar o poder constituinte do povo, mediante construção de novas instituições que, embora não necessariamente contra as existentes, já não submissas às mesmas. Com isso abrem-se espaços para novas iniciativas, capazes de subverter a ordem imposta ou recriar nova ordem pela experiência social e política.

Dentro dessa perspectiva, surgem estratégias que realmente podem contribuir para o aperfeiçoamento do modelo civilizatório, não nos moldes capitalista excludente e camuflador de conflitos, mas como possibilidade de superação e redesenho de outra globalização. Emergem, em diversos lugares, experiências calcadas no saber e no fazer local que deslocam, para escala regional e local, a responsabilidade pelo desenvolvimento. O contexto da globalização obriga um alto nível de competitividade, não somente das empresas com seus produtos e ambiente relacional, mas da totalidade do sistema econômico e institucional (CASAROTTO & PIRES, 1999). A necessidade de conquista de vantagens competitivas que permitam a ampliação de mercados e defenda a exposição determinada pela abertura do mercado, requer ações descentralizadas de empresas e instituições públicas, implicando forte cumplicidade entre as mesmas, na relação fundada na cooperação**,** sinergia, complementaridade e aprendizado garantindo, ao mesmo tempo, adaptação, agilidade e flexibilização (AMARAL FILHO, 2004).

Nesse sentido, ações de diversos atores hegemônicos se voltam, cada vez mais, para a criação de políticas que aproximam e mobilizam intervenções do mercado com intervenção governamental, envolvendo especificamente economias regionais e locais, redefinido o papel do poder público e perseguindo novo paradigma de desenvolvimento. Aceita-se a idéia de que relações densas, entre atores locais, desenvolvem função determinante na competitividade das atividades econômicas (BENKO, 2001). Daí toda a mística do desenvolvimento gravitar atualmente ao redor do conceito de competitividade sistêmica e promoção econômica local, abrindo caminho para endogeneização do desenvolvimento conduzido pelo poder público e iniciativa privada, com políticas ativas de construção social do mercado, afirma Benko (2002, p. 57).

Do ponto de vista histórico-econômico, o marco inicial da nova estratégia surge na década de 1970, com experiências de desenvolvimento local, como alternativa às formas de organização

clássica. O pioneirismo do sul da Itália (Terceira Itália) abre possibilidades de replicação em várias partes do mundo. Apoiando aglomerações territoriais de pequenas empresas organizadas em regime de especialização flexível, a experiência italiana proporcionou intricada relação em rede com concorrência e cooperação, impulsionada por inovações contínuas e pela fabricação de produtos de alta complexidade, conformando o ambiente que abria oportunidade de superação do baixo desenvolvimento que historicamente acometia essa região (PIORE & SABEL, 1984). Mas como criar os ambientes e como conceituá-los? Com vários termos, caracterizam-se as novas estratégias de desenvolvimento eminentemente locais de recuperação da experiência italiana. Embora semelhantes, guardam em si as peculiaridades de origem. Os principais; a seguir:

- **DISTRITO INDUSTRIAL** – Não tem a mesma conotação usual do distrito industrial brasileiro, caracterizado apenas como local específico para instalação de empresas, geralmente formatado pelo poder público. Na verdade, trata-se de aglomerado territorial de empresas do mesmo ramo ou de ramo similar ou muito parecidos, em que mão-de-obra especializada, insumos e prestação de serviços estão facilmente disponíveis, e inovações rapidamente se tornam conhecidas. A organização territorial é identificada e analisada por Alfred Marshall (1919), ainda no inicio do século XX, atribuindo ao ambiente processo cultural gerador de atmosfera industrial positiva de desenvolvimento.

- **CLUSTERS** – significa agrupamento, coleção, reunião, cacho, etc. Termo anglo-saxão que sintetiza conceitos e estratégias locais de desenvolvimento, mas extrapola o âmbito das pequenas e médias empresas (PMEs) Trata-se de um conjunto numeroso e localizado de empresas, em geral, pequenas e médias, operando em regime de intensa cooperação, em que cada uma das firmas executa um estágio do processo de produção. Envolve também o relacionamento com instituições correlatas que apóiam e aglomerado (PORTER, 1993, p.211);

- **SISTEMA PRODUTIVO LOCAL** – SPL - nomenclatura francesa para indicar grande número de firmas, no mesmo território, na maioria, de pequeno porte, envolvidas em vários estágios, com articulação e aprendizagem entre si e outros atores locais, para produção de produto homogêneo;

• **ARRANJO PRODUTIVO LOCAL** – APL - derivado do sistema anterior significa aproximação do conceito à realidade brasileira, uma vez que as aglomerações brasileiras apresentam-se ainda em estágio inicial de interdependência, entre as empresas e entre estas e instituições de fomento. A consolidação do arranjo depende de quatro elementos essenciais: capital social, organização produtiva, articulação político-institucional e estratégia de mercado.

• **ARRANJO PRODUTIVO DE BASE COMUNITÁRIA – APBC -** No Brasil são mais corretamente identificados como núcleos produtivos, referindo-se apenas a aglomerações de micro e pequenas empresas, com organização social e institucional em estágio ainda muito rudimentar. Os arranjos de base comunitária fogem ainda mais dos APLs formais sendo apenas arremedos, pois são improvisados, não se enquadrando ao conceito.

Os aglomerados produtivos são apoiados por instituições provedoras de recursos humanos, de recursos financeiros e de infra-estruturas. Advem da interação entre empresas e instituições apoiadoras da capacidade de inovação e conhecimento específico. De um modo geral, os termos representam aglomerados de atividades produtivas, espacialmente concentradas, com grande afinidade econômica, desenvolvidas por empresas autônomas de micro, pequeno, médio e até de grande porte, intensamente articuladas, formando ambiente de negócios onde prevalecem relações de recíproca confiança entre as diferentes partes envolvidas (PORTER,1993).

Alguns autores acreditam que os Arranjos Produtivos Locais - APLs não podem ser pré-fabricados ou criados, entretanto salientam que o setor público e as instituições coletivas desempenham papel-chave na identificação e no incentivo ao fortalecimento. A identificação do Arranjo Produtivo Local - APL está diretamente relacionada à capacidade de percepção, nos diversos lugares, da base cultural e social comum que, ligando agentes econômicos por meio de comportamentos, valores, regras e práticas cotidianas, potencialize a formação da atmosfera local voltada para a melhoria de condições do grupo ou comunidade. Amorim (1998, p.44), estudando arranjos produtivos *Clusters,* salienta que práticas de cooperação são mais facilmente observadas em ambientes onde os integrantes têm alguma afinidade, ou seja, compartilham minimamente a historia comum. Fatores objetivos e subjetivos, parceria, cooperação, imagem positiva,

clima econômico favorável, competência governamental, descentralização decisória e outros tornam-se determinantes na formação do sistema de relações humanas territorializado (capital intangível), capaz de instalar um círculo virtuoso que traga consigo inovação, diversificação e enriquecimento das atividades do meio.

O Centro de Estratégias de Desenvolvimento – CED-CE, órgão do governo do Ceará, realiza, há algum tempo trabalho de prospecção, estímulo e consolidação de APLs. Em estudos recentes, tem procurado aprofundar conhecimentos sobre os arranjos e aglomerações de micro e pequenas empresas locais.

Os Arranjos Produtivos Locais cearenses são repostas locais, derivados de fatores históricos que concentraram, num mesmo território, micro e pequenas empresas de subsistência (setor informal), por vezes, familiares, com baixa competência técnica, comercial e gerencial que, via de regra, produzem basicamente os mesmos produtos. Nesse particular, apresentam modesto capital social, ambiente de desconfiança, concorrência contraproducente e mínima capacidade inovadora com limitações competitivas locais. Boa parte dos APL*s* cearenses é construída em face de atitudes empreendedoras de indivíduos, nem sempre devidamente qualificados. Os indivíduos, na ausência de ocupação no mercado de trabalho formal – sobretudo nas áreas rurais – estabelecem microempreendimentos como alternativa ao desemprego que redunda, aliás, numa das características da organização produtiva local em países periféricos. Apesar disso, existem, no estado, casos de APLs com empresas de médio porte, ligadas a setores com alto potencial de desenvolvimento local. Enquadram-se, nesse caso, os produtores de moda íntima de Frecheirinha, moveleiro de Marco e São João do Aruaru, o fruticultor da Chapada do Apodi, de redes de dormir de Jaguaruana, o metal-mecânico de Tabuleiro do Norte. A região do Baixo Jaguaribe é das regiões do Ceará com enorme potencial em aglomerações. Outras mais se encontram em estágio embrionário. No Quadro 1 os principais arranjos produtivos locais do Ceará, muitos articulados com o turismo:

QUADRO 1 NÚCLEOS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS IDENTIFICADOS NO CEARÁ- 2006

PL	Município	População	Atividade Produtiva	Produtores	Empregos
01	Acarape	12.921	Confecção	4	613
02	Aquiraz	60.469	Confecção	300	300
03	Aracati	61.146	Artesanato	343	350
04			Carcinocultura	37	700
05	Bela Cruz	28.371	Móveis	18	143
06	Carnaubal	15.230	Cachaça	12	72
07			Turismo	1	3
08	Frecheirinha	11.808	Confecção	18	500
09	Guaraciaba do Norte	35.037	Cachaça	2	12
10			Turismo	4	21
11	Horizonte	33.789	Apicultura	3	134
12	Ibiapaba (S.Benedito, Ubajara, Tianguá, Guaraciaba do Norte)	152.020	Flores	12	229
13	Icapuí	16.051	Lagosta	350	2.450
14	Iguatu	85.737	Móveis Tubulares	5	372
15	Ipu	39.078	Turismo	3	17
16	Inauçuba	19.563	Artesanato (bordados)	800	800
17			Redes	410	410
18	Itaiçaba	6.576	Artesanato (palha)	380	380
19	Jaguaribe	35.053	Queijos	30	200
20	Jaguaruana	29.735	Redes de Dormir	252	1.000
21	Juazeiro do Norte	212.133	Calçados	300	8.000
22			Jóias Folheadas	290	4.000
23	Limoeiro do Norte	49.394	Apicultura	41	41
24	Chapada do Apodi		Fruticultura Irrigada	148	1.500
25	Marco	20.421	Móveis	24	1.200
26	Morada Nova	64.394	Leite Bovino	2400	7.200
27	São João do Aruaru		Móveis e Madeira	15	40
28	Meruoca	5.678	Turismo	15	85
29	Morrinhos	17.921	Confecções	14	140
30	Palhano	8.166	Artesanato (palha)	500	500
31	Quixadá/ Quixeramobim	128.889	Ovinocaprinocultura	200	189
32	Quixeramobim (Pingo D'água)	59.235	Agricultura Irrigada	30	60
33	Russas		Cerâmica	80	5.280
34	São Benedito	39.894	Turismo	5	27
35	Tabuleiro do Norte	26.936	Confecções	6	80
36			Doces	4	65
37			Metal-mecânico	46	200
38	Ubajara	27.095	Cachaça	2	41
39			Turismo	9	57
40	Viçosa	45.427	Cachaça	47	282
41			Turismo	4	37
Total				**6.561**	**35.525**

Fonte: www.ipece.ce.gov.br. Acesso em 18/05/2006. Estimativas de produtores e empregos diretos baseados nas pesquisas de campo realizadas pelo CED. Dados estimados pelo SEBRAE local, Dados do Censo 2000.

O turismo, como atividade intersetorial, extremamente articulado e integrado aos demais setores econômicos, sociais e culturais (CORIOLANO, 2003), ao mesmo tempo em que possui grande potencial de agregação aos APLs identificados – sobretudo os ligados ao artesanato e produtos regionais – exige a confluência de ações precisas e de larga escala para articular diversos atores que

fazem o *trade* turístico. E isso não é tarefa fácil, pois o turismo não pode ser pensado isoladamente. Característico da sociedade de consumo, o turismo envolve um conjunto de determinados benefícios capazes de atrair certos grupos de consumidores em busca de satisfação, de motivações e expectativas (DROULERS & MILANI, 2002).

Krippendorf (1989) relacionou algumas singularidades da atividade que fornece idéia aproximada das limitações estruturais de sua organização: bem de consumo abstrato, imaterial, intangível que funde espaço e tempo; presencialidade, exigindo consumo no local; inestocabilidade, isto é, não há como se estocar o turismo; variabilidade e diferenciação de serviços; complementaridade de serviços expressa na intersetorialidade; sazonalidade, decorrente da concentração da demanda em curto período de tempo e da dependência de tempo livre do consumidor; heterogeneidade da demanda revelada na diversidade de origem do turista; transitoriedade e instabilidade na demanda, que é o reflexo de possível regressão da região turística pela perda de atratividade, uso de técnicas gerenciais falhas, dificuldade de acesso ou problemas de instabilidade política e insegurança, podendo alterar-se completamente; rivalidade, disputa de espaços a despeito da interdependência da atividade e da cooperação. Pode-se ainda acrescentar a *polarização* no espaço, conseqüência da sazonalidade, que corresponde a alta densidade de ocupação territorial levando à disputa territorial antes mencionada (idem, *op.cit.*).

Particularmente, no Ceará, a massificação concentrada de destinos litorâneos, o crescente aporte de capitais estrangeiros e relativo amadorismo de certos serviços obstacularizam o avanço da atividade e revelam também a diversidade de interesses e estratégias por trás de cada empreendedor do turismo. Ademais, o próprio poder público não tem conseguido dar conta da diversidade, priorizando megaprojetos que atingem segmentos específicos, em detrimento de outros que a margeiam, mas nem por isso, de menor importância social. Por outro lado, a própria maneira de encarar o turismo, muitas vezes, como atividade redentora de todos os males do baixo desenvolvimento, capaz de garantir um futuro de riqueza e prosperidade a todos que ousarem empreendê-la, leva ao "fundo do tacho", por vezes, contraproducente à atividade. Ademais, a frugalidade de certos destinos e descaracterização socioespacial torna-

o incapaz de desenvolver a sinergia necessária à consumação, ou mesmo, a própria identificação do APL do turismo.

O turismo, entretanto, pode comportar o paradigma de desenvolvimento endógeno, na medida que mobiliza os próprios recursos ou forças socioeconômicas, institucionais e culturais locais, protagoniza os agentes locais, ou seja, grande número de empreendedores de pequenas e médias empresas locais, ramificadas por diversos setores e subsetores, focado nas necessidades próprias das comunidades (CAVACO, 1996). Outra grande vantagem, segundo Amaral (2004), é a possibilidade de transformar "fatores dados" em "fatores dinâmicos", diminuindo, em muito, os custos de criação e de implantação que envolvem qualquer projeto novo de desenvolvimento.

Por isso, percepção de aglomerações de micro e pequenas empresas de setores diversos, com forte vinculação ao turismo não parece tarefa difícil. Contudo, a partir daí, consolidar ações, no sentido de dar forma ao APL não se mostra tarefa tão fácil assim, haja vista o que foi discutido até agora. Todavia algo pode ser feito, no sentido de potencializar os núcleos e arranjos produtivos. Em Fortaleza e Região Metropolitana e comunidades litorâneas, já se têm experiências que caminham nessa perspectiva. É o caso de lojas de pronta-entrega de artefatos de couro, no bairro da Parquelândia, formando um agrupamento de empreendimentos que, na última década, se constituiu circuito alternativo ao Mercado Central e, mesmo, ao agrupamento da Av. Monsenhor Tabosa, também com grande potencial para conformar-se como APL, não obstante a dificuldade de congregar número elevado e difuso de micro, pequenas e medias empresas.

Apesar do título sugestivo, é preciso desmistificar a idéia de que se pode habilitar alguém a empreendedor em quer que seja, o empreendedorismo transformou-se em jargão. De fato, a capacidade empreendedora do indivíduo não se liga diretamente a um conjunto de saberes de apreensão rápida, portanto. Não existem manuais ou receitas prontas de como fazer ou ser empreendedor (DOLABELA, 2006). A habilidade é intangível, não é de natureza universal, não é transferível, é peculiar apenas ao possuidor. E não se identifica como talento nato, manifesto individualmente com que alguns são agraciados e outros não. Mas como fenômeno cultural, de experiências que alargam e qualificam as escolhas dos indivíduos, cria

possibilidades de desenvolvimento de atributos sociocomportamentais que trazem consigo estímulo ao pensar, ao sonhar, ao criar e à vontade de modificar, de alterar, de ousar diante da situação. Tudo isso, reforçado e perpetuado ao longo do tempo, dentro de uma certa sociedade ou grupo, num país, cidade bairro ou comunidade.

O comportamento empreendedor se desenvolve e se populariza em atitudes que ensinam a convivência com o risco, a aprender com ele, a pensar além, a ter auto-estima, coragem, confiança e capacidade para gerir a própria vida, vendo, na mudança, a oportunidade, e não ameaça. Passa, necessariamente, pela valorização e capacitação para o associativismo, para a cooperação, colaborando para a realização pessoal e profissional, do indivíduo sem desconsiderar o coletivo. Mas como ser empreendedor num País como o Brasil? E, em especial, no Nordeste?

O Brasil conta com enorme potencial empreendedor destacado em relação a outros países. Todavia o senso de sobrevivência e não de oportunidade de mercado tem levado muitos a empreendimentos. Assim, há que se distinguir o empreendedor por necessidade e por oportunidade. A essência do empreendedorismo está na percepção e no aproveitamento das novas oportunidades, no âmbito dos negócios [...] sempre tem a ver com criar uma nova forma de uso dos recursos nacionais, em que eles sejam deslocados de seu emprego tradicional e sujeitos a novas combinações" (SCHUMPETER *apud* FILLION, 1999, p. 7). A dinâmica econômica brasileira tem ensejado declínio inevitável dos níveis de emprego com repercussão, no caso brasileiro, no crescente aumento da economia informal. Isso tem empurrado milhões de brasileiros a empreender, mesmo que objetivamente nada garanta o sucesso, pelo contrário, tem levado a conseqüências desastrosas e minado novas iniciativas, e, o que é ainda pior, desestimulado a cultura empreendedora. Apesar disso, mesmo não sendo a opção redentora do desemprego, o empreendedorismo não pode e nem deve ser desconsiderado como alternativa real (RICA, 2004). Por isso, as iniciativas empreendedoras devem ser mais bem captadas, valorizadas e incentivadas pelo poder público, indo muito além da mera retórica político-eleitoral

Ser empreendedor é, acima de tudo, trabalhar com rupturas e com universo temporal pouco previsível, pois o empreendedor se defronta com inércia, resistência, resiliência, oriundo de crenças e

valores individuais reafirmadas em maneiras de pensar e agir de cada indivíduo ou instituição. Enfrentar isso requer, sem dúvida boa dose de paciência, perseverança e criatividade. É possível sim e também importante, a apropriação de metodologias de desenvolvimento de empreendedorismo (realização, planejamento e poder) e conhecimentos instrumentais (fluxo de caixa, diagnóstico de mercado, análise financeira, plano de negócios, plano de marketing, gerenciamento estratégico etc.), postos a serviço do empreendedorismo e tão bem difundidos por instituições renomadas como SEBRAE/EMPRETEC e SENAC. Entretanto, o filosofo espanhol Ortega y Gasset lembra que o mundo é o indivíduo e suas possibilidades. Os caminhos, portanto, não são dados, mas sim descobertos e adaptados pelo empreendedor e em cada local. A região não é algo estanque, imutável, é um campo de infinitas possibilidades por composto de infinitas idéias e atores.

Certamente, os APL e os NPS têm limites e possibilidades e os modelos de desenvolvimento local, calcados em APLs, não representam a paga da enorme dívida social acumulada, ao longo da história brasileira, acrescida pelo ajuste macroeconômico neoliberal dos anos 90, nem tampouco, substituto correspondente das tradicionais políticas industriais desenvolvimentistas do período pós-guerra. A experiência de organização de aglomerados produtivos, hoje prontamente adotada pelo Governo do Ceará como referência de integração entre o econômico e o social, deve ser apreendida com ênfase em determinantes mais universais, que apontam para a dimensão cidadã do novo modelo de desenvolvimento, devendo valer-se de prioridades, medidas, instrumentos e procedimentos capazes de induzir e estimular a participação e o engajamento do poder público, das empresas e das organizações da sociedade civil, para a construção de projetos concretos de ampla cidadania. E o turismo pode captar essa dimensão, pois há o subaproveitamento do potencial da atividade na Capital e no interior, revelado em precário nível de organização da atividade fora dos circuitos eleitos pelo *trade*. Nesse sentido, retorna-se à questão: pode a região e o local responder eficientemente aos desafios impostos pelo baixo desenvolvimento econômico e social do estado? O que levou os arranjos produtivos locais a se associarem com o predicado de política social?

Apesar do sucesso do modelo, em alguns países, é cedo para se estabelecer qualquer análise, em definitivo, das experiências

brasileiras. Nossas peculiaridades político-econômica, social e territorial não garantem a simples transposição de experiências, sendo, precipitado considerá-las sem ressalvas. É certo que a formação dos arranjos se mostra mais vigorosa na região centro-sul do país, em torno dos segmentos têxtil, calçados, moveleiro, metalúrgico, o que sugere certa facilidade em relação a outros. O Quadro 2 sintetiza possibilidades e limites dos Arranjos Produtivos Locais.

Quadro 2

POSSIBILIDADES	LIMITES
Economia flexível, capaz de adaptar-se a dados mutáveis podendo representar uma fonte importante de empregos estáveis aumentando a renda e criando um círculo virtuoso de desenvolvimento em sentido amplo; Instala uma nova dinâmica socioeconômica fundada em vantagens locais e alternativa à economia das grandes unidades e dos megaprojetos; Facilita o aproveitamento das potencialidades locais e das habilidades existentes pela maior proximidade das comunidades propiciando o ambiente necessário para a realização de ações conjuntas e de cooperação entre os distintos atores. Desenvolvimento de uma cultura associativa que favorece o surgimento de soluções compartilhadas e modelo próprio de organização. Garante uma maior continuidade das ações em função do controle social exercido pela sociedade; Possibilita a organização e crescimento de MPME da região fomentando a absorção e ampliação permanente do capital social e intelectual (conhecimento), individual e coletivo, do núcleo produtivo além da transmissão de uma cultura empresarial e empreendedora. Melhoria da qualidade de vida como resultado da descentralização das decisões e do empoderamento local revelado no melhoramento de um conjunto de fatores: educação, emprego e renda, acesso a informação, equipamentos, crédito e programas públicos;	Processo lento e de longo prazo que requer a construção de confiança local, continuidade de ações, avaliação permanente com renovação de estratégias. Pressupõe, portanto uma unificação de escalas de intervenção político-territorial (nacional, estadual e municipal) que depende, em grande medida, do nível de articulação com a economia em geral, da estratégia de desenvolvimento do país e do movimento de investimentos públicos e privados; Depende de um sistema de políticas públicas e privadas capazes de instaurar e garantir a sustentabilidade do dinamismo econômico-social, gerando emprego e renda; criando equipamentos sociais eficazes e modernos; impulsionando investimentos e ações de reestruturação urbana que atraiam e retenham população e capitais; ampliando e diversificando as oportunidades culturais, de lazer, de segurança social e outras condições humanas básicas (saúde, educação, moradia, oferta de alimentos etc.). A ausência desse sistema tornar muito precário um processo de mudanças que não encontra possibilidades de sua manutenção e reprodução; Produção centrada num único produto pode ser facilmente afetada por retrações de mercado o que juntamente com a escala limitada pode estagnar ou mesmo arruinar um aglomerado produtivo em curto prazo, trazendo sérias conseqüências sociais; Grande parte do empreendedorismo desenvolvido no Brasil resulta de estratégias individuais e cotidianas de sobrevivência, limitando seriamente o raio de ação dos empreendimentos locais e dificultando o fortalecimento de uma cultura empresarial moderna; As ações de governo, sobretudo locais, possuem baixa eficácia por conta da baixa integração administrativa, burocratização, ingerência e imperícia política, o que constitui também obstáculo a concretização de um APL e limita seus efeitos positivos. As ações devem ser concebidas e implementadas de baixo para cima, orientadas pelos grandes

	objetivos e estratégias nacionais e ancoradas na participação da comunidade em geral. À medida que a própria comunidade participa - sugere e executa - diretamente das ações que lhe atingem ou dizem respeito, criam-se novos espaços ético-políticos nas localidades.

Fonte: Elaboração nossa 2008

Assim, os arranjos produtivos locais disseminaram-se em todo o país, como modismo, e solução para pequenos lugares, o que merece reflexões, análises e avaliações. Experiências bem sucedidas são divulgadas, em contribuição à elaboração de regras e posturas normativas, como caminho do desenvolvimento socioeconômico dos pequenos lugares, como se experiências bem sucedidas pudessem ser replicadas. Sabe-se que as possibilidades regionais e locais, assim como cultura, capacitação, compromisso e vontade política dos habitantes locais, além de outros fatores, envolvem políticas de desenvolvimento, diferenciados de lugar a lugar, impedindo generalização. Muitos arranjos têm sido produzidos de cima para baixo, como mais uma forma de realinhamento do modelo industrial ou da economia de mercado.

Além do mais, a falta de conceituação precisa de Arranjo Produtivo Local, pois o que define arranjo serve para definir qualquer outro projeto econômico governamental, assim como a falta de objetividade de estratégias e método específico de análise acabam por inviabilizar as respostas esperadas dos arranjos. Economistas como, por exemplo, Crocco (2003) Benevides (1997) admitem que exista visão romântica dos APLs e desenvolvimento local, pois são pensados como se não houvesse classes sociais, diferenças, lutas e conflitos. Faz-se necessário interrogar também sobre as possibilidades e alcance de economias locais, frente à globalizada. Afirmam os economistas que os arranjos produtivos "não fazem as leis do mercado" as que dominam o consumo global e apresentam debilidades.

Os arranjos produtivos dão ênfase ao empreendedorismo e à competitividade, pouco discutidas as condições para que a geração de conhecimento se torne intrínseca ao lugar e torne as pessoas capazes de fazer a reconversão do modelo de desenvolvimento do país, questionem as leis do mercado, assim como a omissão dos estados quanto às políticas sociais. Os questionamentos exigem, no mínimo que se reflita mais sobre a política dos Arranjos Produtivos Locais,

assim como sobre as de desenvolvimento regional e local. São reajustes do modelo ou forma de enfrentamento ao modelo econômico e estão para além da economia? Podem minar a economia neoliberal e dar mostras de uma sociedade mais humana e mais solidária?

Encontram-se arranjos produtivos reconhecidos como economias alternativas, informais, solidárias que dependem do nível de organização de pequenas comunidades, bairros ou grupos e são estratégias de sobrevivências que encontram, na atividade turística articulada com muitas outras, espaços para expansão. São conhecidos no Ceará, como Arranjos Produtivos de Base Comunitária, autodenominação, por partir de comunidades, por tirar o foco da acumulação e centrar nas pessoas, na cultura e na defesa ambiental, motivos não puramente econômicos. A palavra núcleo é tomada aqui, não no sentido evolutivo, apenas como forma organizacional capaz de articular os elementos produtivos de uma comunidade.

Assim alguns núcleos produtivos não se caracterizam, a rigor, como APLs, mas como modo diferenciado de produzir, e alguns são formas de resistência à acumulação capitalista. Estão alocados, especialmente em pólos receptores do turismo destacando-se: núcleos de pescadores, pousadeiras, buggueiros, rendeiras, algueiras, tapioqueiras, vendedores do comércio ambulante, experiências de economia solidaria ou de comunhão em muitas comunidades, núcleos culturais, dentre outras formas de associação e organização para produzir incluindo-se na cadeia produtiva do turismo. As atividades não são apenas econômicas, mas oportunidades de experimentação e reflexão sobre a lógica capitalista global e formas de enfrentamento em experiências contra hegemonias. Ou seja, a partir do local, elaborar modelo de sociedade mais justa e solidária que possa ser transformada em proposta ao estado-nação brasileiro. Como dizia Milton Santos (2002, p. 147), uma proposta de transformação nacional certamente não partirá dos ricos e poderosos, mas dos pequenos e das periferias que desejam uma globalização mais solidaria. Outra globalização supõe mudança radical das condições atuais, de modo que a centralidade das ações seja focada no homem, e não no capital.

Assim, a realidade de produção e consumo das comunidades receptoras de turismo explicita a natureza contraditória da atividade que, por se tratar de capitalismo, inerente à essência está a contradição

como fato marcante do modo de produzir que, enquanto oferece lazer para uns, explora o trabalho de muitos, na mesma dinâmica. Martins (1999, p.29) diz que "a reprodução ampliada do capital implica a reprodução ampliada das contradições que seu movimento incorpora e engendra". Na medida em que os mercados vão se ampliando, agudizam-se as contradições imanentes à produção do espaço, transformado em recurso especialmente para o turismo, pois o lugar e, mesmo, as pessoas exóticas são transformados em atrativo turístico. O turismo em comunidades litorâneas, com os empreendimentos, desencadeia embates quando se acirram conflitos entre residentes e os novos promotores da produção espacial que desenvolvem formas de especulação imobiliária a fim de implantar hotéis ou *resorts* nacionais ou de redes internacionais. Quando a lógica empresarial entra em confronto com a lógica das comunidades, cada um, em defesa de seus interesses, quase sempre leva vantagens o mais forte que tem maior capacidade de persuasão.

A expansão capitalista impõe-se, no dizer de Santos (1996), com a chamada "inclusão perversa", mostrando formas diferenciadas de inclusão no trabalho e na sociedade. Assim, pescadores, operários, camponeses, nativos servem de mão-de-obra temporária e barata, incluídos na exploração da força de trabalho pelo turismo, que remunera mal os prestadores de serviços. As comunidades pesqueiras tornam-se parte do processo e acabam por ser transformadas em núcleos receptores do turismo. Quanto mais exótico o lugar, mais atrativo para a alocação de resorts e para o *marketing* turístico. O turismo é atividade que implica o consumo de espaços com diversidade de formas de utilização de paisagens e de negócios e dá agilidade a processos dotados de grande capacidade de organização espacial, alocando-se em comunidades. Assim, materializa-se nos lugares, fora deles é pura abstração.

Carmo (1999, p.80) em estudo do desenvolvimento comunitário, fala de princípios que configuram suas estratégias:

- Princípio das necessidades sentidas: significa dizer que as iniciativas de trabalho, nas comunidades, têm que partir das necessidades da população e não apenas da consciência e orientações técnicas de pessoas externas à comunidade;

- Princípio da participação: requer envolvimento profundo da população residente na construção de processo que assim pode ser considerado como desenvolvimento;
- Princípio da cooperação: a ação comunitária não dispensa a iniciativa privada e a participação publica. Ao contrário, formam-se parcerias com o setor público e privado, nos projetos de desenvolvimento comunitário;
- Princípio da auto-sustentação: Os processos de transformações econômicas e socioespaciais podem sofrer descontinuidades, mas precisam ser susceptíveis da gestão, manutenção e controle comunitário, mediante mecanismos que previnam efeitos perversos de possíveis alterações provocadas por interesses externos;
- Princípio da universalidade: O êxito esperado é da população, na globalidade (e não apenas subgrupos), alterando profundamente as condições de desenvolvimento das comunidades.

O professor Dowbor (1998, p.9) mostra a filosofia do trabalho comunitário, dizendo que não há grandes mistérios quanto ao que se quer como comunidade e sociedade:

> Apenas a segurança do necessário para uma vida digna, a tranqüilidade no relacionamento social, o sentimento de participar criativamente das coisas que acontecem, a liberdade moderada pelas necessidades, a paz do amor, o estímulo do trabalho, a alegria de rir com os outros, o realismo de rir de si mesmo. Mas, estes objetivos passam por um valor essencial que precisa ser resgatado: a solidariedade humana.

As comunidades em luta pelo desenvolvimento solidário, não desconhecem a presença do Estado e a mundialização do capital, pois vivem os conflitos da inserção nessas realidades, questionando as políticas neoliberais, sobretudo a estatal, para voltá-las aos interesses das economias populares, com resultados mais socializados e os Arranjos Produtivos Locais têm sido um dos caminhos, por ampliar os focos de interesses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Humberto & POLLERO, Álvaro. O Prodetur e a Política de Clusters de Turismono Nordeste e no Ceará. In: CORIOLANO, Luzia Neide. (Org.). **O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local**. Fortaleza, 2003.

AMARAL FILHO, J., AMORIM, M., ROCHA, A., MOREIRA, M.V., RABELO, D., ARAÚJO, M.R., SCIPIAO, T. **Núcleos produtivos e arranjos produtivos locais: casos do Ceará**. Disponível em <www.ipece.ce.gov.br> Acesso abril/2004.

AMARAL FILHO, Jair. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. Disponível em <www.ipece.ce.gov.br>. Acesso abril/2004.

AMORIM, Mônica. Clusters como estratégia de desenvolvimento industrial no Ceará. In: **Prêmio Novas Idéias para um Novo Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.

BENEVIDES, Ireleno P. Para uma agenda de Discussão do Turismo como fator do desenvolvimento local. In. Rodrigues. Adyr B. **Turismo:** Desenvolvimento Local. São Paulo: Hucitec, 1997.

BENEVIDES, Ireleno Porto. **Desequilíbrios Regionais:** análise, visão prospectiva e sugestão para minimizar as disparidades. Fortaleza: Iplance, 1994.

BENKO, George. A recomposição dos espaços. In: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 1, N. 2, p. 7-12, Mar. 2001.

_____**. Economia, espaço e globalização**. São Paulo: HUCITEC-ANABLUME, 2002.

BURTE, J. & Schrader, G.O.. **Desenvolvimento sócio-agro-econômico do vale do Forquilha - Quixeramobim /CE**. Relatório de Atividades. Mestrado Acadêmico em Geografia. Fortaleza. UECE, 1999.

CARMO, Hermano. Desenvolvimento Comunitário. Lisboa: Universidade Aberta, 1999

CASAROTTO, F. Nelson e PIRES, H. Luis. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**. São Paulo: Atlas, 1999.

CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). **Geografia e turismo. Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CORIOLANO, Luzia Neide, MENDES, Eluziane. A prainha de Canto Verde: *locus* de resistência e turismo comunitário. In: CORIOLANO, Luzia Neide & Lima, L. (Org.). **Turismo comunitário e responsabilidade sociambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

CORIOLANO, Luzia Neide. (Org.). **O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

CROCCO, Marco Aurélio. **Metodologia de identificação de Arranjos Produtivos Locais Potenciais**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2003.

DOLABELA, F. **A pergunta recorrente: e depois que aprendermos a fazer o pão?** Disponível em <www.dolabela.com.br> Acesso: 13/05/2006.

DROULERS, Martine e MILANI, Carlos R. S. **Desenvolvimento local e turismo em Tarrafal - Cabo Verde.** Paris: UNESCO, 2002.FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Revista De Administração. São Paulo, 34: 2:5-28, 1999.

_____. O empreendedorismo como tema de estudos superiores. In: INSTITUTO EUVALDO LODI **Empreendedorismo:** ciência, técnica e arte. Brasília: CNI. IEL Nacional, 15-42, 2000.

_____. Carreiras empreendedoras do futuro. **Revista SEBRAE,** Brasília, 114:1:35-51, 2001.

FRANCO, Augusto de. Empreendedorismo político. **Revista SEBRAE**. Brasília, 114:1: 57-59, 2001.

FRANCO, Augusto. **Dez consensos sobre o desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília:IPEA, Cadernos Comunidade Solidária. n°. 6, jun, Brasília: IPEA, 1998.

KRIPPENDORF Jost. **Sociologia do turismo**: **para uma compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro, 1989.

LOPES NETO, Alfredo. **Notas sobre Clusters**. Fortaleza: FIEC, 2002.

MEYER-STAMER, Jörg. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, política de localização e competitividade sistêmica**. Joinville: Fundação Empreender, 2000.

MARTINS, José de Sousa. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, I. **Economia:** sacoleiras de Cabo Verde invadem Fortaleza. Disponível em: <http://www.portalmulher.sdv.pt/articles.asp?id+2908>. Acesso em: 20 jul. 2006.

MARTINS, Sérgio. Crítica à Economia Política do Espaço. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho de Lima. **O Espaço no fim do Século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. (Coleção Novas Abordagens).

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Instituto Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

PIORE, M.J. & SABEL, C.F., **The second industrial divide: possibilites for prosperity**. New York: Basic Books, 1984.

PORTER, Michel. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro, Campus, 1993.

RICA, José. **SEBRAE: o jovem empreendedor.** In: Revista Estudos Avançados v.18, n.51, 2004.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos. O Declínio Inevitável dos Níveis dos Empregos e a Redução da Força Global de Trabalho.** São Paulo: Makron BooKs, 1995.

SACHS, Ignacy. **Uma nova economia para o século 21.** Jornal da USP. Ano XXII n°.782, novembro/2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo - razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. In: **Revista Território**, ano IV, n.6, jan/jun. 1999.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Uso do solo urbano**. São Paulo: USP. 1979.

_____. Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOUZA, Marcelo. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr. T**urismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

O ESPAÇO LITORÂNEO DE SERGIPE (BRASIL): UMA REVISÃO DOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS

José Wellington Carvalho Vilar[20]

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar o litoral de Sergipe (Brasil) a partir da revisão dos estudos elaborados pela comunidade geográfica sergipana ou referenciados pela literatura geográfica estadual. Para atingir tal objetivo, o texto está dividido em três partes. Num primeiro momento foi feita uma contextualização do litoral sergipano no âmbito dos estudos sobre as divisões do litoral brasileiro. Num segundo momento, os trabalhos nitidamente geológicos e geomorfológicos são evidenciados e, episodicamente, são feitas referências a estudos biológicos. A ênfase maior foi dada aos diagnósticos da estrutura territorial existente e à análise dos problemas ambientais identificados nos estudos avaliados. Num terceiro momento, a preocupação principal está centrada nas iniciativas de ordenamento e de planejamento territorial do litoral sergipano realizadas pelo governo estadual e nas análises críticas sobre tais intervenções levadas a cabo pelo mundo acadêmico. A produção técnica está dividida em dois grupos: Os EIA's-RIMA's e os relatórios de consultoria realizados para a ADEMA (Administração Estadual de Meio Ambiente), principalmente aqueles produzidos no âmbito do GERCO (Programa de Gerenciamento Costeiro) em Sergipe. No contexto acadêmico, destacam-se as Dissertações de Mestrado e as Teses de Doutorado defendidas principalmente no NPGEO da UFS (Universidade Federal de Sergipe). A produção científica realizada por geógrafos sobre o litoral sergipano não é apenas numerosa, mas também diversificada.

Palavras chave: Litoral, Sergipe, Ordenamento territorial.

[20] Dr. em Ordenamento Territorial pela Universidade de Granada (Espanha) e Professor do CEFET-SE e do NPGEO da UFS/ wvilar@yahoo.com.br

THE COASTAL ZONE OF SERGIPE (BRAZIL): A REVIEW OF GEOGRAPHIC STUDIES

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the coast of Sergipe (Brazil) from the review of the studies prepared by the geographical community of Sergipe or referenced by state geographical literature. To achieve this goal, the text is divided into three parts. At first it was made contextualization of Sergipe's coastline under the studies on the divisions of the Brazilian coast. Secondly, the work clearly geological and geomorphological are highlighted, and episodically, references to biological studies are made. Greater emphasis was given to the diagnoses of the existing territorial structure and to the analysis of the environmental problems identified in the evaluated studies. Thirdly, the main concern is focused on initiatives for territorial management and planning of Sergipe's coastline performed by the state government, and on the critical analysis of such interventions brought up by the academic world. The technical production is divided into two groups: The EIA's-RIMA's and the reports of consultants made for ADEMA (Environment State Administration), mainly those produced under GERCO (Coastal Management Program) in Sergipe. Within academical context, Master's Degree Dissertations and Doctorate's Thesis, defended mainly within NPGEO from UFS (Federal University of Sergipe). The scientific production performed by Geographers on Sergipe's coast is not only large but also diversified.

Keywords: Coast, Sergipe, Space Planning.

01. INTRODUÇÃO

O litoral e a costa são espaços singulares resultantes da interação de forças continentais, do oceano e da atmosfera. A pressão que os homens exercem sobre as regiões litorâneas, associada a uma dinâmica natural bastante volátil, converte-as numa das zonas mais críticas em termos de ocupação territorial e de problemas ambientais do planeta. São poucos os outros espaços humanos na Terra sujeitos a tanta pressão e tanta modificação, seja por uma ocupação massiva

ou pela simples valorização dos lugares associados aos ambientes de praia, às amenidades da costa ou à exploração econômica.

Da mesma forma que grande parte dos países costeiros concentra sua população no espaço litorâneo, no Brasil os maiores índices de densidade demográfica ocorrem no litoral ou em áreas a ele associadas. A maioria dos Estados nordestinos não foge a essa regra, e a presença de áreas urbanas e metropolitanas no litoral concentra população, informação, tecnologia e variados tipos de infra-estrutura. Entretanto, ainda se verifica no nosso litoral áreas com ocupação rarefeita, confirmando um padrão pontual e relativamente linear da zona costeira e a presença de espaços vazios ou com baixa ocupação.

Nos espaços litorâneos do Estado de Sergipe essa ocupação intensa e desigual também é bastante evidente. É em função dessa concentração que a literatura sobre urbanização costeira fala de uma estrutura espacial com problemas de coesão territorial (VILAR, 2006). Além desses problemas de escala mais ampla, outros mais específicos e de cunho socioambiental são expressões paisagísticas do desordenamento territorial e da desorganização espacial dos ambientes costeiros.

O objetivo do presente trabalho é analisar o litoral de Sergipe a partir da revisão dos estudos elaborados pela comunidade geográfica sergipana ou referenciados pela literatura geográfica estadual. Para atingir tal objetivo, o texto está dividido em três partes: em um primeiro momento foi feita uma contextualização do litoral sergipano no âmbito dos estudos sobre as divisões do litoral brasileiro. Num segundo momento, os trabalhos nitidamente geológicos e geomorfológicos são evidenciados, e, episodicamente, são feitas referências a estudos biológicos. A ênfase maior foi dada aos diagnósticos da estrutura territorial existente e a análise dos problemas ambientais identificados nos estudos avaliados. Num terceiro momento, a preocupação principal está centrada nas iniciativas de ordenamento e de planejamento territorial do litoral sergipano realizadas pelo governo estadual, e nas análises críticas sobre essas intervenções, levadas a cabo pelo mundo acadêmico. A produção estritamente técnica está dividida em dois grupos: os EIA's RIMA's e os relatórios de consultoria realizados para a ADEMA (Administração Estadual de Meio Ambiente), principalmente aqueles produzidos no âmbito do GERCO (Programa de Gerenciamento Costeiro) em Sergipe. No contexto acadêmico foi dado um destaque para as

Dissertações de Mestrado ou Teses de Doutorado defendidas principalmente no NPGEO (Núcleo de Pós-graduação em Geografia) da UFS (Universidade Federal de Sergipe). Nesse último caso, o foco das avaliações está voltado para as perspectiva de desenvolvimento territorial local, e por isso os trabalhos que abordam as mudanças espaciais e paisagísticas do litoral sergipano são evidenciados.

02. METODOLOGIA

Em termos metodológicos duas estratégias básicas foram adotadas no presente estudo: a revisão da literatura e a definição de critérios de avaliação dos trabalhos sobre o litoral sergipano.

A presente revisão bibliográfica catalogou mais de 30 estudos das mais diversas áreas científicas sobre o nosso exíguo litoral. Essa grande quantidade de trabalhos obrigou a uma seleção a partir de critérios específicos, principalmente a repercussão do estudo na comunidade geográfica, avaliada pelo número de citações. Entretanto, além dos estudos realizados por geógrafos, foram catalogadas pesquisas de áreas afins também referenciadas em estudos geográficos. Esse critério maior permitiu a classificação por áreas temáticas e nesse sentido, estudos da geografia física e da geologia, juntamente com os da biologia, foram avaliados em um único bloco entendido praticamente como a contribuição das geociências, aqui definido como o suporte geográfico e seus problemas ambientais. Outro critério de análise utilizado corresponde aos tipos e à intensidade de mudanças territoriais e paisagísticas verificadas nos estudos que abordam o litoral sergipano. Pesquisas acadêmicas e trabalhos técnicos no âmbito do planejamento ambiental e do ordenamento territorial do litoral sergipano, esse espaço tão volátil e ao mesmo tempo tão frágil, formam outro eixo da investigação.

Uma análise dos anais dos eventos científicos mais freqüentados pela comunidade geográfica destaca a importância do litoral e da costa como objeto de estudo. Os anais dos Encontros de Geógrafos Brasileiros (ENG), e principalmente dos Simpósios Brasileiros de Geografia Física Aplicada (SBGFA) e dos Encontros da ABEQUA (Associação Brasileira de Estudos do Quaternário) são referências obrigatórias, além dos registros de trabalhos voltados para a geomorfologia do quaternário do litoral sergipano nos Encontros de Geólogos Brasileiros. Uma série de estudos publicados em livros, em

artigos de revistas especializadas e em eventos de alcance local e regional, além de trabalhos de pós-graduação, também são referências que não podem ser olvidadas numa revisão da literatura geográfica sobre o litoral sergipano.

03. SERGIPE NOS ESTUDOS DO LITORAL BRASILEIRO

Uma das grandes preocupações da geografia do litoral brasileiro está associada aos problemas da configuração territorial e da compartimentação geográfica desse espaço filiforme. Antes de analisarmos a posição do litoral sergipano no contexto das classificações brasileiras, é conveniente realizar uma pequena discussão sobre as propostas de divisão do litoral brasileiro realizadas por alguns renomados geógrafos.

Um dos trabalhos mais referenciados na literatura geográfica brasileira sobre o litoral é, sem sombra de dúvidas, o de Silveira (1964), que propõe uma classificação a partir de uma revisão crítica dos estudos clássicos de Raja Gabaglia (1916) sobre *As fronteiras do Brasil*, e de Delgado de Carvalho (1927) em sua famosa obra *Fisiografia do Brasil*. Silveira (1964), utilizando-se de critérios puramente físicos, oceanográficos, climáticos e continentais, propõe, bem ao estilo da geografia clássica francesa, cinco grandes complexos litorâneos: Litoral Amazônico ou Equatorial – Da foz do Oiapoque ao Maranhão Oriental; Litoral Nordestino ou das Barreiras – do Maranhão Oriental ao Recôncavo Baiano; Litoral Oriental – Do Recôncavo Baiano ao sul do Espírito Santo; Litoral de Sudeste ou das Escarpas Cristalinas – Do sul do Espírito Santo à região de Laguna; e Litoral Meridional ou Subtropical – Da região de Laguna à barra do arroio Chuí.

Segundo essa classificação, o Estado de Sergipe inclui-se no complexo geográfico do Litoral Nordestino ou das Barreiras. Vejamos a apreciação de Silveira (1964) sobre este espaço litorâneo que ocupa pouco mais de 5.567 Km² de superfície e cerca de 163 Km de extensão, segundo os critérios de delimitação do GERCO Sergipe:

> Ao sul do São Francisco, no litoral sergipano e do norte da Bahia, a costa toma, de modo mais nítido, a direção sudeste. Desaparecem os recifes e, assim a costa é desprotegida. A onda de maré penetra profundamente pelas fozes dos rios, atingindo até 30 km no interior. Isso

> determina inundações e propicia a formação de mangues. Os recortes da costa limitam-se, quase que exclusivamente, às embocaduras dos rios que, em vista da ausência de recifes, tomam as características de baías. Ao sul de Aracaju, o litoral torna-se muito arenoso. Uma faixa de areia branca, que atinge mais de 10 km de largura, acompanha a costa, oferecendo dunas cuja altura aumenta para o sul. (SILVEIRA, 1964, p. 289).

Nos anos noventa, Muehe corrobora a divisão do litoral brasileiro proposta por Silveira nos anos sessenta. Entretanto, se há no geral um razoável consenso sobre as delimitações adotadas, Muehe (1998) adverte que em termos de subdivisões dos macrocompartimentos as opiniões dos pesquisadores, geógrafos ou não, nem sempre coincidem. Em outros termos, aceita-se a macrodivisão, mas com modificações nas suas subdivisões. Na classificação de Muehe (1998), apoiada em Silveira (1964), Sergipe encontra-se no macrocompartimento Costa dos Tabuleiros Sul que se estende da foz do rio São Francisco à cidade de Salvador, incluindo, portanto, todo o litoral sergipano e o litoral norte da Bahia. De um ponto de vista físico-territorial, a característica principal desse espaço litorâneo é a presença evidente da formação barreiras, disposta de forma mais ou menos paralela à planície costeira, interrompida somente pelos estuários, e que limita o espaço estritamente costeiro da região sublitorânea. Nas palavras de Muehe (1998, p.302-303), na Costa dos Tabuleiros Sul, "planícies costeiras, arqueadas em direção ao mar e resultantes, principalmente, de depósitos de sedimentos marinhos na forma de planícies de cristas de praias e cordões litorâneos, se desenvolvem associadas aos estuários".

Mais recentemente, num trabalho de divulgação científica, Ab'Saber (2001) também discute a questão da macrodivisão da costa brasileira. Para esse grande geógrafo, os pioneiros na identificação de espaços individualizados em nosso litoral foral os exímios cartógrafos portugueses. Com uma perspectiva pragmática para facilitar a navegação, os mapas elaborados indicavam, entre outras coisas, a profundidade das barras dos rios, a existência de recifes, a localização de fortalezas e de acidentes geográficos que pudessem representar perigo a navegação. Entretanto, era ainda uma visão localizada e fragmentada da costa brasileira, situação que só seria modificada com os estudos dos pioneiros da geografia e da geologia brasileira,

principalmente depois da Segunda Guerra Mundial. Segundo Ab'Saber (2001, p.54), no que se refere ao maior litoral do mundo tropical, "certamente, foi o advento das fotos aéreas, seguidas pelas imagens multiespectrais dos sensores de satélite em 'falsa cor', que tornou possível um conhecimento mais amplo, integrado e proporcionador de interdisciplinaridade".

AB'Saber (2001) propõe uma nova setorização do litoral que tenta se afastar da delimitação geográfica direcional e se baseia mais em critérios geomorfológicos, paisagísticos e fitogeográficos, e nesse sentido tenta ser mais detalhada e multidisciplinar. São então propostos seis setores com determinados subsetores e detalhes próprios para o litoral brasileiro: Litoral Equatorial ou Amazônico, Litoral Setentrional do Nordeste, Litoral Oriental do Nordeste, Litoral Leste, Litoral Sudeste e Litoral Sul. Sobre o litoral sergipano, AB'Saber (200, p.1146) assinala: "Trecho de costa retilínea com pequenas barra de rios, riachos e restingas numa paisagem ilustrada com grandes plantações de coqueiros e pequenas lagoas descontínuas na retroterra próxima à restinga preservada."

Villwock et al. (2005), num estudo recente sobre o Quaternário no Brasil, publicado por ocasião da comemoração dos 21 anos da ABEQUA, preocupam-se com a evolução do conhecimento sobre a geologia e a geomorfologia costeira do Brasil, com as características físicas dos ambientes costeiros e com as subdivisões do nosso extenso litoral. Villwock et al. também aceitam a classificação proposta por Silveira (1964), modificado por Cruz et al. (1985), que divide o litoral em cinco macroáreas. Na costa Nordeste Oriental ou das Barreiras, Villwock et al. (2005) destacam a planície costeira do rio São Francisco.

> Também é significativo o fato de que a pluma de sedimentos em suspensão originária do rio São Francisco, dirigida para o sul pelas correntes litorâneas, inibe o desenvolvimento das construções recifais e mantém águas turvas ao longo do litoral de Sergipe, ao contrário do que acontece com o litoral de Alagoas, mais ao norte. (VILLWOCK et al., 2005, p. 103-104).

O Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil, realizado no âmbito do GERCO Brasil (Programa de Gerenciamento Costeiro), em 1996 e atualizado em 2006, reúne informações físico-

naturais e socioeconômicas com a finalidade de orientar ações de preservação, conservação, regulamentação e monitoramento do rico patrimônio desse imenso recorte territorial e, ao mesmo tempo, oferece subsídios para a articulação institucional nas várias esferas do federalismo brasileiro. Essa visão territorial do litoral brasileiro foi possibilitada pela elaboração de oito mapas (Dinâmica Populacional, Biodiversidade, Geomorfologia, Zona Econômica Exclusiva - ZEE, Potencial de Risco à Inundação, Potencial de Risco Social, Potencial de Risco Tecnológico e Gestão Costeira) que permitiram um desenho dos cenários atuais e dos potenciais de risco.

Em consonância com o mapa de dinâmica da população presente no Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha, é visível no litoral sergipano a força macrocéfala de Aracaju, de sua região metropolitana e dos eixos viários que funcionam como indutores de crescimento demográfico, inclusive nas áreas rurais servidas por rodovias asfaltadas. Por sua vez, o mapa de biodiversidade ressalta a presença de áreas classificadas como de extrema, muito alta e de alta importância no litoral sergipano com grandes extensões de desova da tartaruga marinha.

É conveniente destacar os três mapas de risco (inundação, social e tecnológico) que evidenciam a possibilidade de ocorrência de risco muito alto de inundação em Aracaju e de risco alto na parte costeira de Estância. O risco social evidencia problemas associados ao saneamento ambiental, sobretudo o esgotamento sanitário e os resíduos sólidos na região metropolitana de Aracaju e em Estância, no Litoral Sul. Por último, os riscos tecnológicos são mais expressivos na zona da plataforma e na parte continental em função dos campos de produção de gás natural e petróleo.

No tocante ao ordenamento territorial, o Macrodiagnóstico da Zona Costeira ressalta a necessidade de instrumentos de gestão para o litoral sergipano, a exemplo dos Planos de Intervenção na Orla Marítima para os municípios estritamente costeiros e de Agendas 21 na escala municipal. Entretanto, a recente realização de Planos Diretores não foi captada pelo mapa de gestão, uma vez que boa parte dos municípios costeiros, a exemplo de Aracaju, Barra dos Coqueiros e Pirambu, já detém esse instrumento de intervenção territorial em moldes participativos. Outro aspecto a ressaltar no tocante ao mapa de gestão costeira é o pequeno número de unidades

de conservação (UC's) e sua área pouco expressiva no litoral sergipano.

04. DO SUPORTE GEOGRÁFICO AOS PROBLEMAS AMBIENTAIS

Um dos primeiros trabalhos que abordam o litoral sergipano do ponto de vista estritamente geomorfológico foi realizado por Tricart e Silva no final dos nos sessenta. Segundo Villwock et al. (2005) e Fontes (1997), este é o primeiro trabalho que busca uma visão abrangente do quaternário da área de estudo. Com efeito, Tricart e Silva (1968) discutem a geomorfologia litorânea da Bahia e de Sergipe a partir da morfogênese do período de deposição da formação barreiras e da evolução quaternária.

> Em Sergipe na região de São Cristóvão ela [a formação barreira] forma somente planaltos litorâneos contínuos que tem o nome de tabuleiros. Sua espessura atinge 100 m seguindo sem interrupção o planalto, atingindo esta altitude até o bordo das rias, perto da cota zero. Ela se associa, nos numerosos casos estudados, a depósitos lenticulares onde se acham: areia grosseira argilosa (...), lentes de cascalho que atingem 1m de espessura e lentes de areias selecionadas grosseira média. (TRICART e SILVA, 1968, p. 44-45).

> O litoral é regularizado. Com efeito, durante as transgressões recentes, o mar revelou quantidades enormes de areia sobre a plataforma continental e as empurrou para a costa. A areia foi fixada como cordão litorâneo durante a estabilização do nível marinho no fim da transgressão. Foi no ouljiano que a costa adquiriu sua configuração atual. As rias já escavadas, como mostra a presença freqüente de banquetas entalhadas no neógeno, à cerca de 5-6 m acima da água. Os cordões litorâneos já estavam depositados. A parte inferior é constituída por acumulações ouljianas caracterizadas ao mesmo tempo por sua posição em altitude, por seu modelado e por sua alteração. Foi, portanto, durante o longo interglacial que precedeu a penúltima glaciação e durante esta, que a superfície Pós-Barreiras (Fini-Barreiras) foi dissecada. A transgressão ouljiana veio formar as rias que foram barradas pelos cordões litorâneos. Durante a regressão pré-flandriana, houve somente alguns retoques. Depois, durante a

> transgressão flandriana, novos cordões vieram se juntar aos ouljianos dissecados do lado do mar e apagar certos detalhes novos formados durante a última glaciação. (TRICART e SILVA, 1968, p. 131).

Nesse trabalho pioneiro onde é abordado o litoral sergipano, Tricart e Silva (1968) enfatizam que a zona litorânea está caracterizada por uma morfogênese típica de clima quente e úmido e as alterações aí existentes são fenômenos predominantes e decisivos que comandam as outras mudanças no cenário paisagístico natural. Nota-se aqui a influência da escola de geomorfologia climática, embora os fatores estruturais ainda mantenham um peso considerável.

Por último, é conveniente ressaltar a postura crítica dos autores em relação aos resultados obtidos e a forte influência da escola francesa em sua busca pela originalidade e pela especificidade local:

> A aplicação dos métodos da geomorfologia, mesmo ao nível de um simples reconhecimento, nos permitiram chegar a resultados em grande parte novos e muito diferentes de algumas afirmações fundamentadas num exame muito superficial, sem análise suficiente dos fatos e demasiados ansiosas para aplicar concepções elaboradas alhures a realidade brasileira. Em lugar deste verdadeiro colonialismo científico, tentamos distinguir a originalidade da região estudada, examiná-la por dentro, por ela mesmo, sem arquitetar justificações prematuras de teorias mais ou menos justificadas. (TRICART e SILVA, 1968, p. 98).

Ainda nos anos sessenta, a professora Maria da Glória Costa Monteiro (1964), em seu trabalho de Cátedra para o Colégio Estadual 'Atheneu Sergipense', intitulado *Restinga da Atalaia (Uma contribuição ao estudo do litoral sergipano)*, destaca os processos de formação e evolução geomorfológica dos atuais bairros de Atalaia e Coroa do Meio, na zona sul de Aracaju. Este estudo é uma referência obrigatória para o conhecimento da evolução em escala histórica da geomorfologia urbana de Aracaju, principalmente nas zonas instáveis associadas à Foz do Rio Sergipe e a planície de maré do Rio Poxim.

Mais recentemente, alguns estudos feitos pela Escola Baiana de Geologia e Geomorfologia contribuíram com a reconstituição das grandes linhas da evolução paleogeográfica quaternário de toda a costa do Estado de Sergipe. Bittencourt et al. (1983) destacam cinco

conjuntos distintos de depósitos quaternários costeiros: Terraços marinhos (Holocênicos e Pleistocênicos), depósitos flúvio-lagunares, depósitos de mangues, de leques aluviais coalescentes e eólicos.

> Ao longo da costa do Estado de Sergipe e da costa sul de Alagoas foram mapeados dois conjuntos distintos de terraços marinhos arenosos correspondentes à Penúltima e Última Transgressões. (BITTENCOURT et al., 1983, 94).
> (...) podem ser individualizadas três grandes gerações de dunas na região estudada: As mais internas, e mais antigas, já fixadas pela vegetação, do tipo parabólico, são encontradas sobre os tabuleiros da Formação Barreiras, defronte à extremidade sul da zona de progradação associada à foz do Rio São Francisco. (...) Mais recente que a anterior e, da mesma forma, já fixadas pela vegetação, encontra-se uma segunda geração de dunas parabólicas com um grande desenvolvimento na região entre o Rio Piauí e o Rio Vaza-Barris. (...) Por fim, foi constatada a existência de uma terceira geração de dunas mais recentes que 5.100 anos A. P., posto que se posiciona sobre os terraços marinhos holocênicos. (BITTENCOURT et al., 1983, p. 95).

O esquema de evolução paleogeográfica da costa sergipana estabelecido por Bittencourt et al. (1983), bastante referenciado nas obras analisadas, sobretudo dos geomórfologos sergipanos e em alguns estudos de EIA-RIMA, identifica seis eventos, estudados a partir do máximo da transgressão quaternária mais antiga e das sucessivas regressões-transgressões até os dias atuais:

> **Evento I**. Durante a Transgressão Mais Antiga, o mar erodiu a formação barreiras esculpindo falésias que foram recuando em conseqüência desse evento, até quando o mesmo atingiu o seu máximo. Ao mesmo tempo, os baixos cursos dos rios da região foram afogados, constituindo estuários.
> **Evento II**. Com a regressão subseqüente à Transgressão mais Antiga, o clima tornou-se semi-árido, com chuvas esparsas e violentas, propiciando a formação de depósitos arenosos do tipo leques aluviais coalescentes no sopé das falésias esculpidas durante o evento anterior na formação barreiras.

> **Evento III**. Corresponde ao máximo da Penúltima Transgressão (120.000 anos A.P). (...)
> **Evento IV**. No decorrer da regressão subseqüente á Penúltima Transgressão, foram construídos os terraços marinhos pleistocênicos a partir das falésias da Formação Barreiras e dos remanescentes dos depósitos dos leques aluviais coalescentes, ao mesmo tempo em que se foi instalando uma rede de drenagem na superfície desses terraços. (...)
> **Estágio V**. (...) Esse evento corresponde ao máximo da Última transgressão, quando os rios da região foram pela última vez afogados e foi formada uma série de corpos lagunares na região.
> **Estágio VI**. O último evento regressivo deu formas finais ao modelado da costa. Assim, durante essa faz, foram construídos os terraços marinhos holocênicos, dispostos externamente aos terraços pleistocênicos. (...) (BITTENCOURT et al., 1983, p. 96).

Ocupa um capítulo especial nos estudos geomorfológicos do litoral sergipano, a galeria de honra da nossa geografia, a frutífera produção da professora Aracy Losano Fontes. Iniciada com a Dissertação de Mestrado sobre a Geomorfologia da área de Pirambu e adjacências, a vasta produção de Fontes se destaca por analisar o modelado de todos os trechos da planície costeira sergipana (FONTES, 1985, 1988, 1990a e b, e FONTES; MENDONÇA FILHO, 1991). O esquema metodológico utilizado por Fontes, ao menos nos primeiros trabalhos, tem a seguinte lógica interna: geologia local, caracterização climática, unidades do relevo e evolução geomorfológica. Destaca-se a ênfase na cartografia geomorfológica, a preocupação com a caracterização dos ambientes da planície costeira, com o aplainamento plio-pleistocênico e com a morfogênese do pós-pleistoceno inferior. A respeito do cenozóico na bacia inferior do rio Japaratuba, Fontes e Almeida (1984) assim sintetizam a paisagem da área:

> Desenvolvendo-se a leste da superfície dos tabuleiros e delimitada por uma linha de falésias fósseis, a planície costeira constitui um compartimento litorâneo para cuja evolução contribuíram episódios de oscilação climática e de variação do mar. Apresentando diversidades de domínios ambientais, tais como terraços marinhos, cordões

> litorâneos, dunas, lagoas e mangues, refletem a atuação dos processos morfogenéticos marítimos e continentais, associados a importantes episódios transgressivos e regressivos que afetaram a costa leste nordestina. (FONTES; ALMEIDA, 1984, p. 447).

Em sua preocupação com o litoral sergipano, Fontes (1987, 1999 e 2001) avança em sua contribuição com estudos da evolução geomorfológica da Bacia Inferior do Mangue Seco (Rios Piauí-Fundo-Real), dos aspectos evolutivos atuais do Litoral Norte do Estado de Sergipe e com os processos erosivos associados à desembocadura do rio São Francisco. Nos últimos anos, a produção de conhecimentos por parte de Fontes sobre o litoral sergipano experimenta uma ampliação temática, sem desconsiderar, entretanto, os aspectos mais clássicos da nossa geomorfologia litorânea. A temática das bacias fluviais (FONTES, 1997), do turismo (FONTES, 1998), do ordenamento territorial (CARVALHO; FONTES, 2006) e da morfodinâmica de praias (FONTES et al. 2007) são exemplos dessa diversificação.

Fontes (1997), em sua Tese de Doutorado, estuda a bacia hidrográfica como unidade básica de análise ambiental, utilizando-se da abordagem sistêmica para compreender a bacia do Rio Japaratuba. Ainda que considere as formas humanas de utilização da terra, Fontes (1997) dá uma atenção especial a caracterização das unidades geomorfológicas da bacia costeira e ao zoneamento geoambiental. Para o presente estudo, importa a visão percuciente de Fontes (1997) sobre os tabuleiros costeiros e a planície litorânea sergipana:

> Na região Nordeste, as planícies costeiras são, geralmente, estreitas, confinadas entre o mar e a escarpa dos depósitos sedimentares da formação barreiras. Desenvolvendo-se a leste da formação barreiras, a planície costeira, que constitui este trecho da costa sergipana, segue o modelo clássico de costas que avançam em direção ao oceano, em decorrência do acréscimo de sedimentos mais novos, em que cada crista de praia representa depósitos individualizados associados a uma linha de praia antiga. (FONTES 1997, p. 129).
>
> A região estuarina está ocupada em sua área de inundação pela planície de maré, onde ocorrem os manguezais que

> atuam através de sua vegetação na bioestabilidade da planície costeira. A planície de maré (tidal flat) caracteriza áreas desenvolvidas entre as marés, em costas de baixo declive, suficiente sedimento disponível e sem forte atuação das ondas. A porção da planície de maré, quase inteiramente coberta na preamar e exposta na baixa-mar, corresponde à planície de maré inferir (slikke). É caracterizada por sedimentos predominantemente argilosos, altamente hidratados e ricos em matéria orgânica, que constituem os solos halomórficos de mangue, sendo colonizados por vegetação arbórea e/ou arborescente composta pelos angiospermas *Rhizophora mangle* (mangue vermelho), *Laguncularia racemosa* (mangue branco ou manso), *Avicenia germinans* (mangue siriba ou siruíba) e *Conocarpos eretos* (mangue de botão). (FONTES, 1997, p. 144).

Num estudo produzido como Dissertação de Mestrado para o Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Santos (1997) avalia as interações do homem com o manguezal na localidade de Ponta dos Mangues, situada no município de Pacatuba, Litoral Norte do Estado de Sergipe. Essa bióloga insiste na importância da conservação do ecossistema de manguezal e dos ambientes estuarinos e acentua a necessidade de uso sustentável dos recursos naturais existentes nessas áreas. Apesar de não ser geógrafa de formação, um aspecto a ser evidenciado é a visão de escala presente na pesquisa de Santos (1997). Segundo essa bióloga, a diminuição da produtividade e da qualidade ambiental dos manguezais da localidade de Ponta dos Mangues está associada a fatores locais e as alterações do regime fluvial da bacia do Rio São Francisco da qual faz parte. Os sucessivos barramentos provocaram a diminuição do volume de material sedimentar e também foram responsáveis pelo avanço da cunha salina; na escala local, os desmatamentos e a sobrepesca também contribuem para a diminuição da produtividade dos mangues e para a queda da qualidade de vida da população que depende desse ecossistema para a sua sobrevivência.

> O manguezal da região desempenha um papel fundamental para fixação da população de Ponta dos Mangues, pois é dele que é retirada a sua subsistência. E com a mudança das condições do mangue e a diminuição da sua produtividade, fica cada vez mais difícil a manutenção da população nesse

> local. É necessário que os processos de captura de animais do mangue sejam adequados á manutenção de uma curva biológica longe do ponto crítico e que a exploração do mangue não ultrapasse os limites da sustentabilidade. (SANTOS, 1997, p. 75).

Seguindo essa mesma linha de análise, duas Dissertações de Mestrado defendidas no Instituto de Geociências da UFBA enfocam o litoral sergipano e a nossa linha de costa (SILVA, 2001 e OLIVEIRA, 2003). No trabalho de Silva (2001) a evolução paleogeográfica holocênica do litoral sergipano é utilizada como ferramenta para subsidiar o estudo da ocupação por grupos humanos pré-históricos na região. Por sua vez, a pesquisa de Oliveira (2003) enfoca, a partir de uma perspectiva integrada, as causas do fenômeno da erosão na linha de costa do território sergipano.

Segundo Silva (2001), os sítios arqueológicos identificados em território sergipano encontram-se em colinas próximas ao litoral, geralmente em encostas associadas a córregos, e foram classificados como sítios das tradições Aratu e Tupiguarani. A compreensão desses sítios está consubstanciada pela análise geomorfológica que aqui nos interessa mais de perto:

> Pode-se constatar que as zonas que separam os Terraços Marinhos Holocênicos dos Terraços Marinhos Pleistocênicos no litoral de Sergipe, além de muito estreitas, nunca constituíram lagunas no máximo da Transgressão Holocênica. Estas são apenas zonas topograficamente mais baixas onde o lençol freático aflora formando terras úmidas de água doce que, como resultado do meandramento lateral as fizeram aumentar de largura (AMÂNCIO; DOMINGUEZ, 1999). Um exemplo claro é a planície costeira do Abaís (entre o rio Piauí e o rio Real), onde o substrato da zona baixa que separa os Terraços Marinhos Holocênicos dos Pleistocênicos é arenoso, e não apresenta qualquer indício da existência de uma antiga laguna. (SILVA, 2001, p. 81).

Por sua vez, Oliveira (2003) realiza uma caracterização física da zona costeira do Estado de Sergipe, destacando a evolução paleogeográfica, os padrões de refração de ondas, a modelagem da intensidade da deriva litorânea, a morfodinâmica das praias e a

sensibilidade ambiental da zona da linha de costa. Vejamos algumas conclusões do estudo de Oliveira (2003):

> As causas encontradas para esses trechos em erosão são duas: natural e antrópica. As causas naturais estão relacionadas aos padrões de dispersão e acumulação de sedimento ao longo da linha de costa, particularmente os trechos submetidos à divergência no sentido da deriva e à migração lateral das desembocaduras fluviais. As causas antrópicas estão associadas às obras de engenharia, principalmente a construção do terminal portuário de Sergipe. (OLIVEIRA, 2003, p. 94).
> Estados praiais alternam-se entre dissipativo e intermediário, com tendência deposicional para a época do verão, onde predominam as frentes de onda de leste. Já os estados praiais essencialmente dissipativos predominam no inverno com o aumento da energia das ondas, associadas ao avanço das frentes frias. (OLIVEIRA, 2003, p. 94).
> As frentes de onda de sul e sudeste são as que chegam à linha de costa sergipana com os maiores períodos e, portanto as que experimentam o maior grau de refração, promovendo as maiores variações de distribuição de energia ao longo da linha de costa. (OLIVEIRA, 2003, p. 94).

Outra bióloga de formação, mas com Mestrado defendido no NPGEO da UFS, volta seus interesses de pesquisa para a carcinicultura como atividade econômica e para os seus reflexos ambientais nos estuários sergipanos. Para Carvalho (2004), a nossa zona costeira apresenta diversidade física, biológica e socioeconômica e pode ser compartimentada em três setores: a interface continental, a planície costeira e a interface marinha:

> A interface continental está constituída, basicamente, pelos depósitos continentais do Grupo Barreiras, e de forma secundária por rochas sedimentares mesozóicas da Bacia Sedimentar e do Complexo Cristalino do pré-cambriano. (CARVALHO, 2004, p. 71).
> Este segmento litorâneo [refere-se à planície costeira] ocupa uma faixa descontínua, assimétrica e alongada no sentido NE-SE ao longo do litoral tem maior expressão areal na dependência do recuo dos tabuleiros costeiros. Ao norte do

> estado é mais ampla, condicionada pela feição deltaica do rio São Francisco. (CARVALHO, 2004, p. 72).
> Na zona costeira do estado de Sergipe, a plataforma continental interna, entre os rios São Francisco e Real, apresenta grandes variações de largura devido à presença dos canyons do São Francisco, Sapucaia, Japaratuba, Vaza-Barris e Real (COUTINHO, 1995).

Um outro trabalho preocupado com o suporte físico e com os problemas ambientais do litoral sergipano corresponde ao estudo *Erosão e Progradação do Litoral Brasileiro*, coordenado por Muehe (2007) na escala nacional e levado a cabo por Bittencourt, Oliveira e Dominguez para a linha de costa sergipana. Para a nossa Linha de Costa, os referidos atores advogam pela ação humana e pela intensidade moderada do fenômeno da erosão:

> Em comparação com outros estados do Nordeste do Brasil, a erosão costeira não é um problema particularmente grave em Sergipe. Especial atenção, entretanto, deve ser dada pelos planejadores, na ocupação de trechos classificados como de 'elevada variabilidade' associados às desembocaduras dos rios Real, Vaza-Barris e Sergipe, onde episódios erosivos localizados já causaram significativas perdas materiais. (BITTENCOURT, OLIVEIRA e DOMINGUEZ, 2007, p. 218).

Por último, é conveniente destacar dois estudos acadêmicos mais recentes que também abordam os problemas sócio-ambientais do espaço litorâneo de Sergipe. O primeiro é a Tese de Doutorado de Araújo (2007) sobre a bacia costeira do rio Sergipe e o segundo corresponde a Dissertação de Mestrado de Oliveira (2008) que enfoca a ecodinâmica das dunas. O trabalho de Araújo (2007) evidencia a formação histórico-econômica, os condicionantes naturais, a classificação paisagística e a produção do espaço da bacia costeira do Rio Sergipe. Esse geógrafo conclui sua análise da bacia costeira do Rio Sergipe com uma síntese dos principais problemas ambientais e de recursos hídricos e com uma ênfase nas interferências antrópicas ao longo do tempo histórico, redargüindo sobre as questões inerentes a insustentabilidade desse espaço mais urbanizado do litoral sergipano.

> O desenvolvimento sócio-econômico da bacia não ocorreu de forma sustentável, comprometendo a qualidade de vida de grande parte da sua população pela deficiência no abastecimento de água e degradação ambiental decorrente da inexistência de aterros sanitários para a disposição adequada de lixo, precariedade do sistema de esgotamento sanitário e aos desmatamentos verificados na totalidade dos municípios. Acrescente-se, ainda, o fato de as atividades humanas ao se desenvolverem em áreas extremamente vulneráveis do território da bacia, sobretudo no geossistema planície costeira, em total desajuste com o que efetivamente se poderia implantar, também, contribuir para a aceleração do processo de degradação ambiental. (ARAÚJO, 2007, p. 271).

O trabalho de Oliveira (2008) enfatiza o papel da ação antrópica e da dinâmica costeira nas mudanças ambientais rápidas ocorridas nas dunas de Pirambu (Litoral Norte) e de Estância (Litoral Sul). A Ecodinâmica das dunas sergipanos foi avaliada a partir de um enfoque estrutural, funcional e morfodinâmico dessas duas unidades amostrais utilizadas.

> Em suma, as feições dunares do litoral sul sergipano apresentam considerável nível de degradação das geoformas. As alterações introduzidas (...) para o litoral de Estância afetam o equilíbrio dunar acarretando alterações nas propriedades funcionais podendo promover um estado em que as feições dunares não apresentarão mecanismos de resiliência aos efeitos negativos. (OLIVEIRA, 2008, p. 103)

> (...) atual situação ecodinâmica de estabilidade resultante da avaliação do sistema dunar do litoral Norte sergipano pode sofrer derivações antropogênicas geradoras de uma crescente tendência ecodinâmica ao intergrade, abrangendo um ciclo mais longo de mudanças ambientais nos patamares de vulnerabilidades aferidos, caso haja intensificação dos usos verificados na área, principalmente no tocante à ocupação das superfícies úmidas por pastagens e cultivos agrícolas (Coco nucifera). (OLIVEIRA, 2008, p. 104)

05. AS MUDANÇAS PAISAGÍSTICAS E TERRITORIAIS

No contexto da revisão do GERCO estadual, uma série de trabalhos foi elaborado como demanda do planejamento territorial de ambientes costeiros. Nesse grupo se destacam as consultorias de Araújo (2003), Vilar e Vieira (2004) Vilar (2005), Vargas et al. (2006) e Vilar (2007). Vilar (2005) elabora uma revisão das iniciativas de ordenamento territorial do Litoral Sul de Sergipe e Araújo (2003) realiza uma avaliação dos produtos cartográficos elaborados no âmbito do Gerenciamento Costeiro em Sergipe, com o objetivo de sistematizar as informações existentes para a realização do Plano de Gestão da Zona Costeira do Estado.

Vilar e Vieira (2004), na perspectiva de consolidação do diagnóstico do Litoral Sul de Sergipe, destacam o uso dos recursos ambientais e a ocupação do território, além de analisarem o turismo, a ocupação desordenada, os riscos ambientais e o gerenciamento costeiro. Esses geógrafos sergipanos, respeitando a discussão metodológica desenvolvida no âmbito do GERCO Brasil, estudam o Litoral Sul de Sergipe a partir das limitações e das restrições de uso do território, das potencialidades dos recursos ambientais e dos conflitos de uso do solo. Por sua vez, Vargas et al. (2006) propõem uma matriz institucional para a gestão do litoral sergipano.

Nesse contexto de trabalhos técnicos de consultoria desenvolvidos no âmbito do Gerenciamento Costeiro, Vilar (2007) elabora uma avaliação crítica do GERCO em Sergipe e chega às seguintes conclusões:

> De maneira geral, a política ambiental referente ao Litoral de Sergipe apresenta deficiências de toda sorte. A falta de diplomas legais que atuem na esfera local, a não implementação dos instrumentos previstos no SIGERCO e o foco preferencial de estudos e projetos no Litoral Sul, em detrimento do setor norte, em um espaço tão exíguo como é o caso do litoral sergipano, revela problemas, às vezes graves.
>
> As tentativas de articulações intersetoriais são ainda muito incipientes no Litoral sergipano. As entrevistas com os secretários municipais deixaram patente essa desarticulação que somente de forma tímida começa a ser equacionada. A idéia de parcerias entre as instituições e um contato mais estrito e regular entre os órgãos estaduais - com mais

> recursos, infra-estrutura e, sobretudo, capital humano - e as prefeituras municipais começa a ser delineado, e é uma exigência para o êxito do Gerenciamento Costeiro. (VILAR, 2007, p. 6)

O primeiro trabalho de maior fôlego envolvendo o litoral sergipano, e com a atenção voltada para as perspectivas de desenvolvimento regional, mas pouco citado na literatura geográfica, é o do professor José Alexandre Felizola Diniz (1981). Esta pesquisa tem como objetivo principal estudar as áreas agrícolas subcosteiras do Nordeste Meridional, aí incluído 21 municípios sergipanos considerados litorâneos ou sublitorâneos. O trabalho de Diniz (1981) é de difícil classificação dada a sua riqueza temática e a variedade de abordagens, e é exatamente por isso que se torna uma obra de referência obrigatória, um clássico. A preocupação com a litoraneidade, com a ocupação territorial, com as atividades econômicas e a luta pelo espaço e com a estrutura concentrada da terra e da renda são alguns dos itens tratados por Diniz (1981). Não resta dúvida a influência dos estudos regionais na obra em análise, e não é por acaso que o referido trabalho está incluindo na série publicada pela SUDENE com o título de Estudos Regionais. A busca pela síntese geográfica, pela integração entre os fatores físicos e humanos demonstra a opção pelo ideográfico, pelo singular, no estudo de Diniz (1981), ainda que a preocupação histórica com as relações econômicas das zonas subcosteiras do Nordeste Meridional com o Brasil e com o mundo não possam ser negligenciadas.

Diniz (1981), a partir de uma visão eminentemente geográfica da realidade, até o ponto em que as ciências humanas podem ser individualizadas, busca a natureza da área de estudo, definida por um termo bastante apropriado que inclusive pode ser utilizado em outras realidades: A **litoraneidade**. Essa noção de caráter corográfico e regional é assim definida por Diniz (1981):

> A esse conjunto de condições econômicas e ambientais, **submetidas ao processo histórico**, chamamos de **litoraneidade**, e pelo seu estudo começaremos a desvendar a realidade local, aprofundando-nos no conhecimento de suas causas e procurando antever as condições futuras, a fim de propor alternativas para a resolução dos problemas. (DINIZ, 1981, p. 43) (Grifo nosso).

A primeira Dissertação de Mestrado defendida no NPGEO da UFS com preocupações centradas nas transformações territoriais e nas perspectivas de desenvolvimento do litoral sergipano foi a de França (1988). Preocupada com as mudanças no litoral sergipano como um todo e com as mudanças espaciais produzidas pela cocoicultura, França (1988) centra suas discussões na utilização da terra, na orientação da agricultura, nas características do produtor de coco-da-baia, na estrutura espacial de comercialização e na renda da terra. É, sem dúvida alguma, uma grande contribuição geográfica ao estudo rural do nosso litoral ao identificar a estrutura espacial das mudanças territoriais e paisagísticas a partir da cocoicultura. França (1988) destaca as vias de acesso e a valorização dos terrenos litorâneos como fortes elementos indutores de mudança no espaço rural do litoral sergipano:

> Recentemente, a produção de coco-da-baia vem sendo ameaçada diante da valorização das áreas litorâneas e da abertura de estradas, que, num primeiro momento, são implantados coma finalidade de escoar a produção. Na realidade, essas estradas contribuem decisivamente para a redução dos coqueiros, já que as facilidades de acesso até a orla marítima conduzem a uma utilização da área para o turismo e o lazer. (FRANÇA, 1988, p. 11).

Vilar (1991), embora não tenha centrado suas análises no litoral sergipano, já que considerou o papel da pecuarização no processo de produção do espaço agrário sergipano como um todo, chama a atenção para o avanço das pastagens e do gado bovino para áreas tradicionalmente orientadas para agricultura, principalmente para a cultura do coco. Os espaços costeiros *stricto sensu* apresentam limitações edáficas e seu isolamento territorial relativo que manteve ao longo da história sergipana explicam essa opção pela cocoicultura e pelas culturas de subsistência que começam a serem substituídas por atividades associadas ao turismo ou a especulação imobiliária.

Em sua Dissertação de Mestrado, Souto (1997) tem como objetivo estudar a relação entre as políticas públicas e a organização espacial do Litoral Norte de Sergipe. No referido trabalho foram enfatizadas a exploração mineral, o Pólo Cloroquímico, o Terminal Portuário, a Rodovia SE-100 Norte, o Projeto TAMAR, a atuação do

INCRA nos assentamentos rurais e o Platô de Neópolis. A ação do Estado no ordenamento territorial ficou patente e a abertura e o asfaltamento da Rodovia SE-100 mostrou-se um vetor de indução da ocupação do Litoral Norte, o setor mais preservado do litoral sergipano.

> O projeto da Rodovia SE-100 norte é o mais expressivo para as comunidades do Litoral Norte Sergipano. Para a população, a efetivação dessa rodovia solucionará um outro grande problema na área, que é a melhoria das condições de acessibilidade e consequentemente a diminuição das distâncias, sobretudo para Aracaju, ampliando, por conseguinte, a metropolização. (SOUTO, 1997, p. 106-107).

Outro estudo de maior fôlego sobre o litoral sergipano, mas agora envolvendo o seu setor meridional é o de Wanderley (1998). Este estudo é o único que realiza uma revisão dos trabalhos acadêmicos sobre o meio ambiente costeiro em Sergipe. Mas não é somente por essa particularidade que a Tese de Doutorado de Wanderley (1998) é uma referência obrigatória para a compreensão do espaço litorâneo de Sergipe. Com efeito, a pesquisa se centra na APA Litoral Sul, seja em termos de condicionantes ambientais, produção do espaço, ou em termos de padrões de ocupação territorial e zoneamento ecológico-econômico, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

> A área de estudo tem na APA Litoral Sul a unidade geoambiental de maior fragilidade e complexidade quando comparada ao território total dos quatro municípios dos quais ela faz parte. De fato, a ampla presença da Planície Costeira ou Planície Litorânea torna-a atualmente vulnerável a ocupações desordenadas, pelo seu relativamente baixo suporte geotécnico, pela existência de ecossistemas frágeis e de locais onde a modelagem atual se processa de forma intensa, instável e mutante. (WANDERLEY, 1998, p.132).

> Em termos gerais, a área vem apresentando nos últimos dez anos uma tendência de reversão das atividades tradicionais baseadas na agricultura e na pesca, buscando

> alternativas para a ocupação da mão-de-obra e obtenção de renda da terra através de negócios imobiliários. (WANDERLEY, 1998, p. 376).

Estudos mais recentes sobre o litoral sergipano têm discutido o turismo como alternativa para o desenvolvimento regional. As Dissertações de Mestrado de Souza (2004) e de Santos (2005) abordam essa questão tendo como base empírica, respectivamente, o que consideram como Litoral Sul (Itaporanga d'Ajuda e Estância) e o Litoral Nordeste de Sergipe (Barra dos Coqueiros e Pirambu).

> O turismo enquanto atividade estruturante, é capaz de reestruturar o potencial de desenvolvimento de uma região. De fato, no Litoral Nordeste de Sergipe isto não tem sido valorizado satisfatoriamente, de modo que o futuro torna-se pouco promissor. Mesmo entendendo que a região é dotada de um relativo potencial natural, o que mais se evidencia é uma desatenção por parte, não só dos organismos públicos, mas também da comunidade, que não se vê motivada a valorizá-lo. (SOUZA, 2004, p. 81).

> Da mesma forma que Sergipe sente a polarização de Recife e Salvador, o litoral nordeste de Sergipe sofre a polarização de Aracaju. (...) Aracaju concentra os melhores meios de hospedagem e dispõe de maior e melhor oferta de serviços e de infra-estrutura, contribuindo para esse efeito polarizador. Contudo, os mais otimistas vêem essa proximidade com a capital um fator benéfico, na medida em que ela pode ser posta como um dos pontos turísticos no roteiro que leva ao nordeste de Sergipe e vice-versa. A capital deve se constituir na porta de entrada para a região. (SOUZA, 2004, p. 119).

> O Litoral Sul tem amplas chances de desenvolver o turismo. Sua diversidade paisagística, histórica e cultural conduz a atividade para um quadro de possibilidades constatáveis a médio e longo prazo, lembrando que o turismo já contribui para o desenvolvimento e melhoria da comunidade, mesmo com infra-estrutura deficitária. (SANTOS, 2005, p. 100).

Ainda no tocante ao turismo vale ressaltar as conclusões da pesquisa Turismo e Desenvolvimento Sustentável na Comunidade da Atalaia Nova, município de Barra dos Coqueiros, levada a cabo por Nara de Souza (2007):

> 1. Grande parte da população de veranistas está vinculada ao povoado em conseqüência das habitações que possui e utiliza para o lazer, mas reside predominantemente em Aracaju;
> 2. Toda a ocupação é voltada para exploração máxima dos valores paisagísticas, ligados à praia, ao mar e ao rio;
> 3. O sistema viário é precário;
> 4. O mau aparelhamento dos sistemas de espaços livres, que poderiam ser usados como espaços comunitários;
> 5. Abastecimento insuficiente de água e constantes quedas de abastecimento de energia elétrica;
> 6. Como as áreas junto às zonas de praia apresentam maior facilidade de acesso ao mar e ao rio, tornam se as preferidas para a instalação dos loteamentos;
> 7. Também são perceptíveis os demais elementos do suporte físico de alto valor paisagístico e ambiental, como barras de rios, manguezais e matas (...);
> 8. O tipo de veranista que usufrui de áreas à beira-mar ou no estuário do rio é o veranista-propietário, existindo ainda o veranista-hóspede;
> 9. Existem ainda as deficiências com esgotamento sanitário, na prestação de serviço em hospedagem e alimentação, bem como outras prioritárias para atender às temporadas de férias ou eventos. (SOUZA, 2007, p. 87-88).

Preocupada com a refuncionalização do espaço na perspectiva do desenvolvimento regional, Souza (2007) aposta no papel da carcinicultura como alternativa viável para as comunidades tradicionais do complexo estuarino-lagunar do rio São Francisco (CELSF), mais especificamente nos municípios de Brejo Grande e Pacatuba. Souza (2007) centra suas atenções na carcinicultura no contexto das temáticas geográficas, na dinâmica socioeconômica e ambiental do CELSF e nos impactos socioeconômicos, ecológicos e ambientais da carcinicultura no Litoral Norte de Sergipe.

> Quando se direcionam as lentes para a hidrodinâmica do CELSF, percebe-se que as oscilações bruscas conseqüentes

> de processos naturais e antrópicos refletem-se nas atividades agrícolas e aquícolas. Nas primeiras, inviabilizando tanto a rizicultura quanto a cocoicultura, esta última quando praticada nas ilhas, pela intensa salinidade emergente na área com a ruptura da barra da Costinha. Nas aquícolas, impossibilitando tanto a piscicultura com espécies de água doce quanto estuarinas. (SOUZA, 2007, p. 47).

> A única alternativa viável encontrada pela comunidade tradicional do CELSF para adaptar-se às intervenções antrópicas (vazões emergenciais da CHESF) e naturais (ruptura da Barra da Costinha), tem sido a transformação das antigas áreas de salinas, viveiros de piscicultura estuarina, de rizicultura e cocoicultura, datadas de quase meio século, em viveiros de criação de camarão. (SOUZA, 2007, p. 276).

Para finalizar, vale destacar as Dissertações de Mestrado de Juliana Santos (2007) sobre a relação campo cidade no Litoral Sul de Sergipe e a de Max Santos (2008) acerca das implicações paisagísticas e territoriais na Barra dos Coqueiros a partir da construção da ponte sobre o rio Sergipe. Neste último trabalho, a ocupação territorial, os critérios de divisão e os vetores de ocupação do litoral sergipano são aspectos geográficos que dizem respeito às recentes mudanças territoriais e paisagísticas, objetivos da revisão da literatura aqui propostos, e por isso devem ser evidenciados.

> A análise do sistema territorial do litoral sergipano evidencia uma série de vetores de ocupação que na verdade contribuem como eixos estruturantes do espaço. Dentre estes vetores destacam-se: a Rodovia SE-100, as atividades econômicas e os empreendimentos imobiliários (SANTOS, 2008, p. 64).

> Apesar do padrão pontual e pouco concentrado do povoamento litorâneo do Estado, o qual entremeia espaços de baixa densidade demográfica com áreas de maior aglomeração populacional, a maior porção da zona costeira sergipana ainda se encontra em áreas não materialmente incorporadas ao padrão de povoamento urbano, exceto na área do litoral centro da qual faz parte a capital do estado,

> que tem intensificado em sua zona de expansão um forte grau de ocupação imobiliária, e também no município da Barra dos coqueiros, que faz divisa coma capital, pertencente ao Litoral Norte. Nesse sentido, pode-se falar de padrões diferenciados de ocupação do litoral sergipano, desde aqueles tradicionalmente rurais e relativamente isolados com dificuldades de acessos, como é o caso do setor mais setentrional do Litoral norte, até espaços muito urbanizados. Em todo o caso, a presença de especulação imobiliária, do crescimento da segunda residência e a construção cada vez maior de infra-estrutura são bastante evidentes. Tal quadro é responsáveis por impactos socioambientais que merecem se melhor estudados. (SANTOS, 2008, p. 70-71)

07. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção científica realizada por geógrafos sobre o litoral sergipano não é apenas numerosa, como também diversificada. A geografia do litoral ocupa um espaço importante na análise geográfica sergipana, seja do ponto de vista físico, principalmente geomorfológico, seja com uma visão mais humana do processo de ocupação territorial, da produção do espaço litorâneo e da formação de territorialidades associadas a uma série de vetores geográficos.

Um dos temas da geografia do litoral sergipano que mais tem despertado o interesse dos geógrafos e de vários especialistas em planejamento ambiental é o das mudanças paisagísticas e da configuração territorial pelos mais diferentes agentes, cuja materialização geográfica mais evidente e referenciado na grande maioria dos trabalhos, é a ocupação desordenada do espaço humano.

08. REFERÊNCIAS

AB'SABER. A. N. **Litoral do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2001.

ARAÚJO, H. M. de. Análise socioambiental da bacia costeira do rio Sergipe. **Tese de Doutorado**. NPGEO-UFS, 2007

ARAÚJO, H. M. Levantamento e sistematização das informações de suporte ao Plano de Gestão e Manejo da Zona Costeira de Sergipe. **Relatório de Consultoria**. Aracaju: ADEMA, 2003.

BITTENCOURT, A. C. da S. P. et al. Evolução paleogeográfica quaternária do Estado de Sergipe e da costa de Alagoas. **Revista Brasileira de Geociências**, vol 13, nº 2, 1983, pp. 93 - 97.

BITTENCOURT, A. C. da S. P., OLIVEIRA, M. B. ; DOMINGUEZ, J. M L. Erosão e progradação do litoral Brasileiro - Sergipe. In: MUEHE, D. (Coord.), **Erosão e progradação do litoral Brasileiro**. Brasília: MMA, 2007.

CARVALHO, M. E. S. A carcinicultura na zona costeira do Estado de Sergipe. **Dissertação de Mestrado**. NPGEO-UFS, 2004.

CARVALHO, M. E. S.; FONTES, A. L. Estudo ambiental da zona costeira sergipana como subsídio ao ordenamento territorial. **Revista Geonordeste**, ano XVII, 2006, nº2. pp. 10-39.

CRUZ, O. et al. Brazil. In: BIRD, E. C. F.; SCHWARTZ. M. L. (Eds.) **The world's coastline**, Nova Yorque: Van Nostrand Reinhold Co., 1985, pp. 85 - 91.

DINIZ, J. A. F. **Áreas agrícolas subcosteiras do nordeste meridional.** Recife: SUDENE, 1981.

FONTES, A. L. Geomorfologia da área de Pirambu e adjacências. **Dissertação de Mestrado**. Instituto de Geociências-UFBA, 1985.

FONTES, A. L. Evolução geomorfológica da bacia inferior do mangue seco (Rios Piauí-Fundo-Real). **1º Congresso da ABEQUA**, Porto Alegre, 1987, pp. 357-364.

FONTES, A. L. O cenozóico na bacia inferior do rio Vaza-Barris - Estudo geomorfológico. **Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Geologia**, Belém, 1988, pp. 562-569.

FONTES, A. L. Aspectos da geomorfologia costeira no norte do estado de Sergipe. **Anais do II Simpósio de Ecossistemas da costa Sul e Sudeste Brasileira**, Águas de Lindóia, 1990a, pp. 296-307.

FONTES, A. L. Aspectos geológicos e geomorfológicos da planície costeira entre os estuários dos rios Sergipe e Japaratuba - Sergipe. **XXXVI Congresso Brasileiro de Geologia**, Natal, 1990b, pp. 700-708.

FONTES, A. L. Caracterização geoambiental da bacia do rio Japaratuba (SE). **Tese de Doutorado**. UNESP-Rio Claro, 1997.

FONTES, A. L. O baixo São Francisco Sergipano e o aproveitamento de suas potencialidades turísticas. **Encontro Nacional Turismo com Base Local**, Fortaleza, 1998.

FONTES, A. L.; Aspectos evolutivos atuais do litoral norte do Estado de Sergipe **7º Congresso da ABEQUA**, Porto Seguro, 1999.

FONTES, A. L. Processos erosivos na desembocadura do São Francisco, **8º Congresso da ABEQUA**, Imbé, 2001.

FONTES, A. L.; ALMEIDA, M. do C. B de, O cenozóico na bacia inferior do rio Japaratuba - Estudo geomorfológico. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Geologia**, Rio de Janeiro, 1984, pp. 441-451.

FONTES, A. L.; MENDONÇA FILHO, C. J. M. Aspectos geológicos e geomorfológicos da planície costeira entre os estuários do rio Sergipe e Vaza-barris (SE), **3º Congresso da ABEQUA**, Belo Horizonte, 1991, pp.241-248.

FONTES, A. L.; CORREIA. A. L. F. A; COSTA, J de J.; SANTANA L B. de. Caracterização geoambiental da "Ilha dos Coqueiros" e morfodinâmica das praias arenosas adjacentes: Contribuição ao ordenamento territorial dos municípios costeiros de Sergipe. **Anais XII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada (SBGFA)**, Natal, 2007.

FRANÇA, V. L. A. A cultura do coco-da-baia e as transformações no litoral sergipano. **Dissertação de Mestrado**. NPGEO-UFS, 1988.

MONTEIRO. M da G. C. A restinga de Atalaia: Uma contribuição ao estudo do litoral sergipano. **Tese de Cátedra do Colégio Atheneu Sergipense**, 1964.

MMA. GERCO BRASIL, **Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil**, 2006.

MUEHE, D. O litoral brasileiro e sua compartimentação. In: CUNHA, S. B da; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **Geomorfologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Bertand Brasil, 1998.

OLIVEIRA, M. B. Caracterização integrada da linha de costa do Estado de Sergipe. **Dissertação de Mestrado**. IGEO-UFBA, 2003.

OLIVEIRA, A. C. de A. Ecodinâmica das dunas costeiras de Sergipe. **Dissertação de Mestrado**. NPGEO-UFS, 2008.

SANTOS, N. M. Ponta dos Mangues: Relação sociedade-natureza. **Dissertação de Mestrado**, PRODEMA-UFS, 1997.

SANTOS, G. S. dos. Turismo como estratégia de desenvolvimento regional. **Dissertação de Mestrado**. NPGEO-UFS, 2005.

SANTOS, J. S. A relação campo-cidade no litoral sul de Sergipe: Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Lia do Itanhy e Indiaroba -Uma abordagem regional. **Dissertação de Mestrado**. NPGEO-UFS, 2007.

SANTOS, M. A. N. A ponte sobre o rio Sergipe: Metamorfoses paisagísticas, territoriais e sócio-geográficas no município de Barra Coqueiros. **Dissertação de Mestrado**. NPGEO-UFS, 2008.

SILVA, S. G. A. Influência da evolução costeira holocênica na ocupação da costa do estado de Sergipe por grupos sambaquis. **Dissertação de Mestrado**. IGEO-UFBA, 2001.

SILVEIRA, J. D. da. Morfologia do litoral. In: AZEVEDO. A de. (Ed.) **Brasil**: A terra e o homem. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, p. 253-305.

SOUZA, N. V. de. Turismo e desenvolvimento sustentável na comunidade da Atalaia Nova no município de Barra dos Coqueiros/SE. **Dissertação de Mestrado**, PRODEMA-UFS, 2007.

SOUZA, M. R. M de. As transformações do espaço e os impactos decorrentes das atividades de carcinicultura no complexo estuarino-lagunar do Rio São Francisco em Sergipe, Brasil. **Tese de Doutorado**. NPGEO-UFS, 2007.

SOUTO, P. H. Políticas públicas e a organização espacial do litoral norte de Sergipe, **Dissertação de Mestrado**. NPGEO-UFS, 1997.

TRICART, J. E.; SILVA, T. C. da. **Estudos de geomorfologia da Bahia e de Sergipe**. Salvador: Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, 1968.

VARGAS, M. A. M. et al. Matriz Interinstitucional para compatibilização das ações setoriais com as diretrizes do ZEEC. **Relatório de Consultoria**. Aracaju: ADEMA, 2006.

VILAR, J. W. C. O papel da pecuarização no processo de produção do espaço agrário sergipano. **Dissertação de Mestrado**. NPGEO-UFS, 1991.

VILAR, J. W. C. Iniciativas de ordenamento territorial no Litoral Sul de Sergipe. **X Congresso Brasileiro da ABEQUA**. Guarapari, 2005.

VILAR, J. W. C. Ordenación y desarrollo territorial en ambientes costeros: Reflexiones a partir de ciudades medias. **II Simpósio Internacional sobre Cidades Médias**. Uberlândia, 2006.

VILAR, J. W. C. O GERCO em Sergipe: Uma avaliação. **Anais XII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada (SBGFA)**, Natal, 2007.

VILAR, J. W C.; VIEIRA, L. V. L. e Consolidação do diagnóstico socioambiental do Litoral Sul de Sergipe. **Relatório de Consultoria.** Aracaju: ADEMA, 2004.

VILLWOCK, J. A. et al. Geologia e geomorfologia de regiões costeiras. In: SOUZA, C. R de G. et al. **Quaternário do Brasil**. Ribeirão Preto: Editora Holos, 2005.

WANDERLEY, L. de L. Litoral sul de Sergipe: uma proposta de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. **Tese de Doutorado**. Rio Claro: UNESP, 1998.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE CULTURA, TERRITÓRIO E MUNDO-VIVIDO NA ABORDAGEM DA GEOGRAFIA CULTURAL

Lurdes Bertol Rocha[21]
Maria Geralda Almeida[22]

RESUMO

O artigo em pauta procura fazer uma análise dos fenômenos geográficos numa abordagem cultural, concebendo o território como lugar do mundo-vivido. A cultura é discutida, inicialmente, procurando dimensionar seu significado para a compreensão dos fatos geográficos. Cultura, nessa acepção, é definida pelas relações históricas de um povo, que dão sentido ao mundo vivido num território que se torna lugar. Também, o enfoque é dado para a fenomenologia enquanto uma forma de interpretar o mundo e respalda aqui a leitura do território enquanto mundo-vivido. Na Geografia Cultural, território é o lugar do vivido a partir do percebido e do concebido, ou seja, do mundo-vivido.

Palavras chave: Geografia Cultural, cultura, território, mundo-vivido.

SOME REFLECTIONS ON CULTURE, TERRITORY AND LIFE-WORLD EXPERIENCED IN THE APPROACH OF CULTURAL GEOGRAPHY

ABSTRACT

The article on the agenda tries to do an analysis of the geographical phenomena in a cultural approach, conceiving the territory as place of the life-world. In the Cultural Geography, territory is not category while appropriation element. It differs of ratzelian territory understood as delimited area. It differs of the analysis of the Critical

[21] Professora do curso de Geografia do Departamento de Ciência Agrárias e Ambientais (DCAA) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutora em Geografia na Universidade Federal de Sergipe. lurdesbertol@hotmail.com

[22] Professora Doutora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG). galmeida@iesa.ufg.br

Geography in that the is defined by the work relationships. In the Cultural Geography, territory is the place of the lived starting from the perceived and of the conceived, in other words, of the life-world. Culture, in that meaning, is defined by the historical relationships of a people, that give sense to the lived world in a territory that becomes place.
Keywords: Cultural Geography - culture – territory – life-world.

1. INTRODUÇÃO

Ao se pensar cultura, mundo-vivido e território temos uma visão de conjunto, em que uma coisa não existe sem a outra. Temos a visão e a compreensão do todo. Ao falar ou ao escrever sobre o assunto, somos cartesianos, pois não há como falar num conjunto, no todo. Neste artigo, a intenção é discutir cultura, mundo-vivido e território, de forma a dar a entender, da melhor forma possível, como a visão do todo é construída. No entanto, foi necessário discutir cada tema em separado, pois, na apresentação, não há como tratá-los num conjunto, já que o pensamento, por ser abstrato, percebe o todo, mas na forma concreta, do real, do escrito, do apresentado, do falado, os temas, as coisas aparecem em separado, de forma sucessiva. Vemos as coisas, falamos, escrevemos as idéias separadamente. Entretanto, pensamos o todo. É a contradição. Mas é através dela que o mundo é compreendido.

Discutiremos, primeiramente, as imbricações entre cultura e a geografia procurando analisar como a geografia, pelo viés da cultura, tem leituras e interpretações da realidade. Em seguida, abordamos o mundo vivido já na perspectiva de mostrar suas possibilidades enquanto território, embasado na geografia cultural.

2. FUNDAMENTOS CULTURAIS NA GEOGRAFIA CULTURAL

No final do século XIX e início do século XX a Geografia européia já se ocupava da dimensão cultural da sociedade. O foco central do interesse dos geógrafos europeus, neste período, estava centrado no resultado da ação humana responsável pela alteração da paisagem natural. Era essa alteração que produzia cultura, caracterizada por um gênero de vida, resultante das relações de um

determinado grupo humano e a natureza. Nos Estados Unidos a Geografia Cultural ganhou identidade ancorada no historicismo pelas obras de Carl Sauer e seus discípulos. A partir do final da década de 1970 e na década de 1980, a Geografia sob a abordagem cultural passou por um processo de renovação, quando sofre diversas influências. Entre essas contam-se, além da "tradição saueriana e do legado vidaliano (...) a influência das filosofias do significado, especialmente da fenomenologia, e do denominado materialismo cultural de Raymond Williams" (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003, p. 12).

Atualmente, entre as abordagens utiliza-se, na Geografia, a dialética das relações que ocorrem no espaço, das relações com o meio ambiente e com o papel das paisagens, sendo esta uma concepção da Geografia Cultural. De fato, não existe uma Geografia Cultural. O que existe é uma visão geográfica de mundo sob o enfoque da cultura, como poderia ser sob o enfoque da economia, dos aspectos físicos, dos aspectos climáticos, e assim sucessivamente. Admitir a ciência geográfica subdividada em compartimentos a partir de sua adjetivação, seria o mesmo que aceitar que existem tantas Nossas Senhoras quanto seus cognomes (de Fátima, de Lourdes, da Conceição, do Bom Parto, etc), ou tantos Jesus quanto seus apelidos (Menino Jesus de Praga, de Nazaré, Senhor do Bonfim, entre outros).

Até o aparecimento da Escola de Berkeley, liderada por Carl O. Sauer, nos Estados Unidos, os fatos da cultura eram tratados em seu aspecto material, constituídos por objetos produzidos pelos grupos humanos, pelos seus gêneros de vida, através dos quais criavam e transformavam as paisagens. Era a visão naturalista na Geografia, herdada do darwinismo. Nesta forma de tratar os fatos culturais, não eram levadas em conta as atividades mentais dos que detinham a cultura. De acordo com Claval (2001) a modernização da Geografia Cultural advinda do final do século XIX ocorrerá em fins da década de 1950, estendendo-se pela de 1960. A Nova Geografia "de inspiração econômica, dedica-se à localização das atividades humanas" acreditando que os "atores geográficos são perfeitamente racionais e procuram maximizar as rendas que extraem de suas atividades e os ganhos assegurados por seus recursos". Alguns geógrafos, contudo, como Wirth e Planhol, consideram tal visão muito simplificadora, pois, para eles "a lógica do comportamento

humano não é universal, depende das crenças religiosas ou filosóficas" (ibidem, p. 36-37).

Não é fácil definir cultura, visto ter ela inúmeros significados, em diversos contextos, inserida em diferentes territórios. O conceito de cultura mais aceito pela Geografia, advém da Antropologia Cultural, pois esta reconhece que os seres humanos vivem num mundo que foi construído por eles mesmos e nele encontram significado. A cultura é constituída pelo mundo cotidiano vivido por todos nós e onde todos nos movimentamos, relacionando-nos entre nós e com o entorno. Este mundo vivido acontece, entre outras dimensões, num território, cujas territorialidades se definem pelas diferenças culturais e onde o poder se manifesta.

Os grupos humanos possuem símbolos, língua, costumes, religião, crenças que os distinguem uns dos outros. A diferença é que forma o mosaico dos povos. Normalmente, cada grupo com características culturais diferentes dos outros habita um território contínuo com suas diversas territorialidades onde o poder é exercido, onde seu mundo é vivido, percebido e concebido. Essas diferenças é que constituem a cultura que se manifestam através de uma linguagem verbal, com suas músicas, língua, mitos, lendas, crenças, e não-verbal, com seus símbolos, ícones e índices.

A cultura é o resultado da capacidade que os seres humanos têm de se comunicar entre si por meio de símbolos (WAGNER; MIKESELL, 2003, p. 28). Estes símbolos são representações de suas crenças, superstições, usos, costumes, língua, religião, que faz com que as pessoas de determinado grupo entabulem conversas, criem modos de vida, construam suas casas, seus jardins, suas estradas, suas lavouras, suas cidades, suas indústrias, seu cotidiano. A cultura é o resultado da interação entre o homem e a natureza e do homem com seus semelhantes, podendo ser compreendida como um processo de produção da própria existência humana. É o resultado de seu mundo de acordo como o vivem, o percebem e o concebem, isto é, tudo aquilo que compõe o universo instrumental do homem determinando seu modo de viver.

O termo cultura surgiu no século XVIII, na Alemanha (*kultur*), significando os aspectos espirituais de uma comunidade. Na França o termo utilizado era *civilisation*, referindo-se em especial aos feitos materiais de um grupo humano. O inglês Edward Tylor sintetizou os dois conceitos na palavra inglesa *culture,* estando embutidos nele

crenças, costumes, leis morais, arte, e tudo que se referisse à capacidade humana de aquisição de hábitos de toda natureza por parte de membros de uma comunidade ou de uma sociedade. Tylor, em 1871, definiu cultura como sendo todo o comportamento apreendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética. Kroeber, em 1917, definiu a mesma, reforçando a supremacia do cultural sobre o biológico. Assim, a comunicação seria o processo cultural responsável pela difusão das diferenças de comportamentos, costumes, construção e organização dos objetos no espaço. Essa cultura não teria como se expandir não fosse a linguagem em suas diversas acepções. Em suma, sendo a linguagem humana um produto da cultura, esta não existiria caso o homem não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação oral (LARAIA, 2004, p. 25-28).

Uma das formas de se classificarem os tipos de cultura existentes é a que tem como base aspectos étnicos, sociais e econômicos, dando origem às chamadas regiões culturais. Para ilustrar essa idéia, tomamos o estudo de Diegues Júnior (1960) que, seguindo esta metodologia, fez um ensaio de classificação cultural do Brasil. O autor toma região no sentido de um conjunto de pessoas que estão próximas pela unidade das relações espaciais, da economia e de características sociais, o que lhe daria um tipo próprio de cultura, diferindo de uma região para outra. Para o autor, as regiões culturais seriam "espaços territoriais definidos por certas características que dão unidade de idéias, de sentimentos, de estilos de vida a um grupo populacional" (1960, p. 7). Na realidade, o autor toma como base de sua análise a aplicação de um conceito de região cultural baseado nas relações entre o meio físico e as condições econômicas, caracterizando a cultura brasileira a partir do processo de ocupação humana. Divide as regiões culturais brasileiras em Nordeste agrário do litoral, Nordeste mediterrâneo, Amazônia, Centro-Oeste, Extremo Sul, de colonização estrangeira, do café e da faixa industrial. Sintetizando seu estudo, apresentamos a seguir um quadro-resumo de sua classificação.

REGIÕES CULTURAIS BRASILEIRAS

(continua)

Regiões culturais	Características do ponto de vista:		
	Étnico	Social	Econômico
Nordeste agrário do litoral	Mestiçagem maior entre brancos e negros (mulato).	Função social, econômica, demográfica e política da casa grande, símbolo do engenho de açúcar.	Economia açucareira, a princípio com o engenho e depois com a usina, principal responsável pela formação da sociedade agrária, de linhas aristocráticas, de características patriarcais.
Nordeste Mediterrâneo	Aberto à ocupação humana com a expansão das correntes litorâneas. Mestiçagem entre brancos e índios (mameluco).	Os currais e depois as fazendas de criação representam o principal centro social. A sociedade que se formou teve no vaqueiro o seu tipo humano característico, com seu traje típico, um dos três únicos do país.	Economia baseada na pecuária.
Amazônia	A presença do indígena é básica	O seringal- o centro social mais expressivo, principalmente pelo modo de vida que se desenvolveu com a exploração da borracha; a floresta e a água influíram na formação de mitos e crendices, e na rarefação demográfica.	Extrativismo, a princípio de drogas e depois da borracha.
Centro-Oeste	Ocupação humana iniciada com a mineração, de breve esplendor. O elemento humano predominante foi o português, mestiçado com o indígena	Áreas de extração mineral, mais tarde fazendas e pequenos sítios como centros sociais.	Mineração, depois extração da erva-mate, gado, pequena agricultura.
Extremo Sul	Sua formação decorreu da expansão de correntes paulistas, nordestinos e fluminenses e de ilhéus, vindos no século XVIII.	A estância é o núcleo social mais característico e expressivo. Aqui surgiu o gaúcho, tipo humano e social definido, portador de um dos trajes típicos do Brasil.	Pecuária- sua principal atividade econômica; persiste apesar da diversificação

REGIÕES CULTURAIS BRASILEIRAS

(conclusão)

Regiões culturais	Características do ponto de vista:		
	Étnico	Social	Econômico
Colonização estrangeira	Formada por correntes imigratórias alienígenas, inicialmente alemães e italianos, depois poloneses, russos, árabes; mais tarde suábios, holandeses e japoneses, ocuparam faixas vazias do extremo sul (RS, SC, PR).	Características culturais não portuguesas.	Economia baseada na lavoura de base familiar.
Cafeeira	Trabalho escravo no período da exploração cafeeira (RJ, MG e parte de SP); trabalho livre do imigrante do sul de MG e parte de São Paulo.	A fazenda de café é seu núcleo característico, dela irradiando-se a influência social e política; daí saíram os barões do café, ministros, senadores do império.	Economia agrícola baseada em grandes fazendas de café.
Faixa industrial	Surgida sobre zonas de antiga ocupação cafeeira	Transformações sociais com a ocupação das indústrias nas antigas áreas cafeeiras.	Economia baseada nas indústrias implantadas com o dinheiro do café.

Fonte: DIÉGUES JÚNIOR, 1960 p. 20-22
Adaptação: Lurdes Bertol Rocha

Além das regiões culturais do quadro acima, o autor apresenta outras três, que diz ainda não poder caracterizá-las como independentes: a delineada pelo cacau no sul da Bahia; aquela definida pelo sal, em parte do Rio Grande do Norte e do Rio de Janeiro e da pesca na faixa litorânea, onde se fixaram populações ligadas à vida do mar (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 22).

Como se observa, o autor em pauta levou em conta os aspectos materiais como sendo os mais importantes componentes que definem uma cultura, localizada num espaço euclidiano, com fronteiras bem definidas, caracterizando a influência do positivismo na Geografia à época em que foi feito o estudo.

A transformação na forma de analisar os fatos culturais desde a década de 1970, ocorreu devido à constatação de que a forma em que

se apresenta a organização social dos grupos humanos, sua vida, seu dia-a-dia, não são reflexos puramente materiais, mas expressam também sua dimensão psicológica, suas crenças, suas atividades mentais, enfim, a forma como percebem o mundo de sua vivência e de sua experiência.

Existem alguns (pré)conceitos culturais que vêm de muito longe no tempo e que se cristalizaram na mente de muitas pessoas, difíceis de serem expurgados, apesar do avanço da ciência, da técnica, da informação. Dentro dessa lista estão as idéias do índio indolente, da preguiça do brasileiro herdada do negro, do judeu comerciante e avarento, dos japoneses trabalhadores e traiçoeiros, da inteligência superior dos nórdicos, da superioridade do sexo masculino, da fragilidade do feminino, entre tantos outros. Isto constituiria o determinismo biológico. Os antropólogos estão convencidos de que "as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais" (LARAIA, 2004, p. 17). Na Geografia, o determinismo geográfico do final do século XIX, considerava que "as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural (...) explicações existentes desde a Antigüidade, do tipo das formuladas por Pollio, Ibn Khaldun, Bodin e outros" (op. cit. 2004, p. 21).

As diferenças culturais não são determinadas pela genética, mas têm a ver com a forma de como cada grupo humano se relaciona com seu meio, suas crenças, seus costumes, enfim, sua forma de ver e de se inserir no espaço que ocupa. São essas diferenças que dão a cada povo sua identidade cultural que, de acordo com Hall (2003), historicamente, distingue-se por três conceitos que se processaram ao longo do tempo: sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. O sujeito do Iluminismo era baseado num indivíduo centrado, unificado, um sujeito que, do nascimento à morte, era o mesmo. O sujeito sociológico "refletia a crescente complexidade do mundo moderno (...) formado na relação com outras pessoas importantes para ele" (ibidem p. 11). O sujeito pós-moderno, ao contrário do sujeito do Iluminismo, não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente. Essa identidade define-se histórica e não biologicamente. O sujeito assume, em momentos diferentes, identidades diferentes, as quais não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente. Dessa forma, para Hall (2203, p. 13), é uma fantasia supor-se que haja uma identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente.

3. MUNDO-VIVIDO

A identidade cultural se manifesta num determinado território tornado lugar pela história de relação dos indivíduos com seu meio e os outros membros da sociedade, seu sentimento de pertencimento, o qual se constitui no mundo-vivido, ou seja, o lugar onde acontecem as relações com o meio, com outros indivíduos. É neste mundo vivido que o cotidiano acontece, as relações se processam, os conflitos ocorrem e são superados ou não, o contato com o mundo externo é feito.

A França foi o país onde se começaram os estudos sobre os espaços vividos de forma independente, desvinculados do humanismo fenomenológico anglo-saxão. Gomes (1996, p. 317) escreve que as bases dos estudos do espaço-vivido, também chamado de mundo-vivido, estão na escola francesa de Geografia, sobretudo em Vidal de La Blache e Deffontaines. Frémont foi quem estudou as regiões sob o ângulo do espaço vivido, tornando-o uma dimensão da experiência humana dos lugares. Daí o espaço vivido ser "compreendido como um espaço de vida, construído e representado pelos atores sociais que circulam neste espaço". Isto se constituiria no mundo-vivido, cujo estudo é feito, na Geografia, pelo viés da Fenomenologia, corrente filosófica que procura "levantar as experiências concretas do homem e encontrar nestas experiências uma orientação que não as limite a uma simples sucessão" (HOLZER, 1997, p. 78).

Esta forma de pensar o espaço geográfico, encontrada na corrente fenomenológica, tem as primeiras referências em Sauer. A consciência do ser social se constitui a partir das experiências vividas em seu ambiente e com cujos objetos se põe em contato e se relaciona com o mundo. De acordo com a visão fenomelológica husserliana o sujeito não pode estar separado do objeto, observando-o como se ele (o sujeito) fosse um fenômeno à parte, neutro, que não tivesse liames e conexões com o objeto. Ambos estão intimamente ligados, e os objetos construídos pelo homem são o seu reflexo assim como o homem o é dos objetos que cria para sua melhor inserção e vivência no mundo.

No entendimento de Lencioni (2003, p. 151) a fenomenologia se fez presente na Geografia em 1964, com o trabalho de Julian

Welport que, ao discutir a migração, inseriu em sua análise a dimensão subjetiva dos indivíduos estudados a fim de poder entender os motivos que os levaram a migrar. Somente a partir dos anos 1970, Relph (1979) e Yi-Fu-Tuan (1980; 1983) aplicam os conceitos de fenomenologia à Geografia de forma mais clara.

Para Relph (1979), o mundo-vivido se apresenta sob três aspectos: natural, social ou cultural e geográfico. O mundo-vivido natural é pré-determinado, onde coisas, formas e pessoas possuem modos variantes e sentimentos. Este mundo é visto e sentido pelas pessoas, no qual elas estão apenas implicadas numa situação que lhes é dada. É o mundo real do espetáculo, presente e não representado. O mundo-vivido social ou cultural é constituído pelos seres humanos, suas ações, seus interesses, seu trabalho, suas lutas, seu cotidiano. É o mundo onde as pessoas se inter-relacionam, fazem uso de uma linguagem comum, relacionam-se com instituições sociais, culturais, edifícios, obras de arte, enfim, fazem parte de um mundo que não é pré-determinado, mas vai se fazendo de acordo com os aconteceres da sociedade em sua intersubjetividade e sua interconexão com o meio ambiente. Para Husserl (1970, p. 146), este mundo-vivido compreende "os seres humanos com toda a ação e interesse humanos, trabalhos e sofrimentos". Relph complementa, afirmando que "o mundo é visto e experienciado não como uma soma de objetos, mas como um sistema de relações entre o homem e suas vizinhanças, como focos de seu interesse" (op. cit., 1979, p. 7). Conforme este autor o mundo-vivido geográfico é formado tanto do mundo natural quanto do construído pelo homem, constituindo-se em seu ambiente. Ou seja, este mundo-vivido geográfico, é o mundo dos espaços, das paisagens, dos lugares, no qual a vida cotidiana se faz, se manifesta e se perpetua. Em resumo, segundo Relph (1979), o mundo vivido se apresenta conforme o quadro abaixo:

MUNDOS-VIVIDOS NATURAL, SOCIAL OU CULTURAL E GEOGRÁFICO

Natural	Social ou cultural	Geográfico
Mundo pré-determinado ou natural de coisas, formas ou de pessoas. Mundo que vemos e sentimos, mas no qual estamos apenas inseridos. A experiência que se tem nele não é delimitada como numa obra de arte: "não há moldura, nem é fixa, e a luz muda e as nuvens passam." (p.6).	Compreende os seres humanos com toda ação e interesse humanos, trabalhos e sofrimentos. Mundo da intersubjetividade, linguagem comum, contato com outras pessoas, edifícios e obras de arte. Mundo de tudo que não é meramente pré-determinado, mas usado, transformado e manipulado. O mundo é visto e experienciado não como uma soma de objetos, mas como um sistema de relações entre o homem e suas vizinhanças, como focos de seu interesse.	Mundo experienciado como cenário, tanto o natural como o construído pelo homem, e como ambiente que provê sustento e moldura para a existência. "A Geografia não é um modo particular de sermos inspirados pela terra, pelo mar, pela distância, de sermos dominados pelas montanhas, guiados por direções e tornada real pela paisagem?" pergunta Dardel (p. 7).

Fonte: RELPH, 1979.
Adaptação: Lurdes Bertol Rocha

O mundo-vivido seria, portanto, tudo aquilo que se desenvolve no espaço geográfico formado pelas pessoas, pelos objetos, pelas relações intersubjetivas e com as coisas, as instituições, os fluxos que levam mercadorias, idéias, pessoas, informações. Este mundo-vivido geográfico tanto pode ser o de uma rua, de uma cidade, de uma paisagem.

Segundo Relph (1980, p. 4), "os fundamentos do conhecimento geográfico repousam na experiência direta e da conscientização do mundo em que vivemos". Dessa forma, todos que, de qualquer forma descobrem, examinam e percebem o que está em seu entorno, é um geógrafo, já que desenvolve uma epistemologia geográfica, a qual é fundada nas experiências diretas, memória, fantasia, circunstâncias presentes e propósitos futuros. Seguindo na mesma linha, o mundo geográfico, para Tuan (1983) é formado pela inter-relação do espaço como experienciado, paisagem como a superfície que limita o espaço e o lugar como centro de significados no espaço e paisagem.

4. TERRITÓRIO. TERRITORIALIDADE

O ser humano leva em si o sentimento de pertencer a um grupo, a um lugar. Tanto é assim, que é comum a expressão "na minha cidade", "no meu lugar", na "minha região". Este fato desperta nele o sentido da territorialidade, o de saber que seu lugar é este e não aquele. Neste território, pela sua forma de se relacionar com o meio e a sociedade, pelas suas crenças, seus valores morais e éticos, dá-se o fenômeno da cultura e da territorialidade, ou seja, a consciência de que pertence a um território, a um grupo social definido. Daí que cultura e territorialidade estão intimamente relacionados.

Para Santos (1987, p. 61) cultura e territorialidade são "de certo modo sinônimos", enfatizando que esta é também, um reaprendizado das relações íntimas entre o homem e o seu ambiente e a cultura é o que dá a consciência de pertencer a um grupo, a um meio, do qual é o cimento. Portanto, para este autor, desterritorialização é, em outras palavras, desculturalização.

Território, territorialidade, territorialização, desterritorialização, reterritorialização, são palavras e/ou conceitos que, ao longo do tempo mudaram, transformaram, contradisseram, renovaram, ampliaram seu significado. Espaço, território, territorialidade são conceitos polissêmicos. O histórico de seu uso tem mudado ao longo do tempo pelas ciências que os utilizam. No caso das reformulações feitas na Geografia nos Estados Unidos e na França a partir de década de 1970, e no Brasil, na década de 1980, novas abordagens filosóficas são introduzidas, em espacial a abordagem fenomenológica e a marxista, quando se enfatizam as "investigações mais materiais, valorizando as perspectivas individual, cultural e, em termos mais gerais, a social" (MACHADO, 1997, p. 23).

Enquanto para a etologia território é uma área fechada, delimitada por fronteiras, de dominação exclusiva de membros específicos de uma determinada espécie animal, para as sociedades humanas o território não é necessariamente fechado nem contínuo, e nem leva a um comportamento único e estável (BONNEMAISON, apud HOLZER, op. cit. p. 83). O território envolve não só o aspecto físico ou material, mas também tudo aquilo que uma sociedade "pode comportar como ideal, como representações, sentimentos de vinculação, de comportamentos individuais ou de instituições que participam de uma organização espacial" (MACHADO, op. cit. p.

26). Em outros termos, o território é concebido como um produto da história da sociedade, e, em sendo assim, está sempre em processo de mudança.

A expressão território e seus correlatos, constituem-se em termos utilizados tanto pelas Ciência Sociais quanto pelas Ciências Naturais. Há tempos em que o uso do conceito território é largamente empregado, porém, depois é deixado de lado para ser substituído por outros termos que pareçam mais convenientes à sua época. Na atualidade o termo território está em voga, disputando espaço e vez com região, lugar, espaço. No entanto, é necessário ter um olhar mais acurado para não tomar um termo pelo outro, já que cada um, dentro da ciência geográfica, tem um significado específico, portanto, seu uso bem demarcado.

Na biologia, território é o espaço de domínio de um determinado animal que o exerce de forma mais intensa no centro, diminuindo seu poder na periferia, onde começa o de outro animal. Na ciência geográfica, seu uso começou a partir do final do século XIX, com Friedrich Ratzel, que se preocupava com o papel do Estado no controle do território; posteriormente, por Elisée Reclus, no estabelecimento das relações entre as classes sociais e a ocupação e dominação do território (ANDRADE, 1994, p. 213).

O termo território, a despeito das discussões feitas até então, ressalta-se que ainda é utilizado para indicar domínio ou gestão de uma determinada área. Em qualquer caso, não pode ser confundido com lugar. Para Carlos (1996, p. 26) " o lugar é o mundo do vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo como é produzida a existência social dos seres humanos" . Isto significa que ele é sentido, pensado e apropriado e pressupõe afetividade, pertencimento, topofilia; não pode ser confundido com região. Também, não pode ser considerado como região. De acordo com Haesbaert (1999, p. 29) região é "um espaço não institucionalizado como Estado-nação de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco regional, de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução". E, nem pode tampouco ser confundido com espaço, que se refere ao *locus* onde os fatos sociais, políticos, culturais, religiosos, naturais, etc. ocorrem, seja na forma de território, de lugar,

de região. Espaço, como escreveu Kant, citado por Reynaud (1986, p. 6):

> é uma representação necessária *a priori*, que serve de fundamento a todas as percepções exteriores. (...) O espaço é considerado como a condição de ocorrência de fenômenos, não como uma determinação dependente deles, e constitui uma representação *a priori* que serve de fundamento, de uma maneira necessária, aos fenômenos exteriores.

O território, em si, não é uma categoria de análise. O que se constitui numa categoria de análise é o território utilizado, ou seja, o espaço geográfico. Na análise do território deve-se levar em conta a materialidade, incluindo aí a natureza e o uso que é feito dela pelas sociedades humanas através do trabalho e da política. No território levam-se em conta, também, os fixos e os fluxos, de acordo com Santos e Silveira (2001, p. 247). E, para Santos (1994, p. 15), no território "o que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida".

Na leitura da análise crítica, território implica, não apenas na ocupação, mas na apropriação, pois apropriar-se do território, é ter a prerrogativa do controle, do domínio sobre determinada área. Para a Geografia Crítica, o valor do espaço territorializado é o direito do valor do uso e do controle desse espaço. Por essa razão, os militantes do MST usam o território como categoria de análise, porque para o movimento, a questão não é distribuir propriedades, mas é o direito do controle, da apropriação, do uso. No caso da dimensão cultural estabelecer uma identidade territorial, a forma de conceber o território muda, pois ele é considerado o lugar da vivência, da experiência, do mundo-vivido.

Ratzel (1982), ao trabalhar o conceito de território, refere-se a uma questão de ocupação, de apropriação. Para ele, se a população tem a garantia desse território (solo), não terá problema de sobrevivência. Bonnemaison e Cambrezy (1996, p. 7) mostram os conceitos de território cartesiano e da pós-modernidade. Segundo os autores, o território cartesiano "é uma entidade, uma parte situada no espaço (lugar) situado dentro de um espaço fechado, um polígono formado de fronteiras". Na pós-modernidade o território tem o sentido de pertencimento, que resulta da representação e da identidade cultural e não mais da posição de uma área fechada por

fronteiras. É diferente do território ratzeliano, pois o que define o território é a identidade cultural. Nessa concepção, de cunho histórico, é a cultura que define o vivido.

A percepção espacial faz parte da dimensão de complexos de imagens que as pessoas fazem de seu entorno. Como conseqüência dessa percepção, surge a territorialidade, pivô central do pertencimento do território, a qual varia de acordo com o condicionamento cultural, meio social e atitudes políticas e motivações ideológicas, segundo Sanguin (1977, p. 46). Para este autor, a territorialidade é induzida às crianças e jovens pelo ensino de História e Geografia, que os levam a ter mapas mentais distintos do território nacional. Assim, por exemplo, quando as crianças americanas cantam *This Land is my Land*, esta música, a despeito de ser parte da cultura popular, carrega em si um antigo fundo político. O autor afirma ainda que "os símbolos territoriais se estendem pelas subdivisões do Estado" (op. cit., 1977, p. 50), dando o exemplo da entoação de *Home means Nevada*, pelos habitantes de Nevada, Estados Unidos.

No caso do Brasil, pode-se citar o Hino Nacional, entoado pelos brasileiros, como símbolo de orgulho e pertencimento a seu território. Ou, quando se ouve ou se canta a "Aquarela brasileira," principalmente se se está no exterior. Alguns ícones/símbolos brasileiros dão a identidade de um determinado lugar, levando de imediato, assim que se o vê, àquele território ao qual ele representa, surgindo em seus habitantes o sentimento de pertencimento: a imagem do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro; as procissões do Círio de Nazaré, no Pará; as baianas do acarajé, na Bahia; a festa do Bumba-meu-boi, com grupos representando os bois Garantido e Caprichoso, no Amazonas, as danças folclóricas do Rio Grande do Sul, entre tantas outras manifestações da identidade cultural no Brasil. E nos estados brasileiros, as crianças entoam cantos referentes a seus Estados, ou reverenciam bandeiras, escudos, os quais se constituem em símbolos de seu pertencimento àquele território.

Pelo olhar dos cidadãos de qualquer país, de qualquer estado ou de qualquer comunidade, sejam quais forem suas crenças, suas leis, seus costumes, suas instituições, a "territorialidade tem um sentido profundo de pertencimento e de permanência" (Sanguin, 1977, p. 50). No entanto, quando a territorialidade significa segregação religiosa, étnica ou cultural, como no caso dos cristãos e protestantes em

Ulster, dos curdos no Iraque e dos índios no Brasil, os conflitos sociais se agravam e muitas vezes a intervenção do poder do Estado traz problemas difíceis de serem solucionados, havendo ás vezes, tentativas de extermínio, como foi o caso dos curdos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cultura, aqui, é definida pelas relações históricas de um povo, que dão sentido ao mundo-vivido num território que se torna lugar. Na Geografia Cultural, tanto é possível uma compreensão de território enquanto elemento de apropriação como de território, na concepção pós-moderna, na qual ele é o lugar do vivido a partir do percebido e do concebido. Para se entender o território, busca-se analisar a identidade cultural através do coletivo de suas festas, seus ritos, seus mitos, suas crenças, no simbólico, enfim, na sua história.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manoel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M. et al. (Org.). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec – Anpur, 1994. p. 213-220.

BONNEMAISON, J.; CAMBREZY, L. Le lien territorial entre frontières et identités. **Géographie et culture.** Le territoire. Paris, n. 20, p. 7-18, hiver 1996.

CARLOS, A.F. A. **O Lugar no/do Mundo**.São Paulo: Hucitec, 1996.

CLAVAL, P. O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Matrizes da Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

CORRÊA R. L.; ROSENDAHL, Z. Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org). **Introdução à Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DIEGUES JÚNIOR, M. **Regiões culturais do Brasil.** São Paulo: INEP, 1960.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HAESBAERT, R. Região, Diversidade Territorial e globalização**.Geographia**. Niterói/RJ, UFF/EGG, 1999,ano 1. ano I-N.1.p. 15-40

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem, lugar, território e meio ambiente. **TERRITÓRIO**. Rio de Janeiro, ano II, n. 3, p. 77-85, jul./dez. 1997.

HUSSERL, E. **The crisis of european science and transcendental phenomenology**. New York: Northewestern University Press, 1970.

LARAIA, R. de B. **Cultura:** um conceito antropológico. 17. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 2004.

LENCIONI, S. **Região e Geografia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MACHADO, M. S. Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de Espaço, Território e Territorialidade. **GEO UERJ.** Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Geografia, n. 1, p. 17-32, jan. 1997.

RATZEL, F. El territorio, la sociedad, y el Estado. In: MENDOZA, J. G. et al. **El Pensamiento Geográfico**. Madrid: Aliança Editorial, 1982. Tradução: Josefina Gómez Mendoza, p. 193-203.

RELPH, E. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia.** Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-25, abr. 1979.

_____. **Place and placelessness.** London: Pion Limited, 1980.

REYNOUD, Alain. A noção de espaço em Geografia. In: REYNAUD, A. et al. **O espaço interdisciplinar.** São Paulo: Nobel, 1986. p. 5-23.

SANGUIN, A-L. **La géographie politique.** Paris: Presses Universitaires de France, 1977.

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de.; SILVEIRA, M. L. **Território.** Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. A. **Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia.** Um estudo da percepção e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Espaço e lugar.** A perspectiva da experiência. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. Os temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Introdução à Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 27-61.

GEOGRAFIA E A QUESTÃO DA ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

Vania FONSECA [23]
Eduardo Lima de MATOS [24]

RESUMO
Este artigo apresenta uma discussão sobre a questão da ética na pesquisa geográfica no Brasil à luz da Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde do Brasil, instância em que foram criados a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e os Comitês de Ética em Pesquisa (CEP). Essa Resolução considera pesquisa envolvendo seres humanos aquelas realizadas em qualquer área do conhecimento e que, de modo direto ou indireto, envolvam indivíduos ou coletividades, em sua totalidade ou partes, incluindo o manejo de informações via entrevistas, aplicações de questionários, utilização de banco de dados com informações sobre seres humanos e que, portanto, devem ser submetidas à apreciação de um CEP. A submissão do protocolo a um CEP independe do nível da pesquisa, desde que dentro da definição de "pesquisas envolvendo seres humanos". Há discussão sobre a necessidade de submissão a um CEP de projetos de pesquisa em Geografia, quando envolver a aplicação de questionários ou realização de entrevistas que levantam a percepção do entrevistado. Utilizando o instrumental típico da Geografia, muito valioso para a realização de levantamentos de forma rápida e precisa, como fazer pesquisa em Geografia atendendo as exigências do CONEP e, portanto, restringindo drasticamente o potencial desse instrumental?

Palavras chave: Ética em pesquisa – Comitê de Ética em Pesquisa – Pesquisa geográfica

[23] Graduada em Ciências Sociais, mestre e doutor em Geografia pela UNESP. Professora do Curso de Mestrado em Saúde e Ambiente da Universidade Tiradentes e pesquisadora do Instituto de Tecnologia e Pesquisa. vania@infonet.com.br

[24] Graduado em Direito, mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFS. Promotor de Justiça e diretor da Escola Superior do Ministério Público de Sergipe. elmatos@infonet.com.br

GEOGRAPHY AND THE QUESTION OF ETHICS IN SCIENTIFIC RESEARCH INVOLVING HUMAN BEINGS

ABSTRACT
This article presents a discussion on the issue of ethics in geographical research in Brazil upon the Resolution 196/96, of the National Health Council, created the National Commission on Ethics in Research (CONEP) and the Committees of Ethics in Research (CEP). The resolution considers research involving human beings those held in any area of knowledge and that involving individuals or collectivities, in whole or parts, including the management of information through interviews, questionnaires, or the use of bank data with information about human beings that should be submitted to a CEP. The scientific project submission to a CEP depend on the level of research, provided that within the definition of "research involving human beings." There is discussion about the need for submission to a CEP of research projects in geography, when involve the use of questionnaires or conducting interviews that raise the perception of the interviewee. Using instrumental typical of Geography, very valuable to the conduct of surveys for quickly and accurately, how to search in geography given the requirements of CONEP and thus drastically limiting the potential of this instrumental?

Keywords: Ethics in research - Committee on Ethics in Research - Geographical research

1. INTRODUÇÃO

Os constantes e acelerados avanços da ciência e tecnologia vêm provocando mudanças bastante significativas em todas as áreas do conhecimento e tornaram imprescindível a colocação de limites, o que vem sendo feito através de debates de natureza ética, dentro e fora da academia, especialmente quando se relacionam com pesquisas que envolvem seres humanos.

Visando coibir a experimentação indiscriminada com seres humanos – e com base na Declaração de Helsinque e suas revisões em Tóquio, Veneza e Hong Kong e, por último na 48ª Assembléia Geral realizada em 1996 na República da África do Sul - foi

promulgada, no Brasil, a Resolução 196 de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, que regulamentou as pesquisas com seres humanos, criou a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e os Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) (HOSSNE, 2004, p. 195-196). A partir de então, os Comitês de Ética em Pesquisam passaram a proliferar, instalados especialmente junto a universidades e institutos de pesquisa, sendo que, em 2006, já existiam cerca de 500 Comitês de Ética em Pesquisa espalhados pelo Brasil.

A introdução da obrigatoriedade de um código de ética em pesquisa é de fundamental importância porque protege não apenas os objetos da pesquisa, mas também os pesquisadores, as instituições de pesquisa e a comunidade científica em geral. Mas esse código de ética não pode ser reducionista, impondo para todas as ciências os parâmetros que se adequam a uma área disciplinar, neste caso, a biomedicina.

E o grande desafio é: "Como criar um código que não seja tão vago a ponto de não poder impor limites a certas práticas de pesquisa e que seja tão restritivo e exija procedimentos tão lentos e burocratizados que inviabilize a investigação e perca o respeito dos pesquisadores?" (DEBERT, 2004, p. 53).

2. A CONSTITUIÇÃO DE 1988, AS PESQUISAS E A ÉTICA

A ética nas pesquisas deve ser uma preocupação de qualquer estado democrático de direito, constituindo-se num pilar da edificação de uma sociedade justa, igualitária e fraterna, como promana o texto da Constituição de 1988, que estabelece como um dos princípios fundamentais a dignidade da pessoa humana, firmando como um alicerce vital da sociedade brasileira, o respeito à condição humana.

O referido princípio vincula todo o conjunto da sociedade, vedando a prática de atos que venham a desmerecer ou ignorar o princípio da dignidade da pessoa humana, sendo o reconhecimento que o Estado Federado Brasileiro velará para atingir o patamar de respeito ao mandamento constitucional.

Leciona MORAIS (2001, p.48):

> A dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas,

> constituindo-se um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feita limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos.

Dessa forma, o respeito à pessoa está estabelecido como fundamento do estado constitucional democrático de direito brasileiro, constituindo-se na garantia dos direitos da cidadania, especificamente os fundamentais.

O Conselho Nacional de Saúde ao editar a Resolução 196/06, estabelecendo os parâmetros para pesquisas em seres humanos, o fez no sentido de respeitar o princípio da dignidade da pessoa humana, posto que era necessário o estabelecimento de parâmetros para efetivação das pesquisas. Os parâmetros adotados por essa Resolução visam resguardar o respeito à pessoa humana no momento da realização de uma pesquisa. Os seus objetivos principais são, basicamente não expor a pessoa sujeito da pesquisa, informá-la do objeto da pesquisa e resguardar os dados coletados.

Outra preocupação do Conselho Nacional de Saúde é que as pesquisas efetivadas resultem em benefício para o conjunto pesquisado ou mesmo para o individuo pesquisado, mas sempre resguardando o respeito em todos os atos, incluindo-se o zelo pela imagem e privacidade. Preferencialmente recomenda o Conselho que as pesquisas sejam realizadas em pessoas dotadas de autonomia plena, evitando grupos vulneráveis.

No entanto pode acontecer que essencialmente as pesquisas a serem realizadas concentrem-se em grupos vulneráveis, nesse caso a própria resolução estabelece a forma de procedimento para atingir o universo estabelecido.

A Resolução 196/96 afirma, in verbis:

> IV.3 - Nos casos em que haja qualquer restrição à liberdade ou ao esclarecimento necessários para o adequado consentimento, deve-se ainda observar:
>
> a) em pesquisas envolvendo crianças e adolescentes, portadores de perturbação ou doença mental e sujeitos em situação de substancial diminuição em suas capacidades de consentimento, deverá haver justificação clara da escolha dos sujeitos da pesquisa, especificada no protocolo,

aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, e cumprir as exigências do consentimento livre e esclarecido, através dos representantes legais dos referidos sujeitos, sem suspensão do direito de informação do indivíduo, no limite de sua capacidade;

b) a liberdade do consentimento deverá ser particularmente garantida para aqueles sujeitos que, embora adultos e capazes, estejam expostos a condicionamentos específicos ou à influência de autoridade, especialmente estudantes, militares, empregados, presidiários, internos em centros de readaptação, casas-abrigo, asilos, associações religiosas e semelhantes, assegurando-lhes a inteira liberdade de participar ou não da pesquisa, sem quaisquer represálias;

c) nos casos em que seja impossível registrar o consentimento livre e esclarecido, tal fato deve ser devidamente documentado, com explicação das causas da impossibilidade, e parecer do Comitê de Ética em Pesquisa;

d) as pesquisas em pessoas com o diagnóstico de morte encefálica só podem ser realizadas desde que estejam preenchidas as seguintes condições:

- documento comprobatório da morte encefálica (atestado de óbito);
- consentimento explícito dos familiares e/ou do responsável legal, ou manifestação prévia da vontade da pessoa;
- respeito total à dignidade do ser humano sem mutilação ou violação do corpo;
- sem ônus econômico financeiro adicional à família;
- sem prejuízo para outros pacientes aguardando internação ou tratamento;
- possibilidade de obter conhecimento científico relevante, novo e que não possa ser obtido de outra maneira;

e) em comunidades culturalmente diferenciadas, inclusive indígenas, deve-se contar com a anuência antecipada da comunidade através dos seus próprios líderes, não se dispensando, porém, esforços no sentido de obtenção do consentimento individual;

f) quando o mérito da pesquisa depender de alguma restrição de informações aos sujeitos, tal fato deve ser devidamente explicitado e justificado pelo pesquisador e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa. Os dados

> obtidos a partir dos sujeitos da pesquisa não poderão ser usados para outros fins que os não previstos no protocolo e/ou no consentimento.

Evidencia-se, assim, a preocupação com a situação daqueles que estão em situação vulnerável ou em dificuldade para efetivar o consentimento, mas também teve o colegiado à intenção de assegurar a realização da pesquisa.

As regras exposadas pelo Conselho Nacional de Saúde guardam um sentido lógico, quando procuram resguardar o respeito à dignidade da pessoa humana, estabelecendo um critério rigoroso de respeito ao consentimento. Assim, no caso de pesquisa com um grupo impossibilitado de consentir e sem representante legal, é previsto nessa resolução:

> c) nos casos em que seja impossível registrar o consentimento livre e esclarecido, tal fato deve ser devidamente documentado, com explicação das causas da impossibilidade, e parecer do Comitê de Ética em Pesquisa; o ritual passa a ter uma conformação diferente.

As normas foram estabelecidas por um Conselho vinculado a área de saúde, porém observa-se que as exigências estão sendo aplicada em todas as áreas do conhecimento, visando assegurar o respeito ao ser humano, como conseqüência do princípio da dignidade da pessoa humana. O problema está em integrar a aplicação da norma a área do conhecimento objeto da pesquisa, pois na área de saúde a demanda e ações de pesquisas obedecem a um ritual e exigências diferentes da área das ciências sociais e humanas, especificamente na Geografia.

Assim, cabe lembrar e invocar o Direito Administrativo, já que a Resolução 196/06 é uma norma administrava para orientação de pesquisas em seres humanos, então emana do princípio da razoabilidade. Segundo Carvalho Filho (2006, p.29):

> Razoabilidade é a qualidade do que é razoável, ou seja, aquilo que se situa dentro de limites aceitáveis, ainda que os juízos de valor que provocaram a conduta possam dispor-se de forma um pouco diversa. Ora, o que é totalmente razoável para uns pode não o ser para outros. Mas, mesmo

> quando não o seja, é de reconhecer-se que a valoração se situou dentro dos standards de aceitabilidade.

A razoabilidade significa adequação dos meios administrativos aos fins da Administração Pública, buscando estabelecer o instrumento necessário à concretização do interesse público, estabelecendo uma medida proporcional ao ato praticado.

Sendo uma norma administrativa a aplicação dos princípios referentes à Administração Pública será obrigatória, com a finalidade de alcançar uma interpretação que satisfaça o interesse público.

Dessa forma, é preciso que exista de fato a ponderação de princípios, pois as exigências éticas serão para todas as áreas, porém devem guardar proporcionalidade, respeitando as peculiaridades de cada área de conhecimento.

Assim, na área de saúde os padrões de exigência são específicos e distintos da área de humanas, como na geografia, exigindo do intérprete da norma a proporcionalidade devida para alcançar o objetivo ético, sem afetar a liberdade de pesquisa.

Exigir indistintamente de todas as áreas de conhecimento normas elaboradas por um Conselho Nacional de Saúde é irrazoável e desproporcional, resultando na aplicação desigual da norma.

O princípio da igualdade consiste justamente na identificação das desigualdades reais e assim, com o sistema da proporcionalidade, alcança-se a verdadeira igualdade. Cada área tem suas demandas e conflitos, necessitando de padrões administrativos adequados às atividades desenvolvidas.

Ser ético é um dever de todos, um valor fundamental num estado democrático de direito, perpassando todas as áreas de conhecimento e aplicando-se com o suporte dos princípios constitucionais, principalmente o da razoabilidade, proporcionalidade, igualdade e finalidade, instrumentos essenciais para uma aplicação justa das normas éticas.

3. AS NORMAS DO CONSELHO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS

O Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, vinculado ao Ministério da Saúde, autoriza a criação de Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e orienta e controla a sua atuação (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006). Os CEP têm por função analisar

os aspectos éticos de projetos de pesquisa que envolvam seres humanos, entendendo que a ética se fundamenta em três requisitos fundamentais: percepção dos conflitos (consciência), autonomia (condição de posicionar-se entre a emoção e a razão, sendo que essa escolha de posição é ativa e autônoma) e coerência. Assim, o princípio fundamental da ética deve passar basicamente pelo respeito ao ser humano, como sujeito atuante e autônomo.

> A missão do CEP é salvaguardar os direitos e a dignidade dos sujeitos da pesquisa. Além disso, o CEP contribui para a qualidade das pesquisas e para a discussão do papel da pesquisa no desenvolvimento institucional e no desenvolvimento social da comunidade. Contribui ainda para a valorização do pesquisador que recebe o reconhecimento de que a sua proposta é eticamente adequada. [...] O CEP, ao emitir parecer independente e consistente sobre proposta (projeto de pesquisa), contribui ainda para o processo educativo dos pesquisadores, da instituição e dos próprios membros do comitê. [...] Finalmente, o CEP exerce papel consultivo e, em especial, papel educativo para assegurar a formação continuada dos pesquisadores da instituição e promover a discussão dos aspectos éticos das pesquisas em seres humanos na comunidade. Desta forma, deve promover atividades, tais como seminários, palestras, jornadas, cursos e estudo de protocolos de pesquisa. (Manual Operacional Para Comitês de Ética em Pesquisa). (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007).

A Resolução CNS 196/96, item 11.2, considera pesquisa em seres humanos todas aquelas, de qualquer área do conhecimento, que de modo direto ou indireto, envolvam indivíduos ou coletividades, em sua totalidade ou partes, incluindo o manejo de informações e materiais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006). Assim, também são consideradas pesquisas envolvendo seres humanos as que levantam informações através de entrevistas, aplicação de questionários/formulários, utilização de banco de dados e revisão de prontuários. No caso de dúvida, o CONEP recomenda a apresentação do protocolo ao CEP, que dever tomar a decisão sobre a situação específica.

Conforme essa Resolução, todo e qualquer projeto envolvendo seres humanos deve ser submetido ao CEP, inclusive trabalhos de

conclusão de curso de graduação, sendo que neste caso o orientador é o pesquisador responsável. Com isso, muitos choques estão ocorrendo nas universidades e outras instituições de ensino de nível superior, tanto com os trabalhos de pesquisa típicos da academia, quanto com as atividades de estágio curricular que envolvem pesquisa-ação. E mais recentemente, também as atividades de extensão universitária estão sendo alvo de questionamentos quanto a necessidade de submissão a um comitê de ética.

Essa exigência, antes praticamente restrita a pesquisas vinculadas à área da saúde, vem atingindo todas as grandes áreas do conhecimento, potencializada pela condição de aprovação em comitê de ética para publicação em revistas científicas. Com isso, vem sendo criada uma sobrecarga muito grande aos CEP que, além do volume de processos, se depara com a inadequação das normas do CONEP a áreas do conhecimento como ciências humanas, especialmente Antropologia, Sociologia, História, Geografia, Educação e Psicologia; ciências sociais aplicadas, especialmente Arquitetura, Direito, Política e Serviço Social; engenharias, especialmente de Alimentos, Bioquímica e Ambiental, além de outras áreas do conhecimento, especialmente as vinculadas a Artes, Lingüística, Letras.

4. PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS E AS NORMAS DO CONEP

A exigência da assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), pelo indivíduo pesquisado ou pelo seu tutor ou responsável legal, quando se trata de pesquisa da área das Ciências Sociais, por vezes dificulta, e mesmo inviabiliza, o desenvolvimento de algumas pesquisas, como aquelas com grupos de risco. Como levantar informações junto a crianças de rua, prostitutas, drogados, se for exigida a assinatura do TCLE - elaborado conforme a orientação do CONEP - com indicação do número da carteira de identidade do maior de idade ou do responsável pelo menor de idade?

Outras exigências são difíceis de serem atendidas e, mesmo, compreendidas: como submeter ao Comitê de Ética os projetos vinculados a estágios curriculares em salas de aula, que se constituem em pesquisa-ação? Deve haver consentimento dos pais dos alunos para cada levantamento de informações? E nos estudos de antropologia, como utilizar fotografias ou imagens onde a expressão facial é fundamental para a realização das análises científicas? Será

necessário solicitar autorização para o uso de fotografias ou filmagens de grupos de pessoas? E fotografias/filmagens de manifestações culturais, onde são muitas as pessoas que participam dos eventos e é praticamente impossível identificar todas e encaminhar solicitação de autorização para o uso da imagem? (OLIVEIRA, 2004).

O questionamento sobre o uso das mesmas normas para pesquisas em áreas do conhecimento tão díspares quanto ciências biomédicas e ciências sociais vem sendo feito por vários estudiosos e já foi alvo de seminários, reuniões, relatórios e artigos, sem que o impasse fosse superado. Certamente a ética deve permear qualquer tipo de pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento, mas as suas especificidades devem ser consideradas.

> As pesquisas em ciências sociais, como qualquer pesquisa que envolva seres humanos, devem respeitar as normas e resoluções nacionais e internacionais para serem consideradas eticamente aceitáveis, embora isso possa levantar uma série de dúvidas e resistências nos pesquisadores. Parece, portanto, razoável, perguntar se as pesquisas em ciências sociais deveriam também estar regulamentadas pelo mesmo tipo de regras ou se, ao contrário, precisariam de regras de conduta específicas, devido à identidade diferente, do ponto de vista epistemológico e metodológico, das ciências sociais quando comparadas com as ciências naturais e, em particular, com as biomédicas. (SCHRAMM, 2005, p. 11)

A dificuldade de adequação dos procedimentos das pesquisas em ciências sociais às exigências do CONEP é reconhecida por muitos pesquisadores, mas ganha destaque nas reflexões e análises de um grupo de pesquisadores brasileiros que, junto com pesquisadores de outros países se reuniram em oficina de trabalho no Guarujá, São Paulo, Brasil, no ano de 2005. Dessa reunião resultou o relatório sobre Ética em Pesquisa Qualitativa em Saúde, documento denso, objetivo e muito bem fundamentado. Voltado para pesquisas qualitativas em saúde, esse documento pode ser quase integralmente transposto para as reflexões sobre ciências sociais. Merecem destaque alguns pontos desse relatório (COIMBRA JR. et all, 2006):

> Pode haver, também, variações das características sociais, econômicas e culturais da população, que necessitam ser

> consideradas pelo pesquisador; e ainda variações dos tipos de abordagens metodológicas aplicadas, que dificultam e tornam desnecessária a aplicação formal do TCLE no início da pesquisa. (p. 10)
> [...]
> Para respeitar o sujeito e sua autonomia, nem sempre é necessária a assinatura do TCLE e, o contrário também é verdadeiro: nem sempre esta assinatura garante que o pesquisado teve sua autonomia respeitada. (p. 11)
> [...]
> No caso de pesquisas realizadas dentro dos espaços institucionais, a exigência do TCLE poderá restringir-se à autorização do CEP local, ou a autorização da instituição sede da pesquisa. O número exagerado de TCLEs, por vezes exigido pelas instituições e pelos CEPs, acaba por comprometer o andamento das investigações, e não contribuem para flexibilizar o modo como o consentimento pode ser estabelecido entre as partes no processo de pesquisa. (p. 12)
> [...]
> Com relação à assinatura do TCLE pelos responsáveis por crianças e adolescentes, cabe aqui discutir qual seria o procedimento mais adequado quando a pesquisa é conduzida com crianças e adolescentes em situação de rua e, portanto, vivendo sem os responsáveis. O ainda, se a pesquisa for realizada com adolescentes, sobre temas delicados como a utilização de drogas ou mesmo sexualidade. Nestas situações caberia a assinatura do TCLE pelos responsáveis? (p. 14)
> [...]
> É preciso também considerar "sujeitos coletivos" de pesquisa, e não apenas indivíduos, ou seja, grupos, comunidades, ONGs, etc. Quando a proposta é estudar a instituição ou a comunidade, torna-se questionável a necessidade e pertinência de obtenção do TCLE individual. (p. 14)

Esse documento apresenta, ainda, recomendações bastante pertinentes, dentre as quais se destaca a necessidade de regulamentações especiais, uma vez que as Resoluções CNS 196/96 e 304/00

> [...] não contemplam as especificidades das pesquisas qualitativas em saúde, que se baseiam nos paradigmas interpretativos e críticos [...] e, por outro lado, podem impedir estudos que têm a possibilidade de produzir conhecimento científico válido e necessário sobre determinada temática. (p. 17)

Esse documento considera que os aspectos éticos na ciência são intrínsecos aos metodológicos, sendo a ética parte integrante da investigação. Assim, dentre as recomendações resultantes dessa reunião de especialistas está a necessidade dos cursos de ciências sociais e humanas abordarem a discussão de paradigmas, métodos e ética, considerados indissociáveis na elaboração de projetos de pesquisa.

5. AS NORMAS DE ÉTICA EM PESQUISA E A GEOGRAFIA

Na Geografia, onde é tão importante a percepção da paisagem e das relações entre fenômenos que se concretizam no espaço, como obedecer as normas do CONEP sem prejudicar o levantamento de informações para a execução de pesquisas multidisciplinares por excelência? Como utilizar o TCLE sem induzir a percepção? Como tornar claro para os membros de um CEP um projeto de pesquisa integrado, multidisciplinar e, por vezes, transdisciplinar, com diferentes objetivos, paradigmas, metodologias e técnicas, se a análise desse comitê se faz basicamente compartimentada por disciplinas?

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi instituído como instrumento para garantir a informação e a cidadania para os sujeitos da pesquisa e isso é inegavelmente positivo. Mas a redução do conjunto de ciências aos parâmetros das ciências da saúde gera distorções do ponto de vista cognitivo por impor arbitrariamente uma visão biomédica "universalizante" sobre a ética na prática da pesquisa, especialmente danosa para as ciências sociais. Assim, o prejuízo para a pesquisa em Geografia será significativo enquanto nenhuma providência efetiva for colocada em prática para que seja buscada mediação entre lógicas e éticas distintas.

A dificuldade no atendimento à exigência da assinatura do TCLE em pesquisas geográficas, tanto é devido à necessidade de realização de entrevistas livres e nem sempre programadas, quanto à grande quantidade de informações e a dificuldade de compreensão

por parte dos sujeitos da pesquisa, especialmente se considerarmos o grande volume de analfabetos funcionais – pessoas que não são capazes de realizar leitura de um texto simples devido á dificuldade de interpretação - que existem no Brasil, estimado em 74% por pesquisa realizada pelo Instituto Paulo Montenegro (MUNDO EDUCAÇÃO, 2008). Além disso, as exigências de informação do TCLE, da apresentação do escopo inteiro do problema de pesquisa antes da realização da entrevista ou aplicação do questionário ou observação direta, podem induzir a um sério viés nas respostas e comportamentos, chegando a inviabilizar a pesquisa.

A coerência metodológica, de inegável mérito e intrinsecamente vinculada à questão da ética, em estudos da Geografia - campo interdisciplinar por natureza, que tem na interação sociedade e natureza o seu interesse maior - é outra exigência que nem sempre pode ser adequadamente avaliada pelo CEP devido à composição dos seus membros, que seguindo a orientação do CONEP é composto de especialistas de diferentes áreas e sub-áreas do conhecimento, especialidades e linhas de pesquisa e trabalham de forma disciplinar ou, no máximo, interdisciplinar dentro de uma mesma área do conhecimento.

No desenvolvimento de estudos ambientais, interdisciplinares por natureza e muito afetos à questão espacial e, portanto, à Geografia, certamente devem ser considerados os aspectos éticos da produção do conhecimento científico. Mas não podem ser permitidas ações reducionistas à autonomia intelectual de cada um dos pesquisadores, sob risco de abafar-se o crescimento de uma coorte de cientistas mais criativos, imaginativos e revolucionários, que lançam luzes e contribuem decisivamente para o conhecimento, sendo esta uma categoria de grande importância para o avanço das ciências. (BASTOS FILHO, 2001).

A interdisciplinaridade que caracteriza os estudos ambientais é um fator que dificulta o atendimento das exigências da CONEP, especialmente quanto à metodologia que será utilizada na execução de um projeto de pesquisa devido à multiplicidade de metodologias e procedimentos específicos da Geografia. Além disso, a análise do CEP se prende a paradigmas já consolidados, o que dificulta a aprovação de projetos mais inovadores.

6. CONCLUSÕES

As pesquisas que envolvem seres humanos seja, qual for o enfoque, o objeto, os objetivos, a metodologia ou os paradigmas orientadores, certamente devem ser submetidas a um Comitê de Ética em Pesquisa. Indiscutível que as pesquisas sejam submetidas a um Comitê e que existam normas pautadas pela ética que direcionem a realização de estudos. Isso é essencial, necessário ao estado democrático de direito e ao respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana.

O que se defende é uma proporção nas exigências, pois na área de saúde as pesquisas envolvem objetos diversos das pesquisas efetuadas nas ciências sociais e humanas como a Geografia. Dessa forma, as exigências precisam ser proporcionais, pois do contrário ocorrerá um tratamento desigual.

A igualdade consiste de fato em identificar as desigualdades reais e dentro dessas aplicar as normas, pois focos de pesquisa são diversos e, não há como transpor integralmente as exigências da área de saúde para a Geografia sem que haja um retrocesso e redução no objeto das pesquisas.

É interessante ressaltar que não está sendo levantada a hipótese de não aplicação das normas, pelo contrário, elas são importantes; o que se está discutindo é que as exigências aplicáveis à área de saúde não podem ser as mesmas para a área das ciências sociais e humanas, especificamente da Geografia, uma vez que estas exigências tornar-se-ão desproporcionais.

O fundamental é o respeito ao princípio da dignidade humana, através de normas que assegurem essa proteção, sendo interessante o acompanhamento por um Comitê de Ética. Porém se faz necessário a construção de normas adequadas a área de ciências sociais e humanas, dentro das suas demandas e objetos pesquisados, pois do contrário haverá um grande retrocesso nas pesquisas científicas, sendo estas fundamentais na adoção de políticas públicas.

A liberdade de expressão e pesquisa também recebe a proteção da Constituição de 1988, e o operador do direito deve fazer uma ponderação entre os princípios para encontrar a proporção justa nas exigências do trabalho científico.

O pesquisador na geografia não pode ser compelido a adotar um modelo destoante da sua área de pesquisa, posto que os objetivos

da pesquisa estão sendo violados e a pesquisa não refletirá as verdadeiras causas do problema enfrentado, muitas vezes foco da necessidade de uma política pública.

A invocação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, como corolários de uma aplicação justa da resolução 196/06, que não é lei, apenas facilita seu cumprimento, não tendo a vinculação de um texto legal. Contudo, estabelece padrões de comportamento administrativos decorrentes da lei, torna-se inexorável, pois contribuirá para uma aplicação razoável das exigências éticas, uma vez que não haverá descuidos dessas exigências, mas apenas critérios justos de sua exigência.

O razoável é exigir um padrão ético transparente, respeitando a dignidade humana e assegurando ao pesquisador liberdade de aprofundar a pesquisa, isso é o que se depreende dos princípios implícitos e explícitos na Constituição de 1988.

Conclui-se, assim, que as regras para a avaliação das propostas devem ser adequadas às especificidades de cada área do conhecimento e de áreas multidisciplinares e não podem cercear a liberdade de criação de cientistas inovadores. Mas são muitas as indagações ainda sem resposta clara e sem orientação para a construção de novas orientações normativas sobre a questão da ética em pesquisa com seres humanos. É urgente que evoluam as reflexões sobre a questão da ética em pesquisa envolvendo seres humanos que atendam o conjunto das áreas do conhecimento, suas divisões e especialidades e a interdisciplinaridade, respeitando diferenças lógicas, metodológicas, éticas.

Normas devem ser construídas, mas essa construção deve ser coletiva, com a participação dos especialistas vinculados ao conjunto das áreas de conhecimento, sem privilegiar qualquer uma delas. E assim, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, a CONEP, não deve ser subordinada ao Ministério da Saúde, mas a outro ministério ou conjunto deles, afetos à ciência, à tecnologia e aos direitos humanos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS FILHO, Jenner Barreto. A ciência normal e a educação são tendências opostas? In BURSZTYIN, Marcel ET all. **Ciência, ética e**

sustentabilidade. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001, p. 61-93.

COIMBRA JR, Carlos ET all. **Relatório da reunião sobre Ética em Pesquisa Qualitativa em Saúde, realizada no Guarujá, de 28 a 30 de agosto de 2006**. Guarujá, SP: Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo/Special Programme for Research and Training in Tropical Diseases sponsored by UNICEF/UNDP/World Bank/WHO, 2006.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Direito administrativo**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

DEBERT, Guita Grin. Ética e as novas perspectivas da pesquisa antropológica. VICTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro. **Antropologia e ética. O debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2004, p. 45-54.

HOSSNE, William Saad. Ética, saúde e biotecnologias. MIRANDA, Danilo Santos de (org). **Ética e cultura**. São Paulo: Perspectiva : SESC São Paulo, 2994, p.185-205.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual Operacional Para Comitês de Ética em Pesquisa**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ biblioteca/livros/Manual_ceps.pdf>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Capacitação para Comitês de Ética em Pesquisa**. Vol. I e II. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos- Departamento de Ciência e Tecnologia. Brasília, 2006.

MORAIS, Alexandre. **Direito constitucional.** São Paulo: Atlas, 2001.

MUNDO EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com.br/educacao/diversidade.htm>. Acesso em 19/fev/2008.

OLIVEIRA, Luis R. Cardoso de. Pesquisas em *versus* pesquisas com seres humanos. VICTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro. **Antropologia e ética. O debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2004, p. 33-44.

SCHRAMM, Fermin Roland. Pesquisas em ciências sociais: aspectos epistemológicos e bioéticos. **Cadernos de Ética em Pesquisa**. IV-16-nove/2005, p. 8-15.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Núcleo de Pós-Graduação em Geografia

Normas para publicação na GEONORDESTE

A Comissão Editorial da GEONORDESTE, Revista da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, torna público aos interessados que receberá, **de forma contínua**, textos de entrevistas, traduções de documentos e textos clássicos, artigos, resenhas e relatórios de trabalho de campo, de caráter inédito, cujas matérias tratem das teorias, objetos e metodologias da Geografia resultantes ou não de pesquisas empíricas que compreendam discussões no âmbito geográfico. Os referidos textos deverão conter as seguintes cláusulas:

1. Os textos encaminhados à Comissão Editorial da GEONORDESTE serão apreciados por 2 (dois) **pareceristas indicados pela comissão**, que poderão aceitá-los integralmente, propor reajuste ou recusá-los, com base em critérios técnicos e deverão obedecer às normas de **FORMATAÇÃO DOS TRABALHOS**, estabelecidos nesta Revista.
2. Os textos que não observarem os padrões aqui estabelecidos não serão publicados, e a GEONORDESTE, não se compromete com a devolução das colaborações recebidas.
3. Os autores que tiverem trabalhos selecionados receberão 2 (dois) exemplares da Revista GEONORDESTE, não sendo pagos direitos autorais.
4. O conteúdo dos textos deve ser analisado criteriosamente por um profissional de gramática e é de responsabilidade exclusiva de seus autores realizar a tarefa de enviar ao NPGEO.
5. Os artigos deverão conter no máximo 20 laudas, as resenhas e comunicações breves 5 (cinco), as notas técnicas (relatórios de trabalho de campo) 10 e avanços metodológicos resultantes de pesquisas 5 (cinco).
6. Os casos omissos serão discutidos e deliberados pela Comissão Editorial.

FORMATAÇÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos deverão ser digitados em Word for Windows e enviados para a Geonordeste (endereço abaixo) com uma cópia impressa e em CD-ROM. O CD deve ser identificado com o nome do autor(a).

Configuração da página: formato A4; orientação retrato (em todo o trabalho); margens: superior e esquerdo 3,0 cm; inferior e direita 2,0 cm; cabeçalho e rodapé 1,5 cm.

Formatação: Fonte Times New Roman; tamanho 12, justificado; recuo inicial de parágrafo 2 cm, espaçamento 1,5; sem espaço entre os parágrafos; sem paginação.

Estrutura do Trabalho: Título do trabalho: todo em maiúsculo, negrito, centralizado, tamanho 12. Autores: alinhamento à direita, tamanho 12, espaçamento simples (quando mais de um autor); em nota de rodapé, informar: formação, vinculação institucional de cada autor, endereço eletrônico.

Textos e Ilustrações: Apresentar o texto em um único arquivo com ilustrações (figuras, fotografias, desenhos, gráficos, mapas, quadros, tabelas etc.), centralizados na página e inseridas em seus devidos lugares (conferir normas ABNT). Todas as ilustrações apresentadas no texto deverão ser gravadas também numa "pasta" em separado, no formato.JPG. Os mesmos deverão conter identificação de seqüência conforme a ordem do texto. OBS: todas as figuras deverão estar em escala de cinza, não serão publicadas figuras coloridas.

Título: deve ser em português, com versão em inglês ou espanhol.

Resumo: dois espaços abaixo dos nomes dos autores com espaçamento simples e em língua portuguesa com no máximo 200 palavras, acompanhado de sua versão em língua estrangeira (abstract, para inglês ou resumen, para espanhol). NOTA: Recomenda-se passar por revisão de profissional especializado. Não utilizar tradutor automático.

Palavras-chave: devem representar o conteúdo do texto, em português ou língua estrangeira escolhida (keywords, para inglês e palabras clave, para espanhol).

Citações: com mais de 3 (três) linhas devem ser destacas com recuo de 4,0 cm da margem esquerda, justificado, espaçamento simples, mesma fonte, tamanho menor que a do texto utilizado e sem aspas, sem parágrafo e sem itálico. (ver normas ABNT).

Notas de rodapé: devem ser apresentadas em ordem crescente e em algarismos arábicos em chamadas na mesma página, com fonte Times New Roman, tamanho 10, justificado.
Referências: devem seguir as normas da ABNT NBR 6023/2002, e relacionados somente os autores citados.
Exemplos:

LA BLACHE, Vidal de. Princípios de Geografia Humana. 2 ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

KAYSER, Bernard. La cultura, un incentivo para el desarrollo local. In: Cultura y Desarrollo. Revista Leader Magazine. Bruxelas, 1994. n. 8. Disponível em: <http://europa.eu/comm/archives/leader2/rural-es/biblio/culture/art03.htm>. Acesso em: 12 maio 2006.

PEET, Richard. O Desenvolvimento da Geografia Radical nos Estados Unidos. In Perspectivas da Geografia. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 225 – 254

SILVA, José Borzacchiello da; SANTOS, Vitória Carme Correia. Estado e a questão regional: uma discussão. In: Gonordeste, Ano XVIII, n. 1. São Cristóvão: UFS, 2006.

Informações sobre o periódico podem ser solicitadas aos editores, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFS, pelo telefone (telefax) (79) 2105-6782 ou via e-mail geonordeste@ufs.br ou geonordeste@gmail.com

Os trabalhos escritos deverão ser enviados para:
Revista GEONORDESTE
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia/UFS – Didática II
Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, S/N
São Cristóvão – Sergipe / CEP: 49.100-000